



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARCELA ROBERTA GUIMARÃES VASCO

VIDAS EM SUSPENSO: IMAGENS E NARRATIVAS DE BENTO RODRIGUES (MG)  
DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

CAMPINAS

2020

MARCELA ROBERTA GUIMARÃES VASCO

VIDAS EM SUSPENSO: IMAGENS E NARRATIVAS DE BENTO RODRIGUES (MG)  
DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor(a) em Ciências Sociais.

ORIENTADOR(A): FABIANA BRUNO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO(A) ALUNO(A) MARCELA ROBERTA GUIMARÃES VASCO, E ORIENTADO PELO(A) PROF(A) DR(A) FABIANA BRUNO.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

V441v Vasco, Marcela Roberta Guimarães, 1988-  
Vidas em suspenso : imagens e narrativas de Bento Rodrigues (MG)  
depois do rompimento da barragem de Fundão / Marcela Roberta Guimarães  
Vasco. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Fabiana Bruno.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fundão, Barragem de (MG). 2. Antropologia visual. 3. Desastres -  
Aspectos sociais. 4. Imagens. 5. Narrativas. 6. Tempo. I. Bruno, Fabiana. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Life in suspension

**Palavras-chave em inglês:**

Visual anthropology

Disasters - Social aspects

Images

Narratives

Time

**Área de concentração:** Ciências Sociais

**Titulação:** Doutora em Ciências Sociais

**Banca examinadora:**

Fabiana Bruno [Orientador]

Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa

Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Carolina Cantarino Rodrigues

Sylvia Caiuby Novaes

**Data de defesa:** 29-05-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Ciências Sociais

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4581-0667>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5005868989840426>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação/Tese de Mestrado/Doutorado/Doutorado Profissional, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29/05/2020, considerou o(a) candidato(a) Marcela Roberta Guimarães Vasco aprovado(a).

Prof(a) Dr(a) Fabiana Bruno

Prof(a) Dr(a) Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa

Prof(a) Dr(a) Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Prof(a) Dr(a) Carolina Cantarino Rodrigues

Prof(a) Dr(a) Sylvia Caiuby Novaes

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Devo minha resiliência e permanência no doutorado a dois amigos muito queridos: Fernando Monteiro Camargo e Marina Carmello Cunha. Obrigada por estarem por perto.

Agradeço também à Andrea Barbosa, por ser sempre um porto seguro e acolhedor, e à Fabiana Bruno, pela orientação dedicada e sensível. Aos professores Andréa Zhouri, Carolina Cantarino Rodrigues, Christiano Tambascia, Daniela Manica, Edgar Teodoro da Cunha, Isadora Lins França, Suzane de Alencar Vieira e Sylvia Caiuby Novaes, meu agradecimento por, de alguma forma, ajudarem em meu percurso acadêmico ou no processo deste trabalho. Aos amigos do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB) e do Laboratório Antropológico de Grafia e Imagem (LA'GRIMA), obrigada por suas diversas contribuições.

Sou grata ainda a Lorena Caminhas e Kíria Ribeiro, por me ajudarem na estadia em Mariana, a Dulce Consuelo Azeredo e Senra, por acolher minha visita à Reserva Técnica da Fundação Renova, e a todos os interlocutores desta pesquisa, que tanto me ensinaram e comoveram.

Por fim, agradeço aos meus pais e irmãos, fundamentais em tantos aspectos da minha vida, e aos amigos Bruna Gularte, Gabriel Bertolin, Iara Rolim, Lígia Rodrigues de Almeida, Rafaela Lopes, Rosana Gonçalves, Sandra Roberta Alves Silva, Suéllen Azambuja, Paola Camargo, Renata Valvano Medeiros e Rodrigo Baroni, sem os quais estes anos todos de pesquisa teriam sido muito mais penosos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À memória de Irene Viana Guimarães.

## RESUMO

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de mineração de Fundão, pertencente à mineradora Samarco (Vale/BHP Billiton), se rompe sobre Bento Rodrigues, subdistrito da cidade de Mariana (MG), destruindo quase completamente o pequeno povoado. Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe a investigar como o rompimento afeta o cotidiano dos moradores atingidos pelo desastre. Com a promessa de que terão seu povoado reconstruído e serão reassentados no futuro, os atingidos têm suas vidas “suspensas”, enquanto esperam pelo reassentamento e lidam com as inúmeras consequências desse desastre. Dessa forma, esta tese busca compreender esta experiência de viver uma “vida em suspenso”. No que consiste uma vida em suspensão e quais são suas principais características? Para compreender os meandros dessa vida, os aportes teóricos que amparam a pesquisa são inspirados, principalmente, na obra da antropóloga indiana Veena Das, para quem olhar para o cotidiano e para as coisas ordinárias que precisam continuar a acontecer mesmo frente aos eventos mais extraordinários pode contribuir ao entendimento de como esses eventos ressoam na vida das pessoas (DAS, 2006). Assim, colhendo narrativas e imagens do desastre, reúno lembranças, histórias, fotografias, objetos, achados e perdidos na lama de rejeitos, a fim de problematizar estas noções e compreender os desafios impostos cotidianamente aos atingidos após o rompimento. Interessa, portanto, refletir, com o auxílio desses materiais orais e visuais, sobre a suspensão da vida e a temporalidade da espera por um desfecho.

**Palavras-chave:** Barragem de Fundão (MG), Antropologia Visual, Desastres - Aspectos sociais, Imagens, Narrativas, Tempo.

## **ABSTRACT**

On November 5, 2015, the Fundão mining tailings dam, owned by the mining company Samarco (Vale/BHP Billiton), breaks over Mariana (MG) subdistrict of Bento Rodrigues, almost completely destroying the village. Before this scenario, this work aims to investigate how the collapse affects the daily lives of the people affected by the disaster. With the promise that their village will be rebuilt and that they will be resettled in the future, those affected people have their lives “suspended” while they wait for the resettlement and deal with the countless consequences of this disaster. Thus, this thesis seeks to understand the experience of living a “life in suspension”. What is “life in suspension” and what are its main characteristics? To understand the intricacies of this life, the theoretical contributions that support the research are mainly inspired by the work of the Indian anthropologist Veena Das, to whom to look at the everyday life and at the ordinary things that need to continue to happen even in the face of the most extraordinary events can contribute to the understanding of how these events resonate in people's lives (DAS, 2006). Thus, collecting narratives and images of the disaster, I gather memories, stories, photographs, objects, found and lost in the mud of tailings, in order to problematize these notions and understand the challenges imposed daily to those people after the rupture. With the help of these oral and visual materials, this work is interested to reflect on the suspension of life and the temporality of the waiting for an outcome.

**Keywords:** Visual Anthropology, Disasters - Social aspects, Images, Narratives, Time.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa de Bento Rodrigues, desenhado digitalmente a partir de um recorte do Google Maps, com nomes de ruas e pontos de referência definidos com o auxílio de Marquinhos, interlocutor da pesquisa. Ilustração: Marcela Vasco, 2020.

FIGURA 2 - Barragem de Fundão. Fonte: Nexo Jornal, 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/11/04/Mariana-a-g%C3%AAnese-da-trag%C3%A9dia>>.

FIGURA 3 - Capela Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. Foto: Marcela Vasco, 2019.

FIGURA 4 - Janela da casa de Teresinha, que abriga os “Loucos pelo Bento”. Foto: Marcela Vasco, 2019.

FIGURA 5 - Seu Zezinho mostrando suas “fotos de resgate”, dentre as quais algumas me instigam por apresentar características do layout do Google Street View. Foto: Marcela Vasco, 2017.

FIGURA 6 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 7 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 8 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 9 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 10 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 11 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 12 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 13 - Fonte: Google Street View, editada pela autora, 2017.

FIGURA 14 - Dona Irene com seu pandeiro meia-lua. Fonte: *Jornal A Sirene*, editada pela autora, 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed9\\_novembro\\_issu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu)>.

FIGURA 15 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 16 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 17 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 18 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 19 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 20 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 21 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 22 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 23 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

FIGURA 24 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOLD	International Commision On Large Dams
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEM	Indústria Extrativa Mineral
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão de Águas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
PoEMAS	Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PRISMMA	Práticas Interdisciplinares em Saúde Mental na Academia
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PT	Partido dos Trabalhadores
Renca	Reserva Nacional de Cobre e Associados
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SDR	Sistema de Deposição de Rejeitos de Mirandinha
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

# SUMÁRIO

<b>Prólogo</b>	<b>13</b>
<b>Introdução</b>	<b>22</b>
<b>1. O rompimento</b>	<b>38</b>
1.1. A barragem de Fundão	38
1.2. A pedra no caminho do desenvolvimento	46
<b>2. A espera</b>	<b>54</b>
2.1. A chegada em Mariana	54
2.2. Campo e cidade	62
2.3. Vidas em suspenso	70
<b>3. As ruínas</b>	<b>86</b>
3.1. As ruínas de Bento Rodrigues	86
3.2. Imagens fantasmas	90
3.3. Loucos pelo Bento	103
<b>4. Achados</b>	<b>114</b>
4.1. Achados na lama	114
4.2. Na Reserva Técnica	120
4.3. Objetos sobreviventes	127
<b>5. Perdidos</b>	<b>144</b>
5.1. Enterrados na lama	144
5.2. Fotografias desaparecidas	147
5.3. O que se perde quando se perde uma foto?	159
<b>Apontamentos finais</b>	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>169</b>

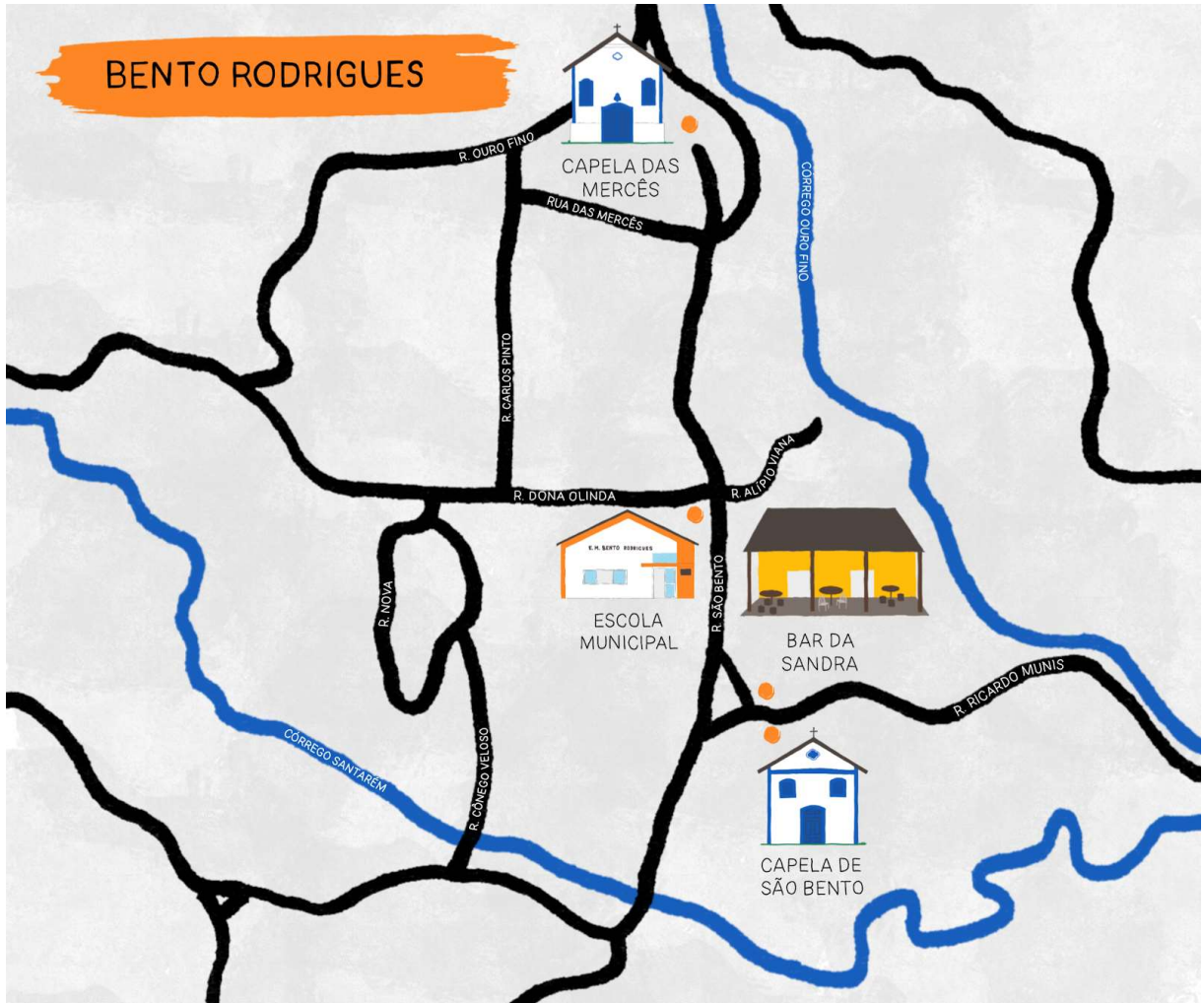


FIGURA 1 - Mapa de Bento Rodrigues, desenhado digitalmente a partir de um recorte do *Google Maps*, com nomes de ruas e pontos de referência definidos com o auxílio de Marquinhos, interlocutor da pesquisa. Ilustração: Marcela Vasco, 2020.

## Prólogo

Era uma tarde de quinta-feira em Bento Rodrigues, Minas Gerais. Apesar de ainda ser primavera, o calor era intenso naquele inesquecível 5 de novembro de 2015. Vilma, de 33 anos, estava de licença-maternidade - a recém-nascida Tailane contava com 45 dias de vida. Apesar da alegria que trouxe, seu parto teve complicações e Vilma precisou passar por duas cirurgias, acarretando na retirada do útero. Dois dias antes daquela tarde quente, ela havia passado por uma consulta médica no município de Mariana, a 40 minutos dali, e foi orientada a fazer repouso absoluto.

Vilma estava cumprindo as recomendações médicas e repousava em casa com a filha. Era pouco antes das 16h e ela preparava a água para dar banho em Tailane quando ouviu ao longe um barulho estranho e constante. Tentou imaginar qual era a causa do barulho. “Nossa, neném, dinamite agora?”, perguntou à filha. “É trovão”, afirmou, mas achou o barulho longo demais para um trovão.

Como o ruído era constante, Vilma acabou se acostumando a ele e se distraiu. Dava banho na filha quando se deu conta de que o som tinha aumentado e ficava cada vez mais forte. Teve certeza de que não era trovão, afinal de contas, com aquele calor, não poderia ser. “Neném, isso é o helicóptero. Nós vamos ver o helicóptero? Ele vai pousar na praça!” Não poderia ser caminhão de concreto, pensou Vilma, não havia ninguém construindo na região. Só poderia ser um avião ou um helicóptero.

O barulho aumentava gradativamente enquanto Vilma terminava de dar banho e vestir a filha. Curiosa sobre o barulho, resolveu ver o que era. Debruçou-se na janela da casa, que ficava de frente para a rua, a procura da causa. Uma moça que passava apressada, parou na casa em frente para conversar com a vizinha. Vilma ia perguntar sobre o barulho quando ouviu a moça dizer: “É a barragem que estourou”. Sem pensar em mais nada, Vilma pegou a filha no colo e antes de sair de casa disse: “Nossa Senhora que me ajude e ajude a todos”.

Paula, de 36 anos, trabalhava para a Brandt Meio Ambiente, empresa terceirizada responsável por fornecer mudas de reflorestamento para a Samarco.

Naquela tarde, ela estava em uma reunião com seus colegas de trabalho quando ouviram o barulho. A princípio, pensaram ser um caminhão de pau de arara, mas o som era constante e não parava. O líder da equipe ligou o rádio da caminhonete da empresa, para ver se descobria algo a respeito do barulho. Quando conseguiram sintonizar, ouviram os funcionários da Samarco chorando e dizendo que a barragem havia estourado. Ao invés de correr para um lugar seguro, Paula subiu em sua moto, chamada carinhosamente de Berenice, e correu para sua casa para avisar à família. No caminho, gritava a todos pelas ruas que a barragem havia estourado.

Keila, de 31 anos, estava na cozinha da casa do tio quando ele, de repente, entrou pedindo para ela correr porque a barragem tinha estourado. Ela olhou pela janela e viu a lama descendo rumo a Bento. Keila só pensou na família: os filhos estavam na escola e a avó, já idosa, estava em sua casa, que ficava do outro lado do povoado. No íntimo, ela não cogitou correr para salvar a vida deles, mas sim para que pudesse morrer ao lado dos familiares.

Ela correu enquanto atrás de si a lama se aproximava. No caminho, Keila teve a sorte de encontrar o sogro, Zé Barbosa, e pediu a ele a caminhonete emprestada para chegar mais rápido em casa. Colocou a primeira marcha para ligar a caminhonete e sair, mas no desespero não se lembrou de trocar a marcha e seguiu todo o percurso na primeira. Até hoje ela não sabe como não fundiu o motor do veículo.

Sandra, de 43 anos, estava em seu restaurante, o mais famoso de Bento Rodrigues. Naquele dia, quatro funcionários da Samarco almoçaram ali pouco antes. Eles costumavam frequentar bastante o local, tanto por conta da comida caipira feita em fogão a lenha, quanto pela simpatia e acolhimento de Sandra. Quando ela serviu o almoço naquele dia, uma moça que passou distribuindo panfletos elogiou o restaurante e prometeu que traria os pais para almoçar ali em um fim de semana qualquer.

Pouco tempo depois dos funcionários da Samarco saírem, Paula passou de moto avisando que a barragem havia rompido. A primeira coisa que passou pela

cabeça de Sandra foi pegar sua caminhonete para sair o mais rápido possível dali. Ela correu até a cozinha do restaurante para avisar Terezinha, sua irmã. Sandra contou a ela que Paula havia passado avisando que a barragem tinha rompido, mas Terezinha não acreditou e pensou que fosse só poeira.

A casa de Sandra ficava logo ao lado do restaurante e ela correu até a garagem para buscar o veículo. Na praça em frente ao seu restaurante, viu pessoas correndo desesperadas. Ela tirou a caminhonete da garagem e ofereceu carona a um rapaz e uma senhora que ele carregava. Sandra colocou a filha no veículo, mas como Terezinha ainda não havia saído do restaurante, pediu ao rapaz que dirigisse e salvasse aquelas pessoas. Ela, porém, voltou ao restaurante.

Seu Zezinho, de 71 anos, estava em casa com a esposa, Dona Irene, de 74. Eles perceberam o barulho, que aumentava gradativamente, e Zezinho saiu para ver o que era. Quando chegou na calçada, gritaram para ele correr porque a barragem havia se rompido. Irene pediu a ele que pegasse o carro, mas quando Zezinho se voltou para a garagem viu o muro do vizinho desmoronando. Os dois resolveram então correr.

Ele e a esposa foram até a praça, que ficava próxima de onde moravam. Lá encontraram a caminhonete de Sandra em frente ao restaurante. Já havia cerca de 15 pessoas dentro do veículo e todos choravam muito. Dona Irene subiu no veículo e Zezinho foi o último a entrar. Segundos depois, a caminhonete arrancou e partiu rumo à parte mais alta do povoado.

Quando Keila chegou na escola dos filhos, a cena era desoladora. Os alunos se espremiavam, correndo e chorando desesperados. Ela procurou por entre as crianças pelos dois filhos, Pablo, de 15 anos, e Jeniffer, de 10. Ao encontrar os dois, eles pediam: “Mãe, não me deixe morrer. Eu não quero morrer”. Naquele instante, ela não soube o que dizer, por não ter nenhuma convicção de que sairiam vivos de lá. Keila colocou os filhos na caminhonete e seguiram para casa para resgatar a avó. Perto de chegarem, se depararam com o ônibus de linha que iria para Santa Rita

Durão parado no meio da rua, impedindo o fluxo. Ela desligou a caminhonete, deixou os filhos lá dentro e seguiu a pé o resto do caminho.

Vilma corria com Tailane no colo. A irmã dela estava avisando rua afora sobre o desastre, quando encontrou Vilma. Ela ficou aliviada em saber que Vilma já estava saindo, mas disse que iria continuar descendo para avisar mais gente. Quando já estava saindo, se deu conta de que Vilma andava com muita dificuldade por conta das cirurgias recentes. Decidiu levar Tailane e disse para a irmã subir sozinha, que ela cuidaria da criança.

Sandra voltou para o restaurante e Terezinha já tinha se dado conta da veracidade do rompimento e ia em direção à casa de Seu Zezinho, tentando alertar quem ainda não sabia. Sandra disse a Terezinha que iria voltar em casa para pegar um documento de identificação, que seria importante mais tarde, porém a irmã foi contra e disse que não daria tempo. A lama já estava quebrando o bambuzal próximo dali. As duas resolveram, então, sair. Encontraram a caminhonete do irmão de partida e Terezinha subiu nela. Sandra entrou no carro de um amigo.

Keila chegou em casa e encontrou a sogra, Maria, de 68 anos, tentando puxar a avó, Diomara, de 88, pela mão. Nua, a sogra tinha acabado de sair do banho e ainda não tinha tido tempo de se vestir, segurava o vestido em um dos braços e a toalha no outro. Por sorte, um sobrinho de Keila chegou e a ajudou a carregar Dona Diomara. Cada um a agarrou em um dos lados e os dois carregaram ela correndo até a caminhonete, porque a lama já estava chegando na porta da cozinha.

O ônibus, que com a caminhonete parada no meio da rua não tinha como passar, estava buzinando desesperadamente porque a lama já chegava muito perto dos dois veículos. Keila ligou depressa a caminhonete e arrancou, o ônibus seguiu atrás. Ela andou por cerca de 50 metros e olhou pelo retrovisor: Bento estava todo destruído.



\*\*\*

A grande maioria dos moradores de Bento Rodrigues seguiu para a parte mais alta do subdistrito. Embora a empresa nunca tivesse oferecido treinamento e não houvesse sirenes de segurança para alertar a população do perigo, as pessoas seguiram para um local seguro. Em Bento, soube-se depois, cinco pessoas foram carregadas pela lama e morreram, sendo duas crianças e três idosos<sup>1</sup>. Uma das vítimas, estava em Bento para visitar familiares e pescava quando foi levada pela correnteza de lama. Outros 14 homens que trabalhavam nas barragens também morreram.

\*\*\*

Do alto, Seu Zezinho e Dona Irene viram a capela de São Bento ser destruída e a casa de Sandra boiar na lama. Ele teve a ideia de ligar para a rádio Itatiaia, avisando que a barragem havia rompido. A rádio foi a primeira a anunciar o rompimento e logo reportaram a notícia para Belo Horizonte. Da capital, a notícia do desastre logo se espalhou e pouco depois começaram a aparecer no céu de Bento Rodrigues helicópteros de emissoras de televisão e jornais. Os bombeiros também foram avisados e se dirigiram ao local. O acesso, porém, era bastante restrito.

Marquinhos, de 51 anos, estava em Mariana no momento do rompimento. Sua cunhada, Simaria, irmã de Sandra, ligou para ele por volta das 16h30 avisando. Simaria também não estava em Bento, porque trabalhava em Mariana e só voltaria no final da tarde. Marquinhos, por sua vez, tinha uma casa em Bento Rodrigues e outra em Mariana, porque sua esposa trabalhava e a filha estudava no município. Ele, ex-funcionário da Samarco, já tinha se aposentado e ficava transitando entre a cidade e o povoado. Naquele dia não estava em Bento cuidando da horta e das

---

<sup>1</sup> Priscila Monteiro Barros, moradora de Bento Rodrigues, alega ter sofrido um aborto em decorrência do rompimento. No dia 5 de novembro, data de seu aniversário, ela completava 28 anos e, no dia seguinte, tinha consulta marcada para saber o sexo do bebê. Como não há nenhum documento que comprove a gravidez, a Samarco não reconhece que Priscila estivesse grávida e tenha abortado em decorrência do rompimento e, portanto, não assume qualquer responsabilidade sobre o ocorrido.

criações de animais, estava chegando na casa que mantém em Mariana enquanto falava com Simaria pelo celular. Quando chegou, sua esposa, Marinalda, também estava no telefone falando com uma amiga. Marquinhos disse a ela que a barragem havia estourado e pediu que ela ligasse para os sogros, para saber se eles estavam bem. Marinalda respondeu que já sabia da barragem e que os pais dela tinham ligado pouco antes e também estavam em Mariana. O pai de Marinalda, Seu Filomeno, sempre saía de Bento às quintas-feiras porque tocava em uma banda em Ouro Preto. Naquele dia, ele e a esposa saíram um pouco mais cedo e foram para Mariana porque precisavam levar o carro no mecânico.

A apreensão de quem estava longe de Bento Rodrigues era grande. Eles não tinham como saber quem estava vivo e quem tinha sido levado pela lama. As únicas alternativas eram aguardar as notícias chegarem ou tentar ir ver o que havia acontecido com os próprios olhos. Marquinhos decidiu ir de carro para Bento Rodrigues e levou uma de suas irmãs. Quando saiu, o telefone fixo de sua casa tocou e Marinalda atendeu. Era o irmão dele, Mauricelio, que ligava de Bento e disse: “Só escuta: fala com Marquinhos que eu tô bem, mas o Bento acabou” e desligou. Marinalda decidiu ir para Bento também e pegou carona com o irmão, que estava de partida.

No alto do distrito, onde a maioria da população de Bento se abrigou, o acesso era bastante restrito. Poucas pessoas conseguiram chegar ao local e poucas conseguiram sair - não sem algum esforço. Muitos dos que ali estavam eram crianças e idosos. Havia ainda acamados e pessoas em cadeiras de rodas, cuja locomoção era restrita. Uma retroescavadeira, que estava sendo usada em uma obra de instalação de caixa d'água em Bento no dia do rompimento, tentou abrir acesso para que as pessoas pudessem sair dali, mas não funcionou. O jeito foi se ajeitar ali mesmo, ainda que muitos não tivessem acesso a água e comida. Quem dependia de medicação controlada naquele dia também teve que passar a noite sem os remédios.

Cerca de 2 horas depois do primeiro rompimento, quando já estavam praticamente todos seguros na parte mais alta de Bento, um forte barulho fez com que pensassem que a barragem de Germano também iria se romper. Houve muita correria e desespero, porque, caso ela se rompesse, o lugar em que estavam não seria seguro. Algumas pessoas entraram no mato, em busca de um refúgio, outras tentaram subir ainda mais alto.

Sandra estava com a filha quando seu sobrinho, Breno, chegou dizendo que havia encontrado um caminho pelo mato. Ela resolveu segui-lo, porque o cheiro da lama estava forte e se preocupava com a filha, ainda pequena. Assim, os três e mais algumas pessoas seguiram pelo matagal por mais de um quilômetro. Em algumas partes, a lama já havia chegado e tiveram que atravessá-la. Quando conseguiram sair do outro lado, já estava escurecendo. Sandra estava toda suja com a filha no colo. Seguiram para Santa Rita Durão, onde morava a irmã de Sandra. O marido dela, que estava trabalhando, também foi para Santa Rita e lá passaram a noite. Embora estivessem finalmente em segurança, ficaram apreensivos pensando nos irmãos que haviam ficado em Bento.

Vilma estava na parte alta do povoado que não havia sido atingida. A lama não havia chegado em apenas três casas, as últimas de Bento. Lá, o grupo que se refugiou encontrou alguns colchões e os colocou no chão, para acomodar as pessoas. Havia também sacos de tiras que seriam usadas para fabricar tapetes que foram improvisados como acento. O silêncio tomava conta do lugar. Uns choravam, enquanto outros tentavam se acomodar no improvisado. O clima era de muita tristeza.

O caminho que passava pelas mineradoras, por onde Marquinhos tentava chegar em Bento, estava interditado e vários carros voltavam. Ele tentou insistir por ali, mas também teve que voltar. Tentou outro caminho, dessa vez por Santa Rita. O trânsito estava bastante congestionado e difícil de passar.

Seu Zezinho e Dona Irene passaram a noite inteira na Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues, onde a lama não havia chegado. Lá havia uma caixa de 2 mil litros de água e puderam ao menos matar a sede.

Depois de muito trânsito, Marquinhos conseguiu chegar no alto de Bento Rodrigues. De lá, viu o povoado completamente destruído e teve a sensação de que muitos haviam morrido. Estacionou o carro e, por coincidência, seu irmão Mauricelio estava justamente ali. Abraçou o irmão e agradeceu por ele estar vivo. Marquinhos tentou convencê-lo a ir para Mariana, mas ele relutou, afirmando que seria o último a sair.

Lá do alto, Marquinhos resolveu descer para ver se encontrava alguém precisando de ajuda. Ouvia-se gritos, pessoas conversando, cachorros latindo, então ele pensou que alguém ainda poderia correr perigo. Como era horário de verão, ainda estava claro e ele desceu rumo ao povoado. No caminho, viu dois telhados boiando na lama, um da escola e outro da casa de seus sogros. Mais embaixo, encontrou algumas pessoas que disseram ter visto um carro passar boiando. Ele seguiu pelo mato e continuou andando, já que conhecia bem o lugar.

Descendo, encontrou Preto, seu amigo de Bento, e os dois desceram juntos. Andaram à procura de pessoas ou animais em perigo, mas como começava a escurecer, resolveram voltar. Na volta, porém, se depararam com alguns bombeiros, que pediram ajuda, já que não conheciam o lugar. Com os bombeiros, Marquinhos e Preto continuaram procurando por sobreviventes, sem sucesso.

Quando voltaram, Marinalda estava desesperada a procura de Marquinhos, que resolveu levá-la de volta a Mariana, para que pudesse descansar. Chegando perto de Santa Rita, encontraram um ônibus que seguia para Mariana. Marinalda embarcou e Marquinhos voltou para o alto de Bento, porque Mauricelio ainda se negava a sair.

\*\*\*

Na manhã seguinte, o resgate das vítimas conseguiu acessar o local onde os moradores de Bento Rodrigues se abrigaram, para começar a removê-los dali. Por volta das 10h, quando quase todos já haviam sido resgatados, Mauricelio concordou em embarcar no ônibus do resgate, com a condição de que pudesse descer na portaria da Samarco para mostrar a eles como a mineradora havia deixado os atingidos: “só com a roupa do corpo” suja de lama. Com o assentimento do irmão, Marquinhos resolveu voltar também.

Após horas de desespero, os atingidos foram levados para a Arena, ginásio de esportes em Mariana, onde receberam as primeiras assistências. Alguns precisaram ser encaminhados para o hospital. Sandra, que precisou fazer uma bateria de exames por ter tido contato com a lama, ouviu uma enfermeira dizer enquanto colhia seu sangue que não havia saído de Bento Rodrigues somente quem não queria. Ela se irritou com o comentário e saiu sem esperar pelos resultados de seus exames.

Na Arena, senhas foram distribuídas entre os atingidos e aos poucos eles começaram a ser alojados em hotéis e pousadas da cidade com despesas arcadas pela mineradora responsável pelo rompimento. Porém, com os atingidos abrigados, a história desse desastre ainda não termina. Na verdade, é aqui que ela começa.

## Introdução

Em 5 de novembro de 2015, rompe a barragem de rejeitos de mineração de Fundão, pertencente à mineradora Samarco Mineração S.A. (controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton), localizada em Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, distrito da cidade de Mariana, em Minas Gerais. Assisto pela televisão as cenas captadas pelos helicópteros das emissoras de TV. Na época, participava do processo seletivo para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Unicamp. Meu projeto de pesquisa propunha investigar as problemáticas da destruição de fotografias. Através dele, me interessava saber o que se perde quando se perde uma fotografia que era guardada no contexto de uma história de vida. Desde o mestrado imagens povoavam meus pensamentos e minhas pesquisas. No doutorado, pretendia continuar perseguindo as fotografias - ou, dessa vez, a ausência delas.

Ao assistir às imagens do rompimento da barragem de Fundão pela televisão, foi inevitável não pensar nas vidas dos moradores atingidos pelo rompimento e nas vidas das fotografias que habitavam aquelas casas destruídas pela lama. Quais dessas imagens teriam se perdido? Como elas eram? Quantas estariam ainda desaparecidas? O que elas poderiam narrar? Ou o que se perdia com elas? Com essas questões em mente, ao ingressar no PPGCS, direciono meu projeto inicial para o desastre do rompimento da barragem de Fundão e me proponho a investigar a perda e a destruição das fotografias nesse contexto.

Um ano e meio depois do rompimento, em junho de 2017, depois de cumprir os créditos necessários e fazer um breve levantamento bibliográfico, chego pela primeira vez à cidade de Mariana. Acostumada com a paisagem do interior do estado de São Paulo, estranho as montanhas recortadas de Minas Gerais, que aprendo a chamar de taludes.

Tomando conhecimento, através de uma matéria do Estado de Minas (FERREIRA, 2015), do trabalho realizado pelo fotógrafo marianense Élcio Rocha de resgate e recuperação de fotografias destruídas no rompimento, faço uma busca pelo endereço de seu estúdio fotográfico em Mariana e decido começar o trabalho de campo por lá. Além disso, graças a uma amiga do PPGCS, Lorena Caminhas,

consigo o contato de Kíria Ribeiro, assessora de imprensa da Prefeitura de Mariana. Por estar em contato frequente com os atingidos, uma vez que é jornalista e funcionária da prefeitura, Kíria me disponibiliza uma lista de nomes e telefones de alguns deles.

Com essas duas informações, o endereço do estúdio de Élcio e a lista de contatos de Kíria, inicio uma aproximação com o campo e começo a construir minha própria rede de interlocução. Através de Kíria, por exemplo, conheço Antônio Pereira “Da Lua”, atingido que trabalha como motorista no Previne - Centro Municipal de Especialidades Médicas, em Mariana, e é um dos membros da Comissão de Atingidos, uma organização criada para defender os direitos dos atingidos. “Da Lua”, por sua vez, me convida para participar das reuniões que os atingidos fazem com a Fundação Renova, entidade criada para tratar da reparação do desastre. Na primeira reunião que participo, conheço Marquinhos, que se torna um dos principais interlocutores da pesquisa e com quem passo a conversar frequentemente.

Assim, por diferentes maneiras, vou ampliando minha rede de contatos e conheço Keila, Seu Zezinho, Dona Irene, Vilma, Sandra, Paula e Dona Maria Lúcia. Conheço suas casas, ouço suas histórias sobre o rompimento, sobre as mudanças que enfrentam e sobre as perdas - não só de fotografias - com as quais têm de lidar com o desastre. Além dos atingidos, converso também com comerciantes e turistas e vou a eventos culturais e acadêmicos relacionados ao desastre. O que me salta aos olhos nesse primeiro contato pessoal com o campo são os inúmeros relatos de uma espécie de estagnação da vida, que chamo aqui de *suspensão*, por motivos que ficarão mais claros no capítulo 2. Sem entender ainda exatamente o que seria essa suspensão da vida, depois de um mês em campo, retorno à São Paulo.

Mesmo fisicamente distante, continuo em contato com o campo e acompanho seus desdobramentos através da grande mídia e, principalmente, através do *Jornal A Sirene*, um periódico feito *por* e *para* atingidos pela barragem de Fundão<sup>2</sup>. Dessa maneira, continuo colhendo narrativas e imagens do desastre,

---

<sup>2</sup> Criado a partir das ações do coletivo #UmMinutoDeSirene, o periódico mensal tem em seu corpo editorial atingidos que definem a pauta e fornecem aos jornalistas depoimentos que servem de base para as matérias. Assim, o Jornal colaborativo procura ser um veículo de comunicação que traz as informações e questionamentos dos próprios atingidos, sendo um contraponto à grande mídia que se pauta, na maioria das vezes, apenas pelas declarações da mineradora.

reunindo lembranças, histórias e fotografias, a fim de problematizar estas noções e compreender os desafios impostos aos atingidos após o rompimento.

Em 25 de janeiro de 2019, ocorre um novo rompimento. Em Brumadinho, Minas Gerais, a barragem 1 da Mina de Córrego do Feijão, controlada pela Vale, rompe-se sobre o refeitório e a área administrativa da mina, deixando 259 mortos e 11 desaparecidos. Neste mesmo ano, em junho de 2019, volto a Mariana e reencontro alguns de meus interlocutores: Marquinhos está profundamente abalado com o novo rompimento; Seu Zezinho e Dona Irene ficam felizes em me rever quando nos encontramos em uma missa em homenagem a São Bento; Paula e o filho não se recordam da visita que fiz 2 anos antes a sua casa, mas são novamente cordiais comigo.

Conheço ainda outros atingidos, como Mônica, e jornalistas do *Jornal A Sirene* e da Assessoria Técnica da Cáritas Brasileira, que auxiliam os atingidos na luta por seus direitos. Concretizo uma aproximação com a Fundação Renova e conheço algumas de suas instalações, como a Casa do Jardim, espaço cultural no centro de Mariana, e a Reserva Técnica, onde estão alocados os objetos resgatados da lama pelos arqueólogos. Além disso, finalmente, no último dia de minha estadia em campo, em 12 de julho de 2019, acompanhada de Marquinhos, caminho pela primeira vez pelas ruínas de Bento Rodrigues, que, dada a burocracia para entrar, eu não havia conhecido até então.

Bento, como os atingidos costumam se referir ao pequeno povoado, um subdistrito da cidade de Mariana (MG), não é o único local a sofrer com o rompimento da barragem. Os milhões<sup>3</sup> de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro foram despejados sobre os córregos de Fundão e Santarém, devastando Bento Rodrigues e seguindo pelos rios Gualaxo do Norte, onde atingiram ainda Paracatu, Pedras, Barreto, Gesteira e Barra Longa, desaguando no Rio do Carmo e no Rio Doce, por onde cortaria os estados de Minas Gerais e Espírito Santo até desaguar no oceano, na praia de Regência, a cerca de 600 quilômetros de distância

---

<sup>3</sup> A quantidade de lama despejada é incerta. A Samarco afirma que Fundão mantinha um volume de rejeitos de aproximadamente 55 milhões de m<sup>3</sup>, dos quais 43,7 milhões de m<sup>3</sup> passaram sobre a barragem de água de Santarém e atingiram o povoado de Bento Rodrigues (SAMARCO, 2017). De acordo com o IBAMA (2015), em laudo preliminar, foram 34 milhões de m<sup>3</sup> dos rejeitos de Fundão lançados no meio ambiente em um primeiro momento e outros 16 milhões de m<sup>3</sup> restantes conduzidos posteriormente, pouco a pouco, pelas chuvas.



da barragem rompida. Com a descida dos rejeitos de Fundão, metais pesados foram revolvidos do fundo dos rios, onde estavam decantados depois de anos de extrativismo, e misturaram-se à lama, causando a morte por contaminação ou asfixiamento de peixes, aves e, em diversos pontos, do próprio Rio Doce e alguns de seus afluentes. Pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e o povo indígena Krenak, bem como os moradores dos 230 municípios localizadas ao longo do rio foram e são até hoje de alguma forma afetados pelo desastre.

As consequências do desastre para cada uma das comunidades atingidas são diferentes entre si, passando por impactos no abastecimento de água, aumento da turbidez da água, dano à fauna e à flora, prejuízo às atividades agrícola e pesqueira, queda do turismo, danos culturais, entre outros. A dimensão do desastre é, em suma, bastante catastrófica.

É fundamental notar que as muitas consequências desse desastre permitem diferentes abordagens. Uma vasta bibliografia tem sido publicada desde o rompimento da barragem de Fundão sobre alguns dos aspectos centrais do desastre, tais como a tese de Marcos Cristiano Zucarelli (2018), na qual ele procura analisar as tecnologias de gestão de conflitos e de crises, dando ênfase às negociações e mediações necessárias entre as comunidades locais, as corporações e o próprio Estado. Através de sua pesquisa, é possível perceber um processo assimétrico de representação, que acaba por deslegitimar as reivindicações dos atingidos.

Luisa Machado de Siqueira (2019), em sua dissertação, analisa a construção do movimento de resistência dos atingidos, que lutam por seus direitos e passam a se reconhecer como “atingidos”. Já a dissertação de Ana Beatriz Nogueira Pereira (2019) procura dar ênfase ao desastre enquanto um processo em curso, que se espalha pela vida dos atingidos e cria novas identidades e noções de pertencimento.

Coletâneas de livros também mostram a multiplicidade de abordagens possíveis. Os artigos organizados por Bruno Milanez e Cristiana Losekann (2016) buscam avaliar os antecedentes do desastre e suas consequências para o Vale do

Rio Doce até sua foz, em Regência (ES). O dossiê *Mining, violence and resistance*, publicado na revista *Vibrant* em 2017, organizado pela antropóloga Andréa Zhourri, torna-se livro em 2018 e enfatiza questões políticas de afetação, mobilização e resistência ao desastre, fruto da mineração. Losekann e Claudia Mayorga (2018), por sua vez, destacam os desafios impostos às instituições de pesquisa, bem como aos pesquisadores, e quais as estratégias possíveis frente a pesquisas realizadas em contextos de desastre.

Da mesma forma, importantes relatórios técnicos são publicados, como os elaborados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (2015), abordando os impactos do rompimento ao meio ambiente, pela Agência Nacional de Águas (ANA) (2016), enfatizando as consequências do despejamento de rejeitos de mineração sobre a bacia do Rio Doce, e pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) (2015), abordando principalmente os antecedentes políticos e econômicos do desastre.

Em face da complexidade do tema e de suas múltiplas possibilidades de abordagem, é evidente que esta tese não pretende dar conta de toda sua extensão. O ponto de partida desta pesquisa centra-se na questão de como as imagens perdidas e destruídas em decorrência do desastre podem contribuir para compreender a vida dos atingidos nesse momento de “suspensão”. O objetivo, portanto, é percorrer um outro caminho - sem, de modo algum, desconsiderar a importância de outras abordagens antropológicas. Busco, nesta tese, interrogar o lugar das imagens perdidas com o rompimento e colher narrativas de pessoas atingidas pelo desastre para evidenciar a problemática de uma vida vivida em suspensão. Deste modo, a pesquisa almeja ser capaz de adentrar a singularidade de trajetórias de vida atingidas por esse desastre e, dessa forma, analisar como o desastre incide sobre as relações cotidianas (DAS, 2006) dos atingidos de Bento Rodrigues, bem como sobre suas imagens.

Por “imagem”, é preciso ressaltar, são consideradas, sob uma perspectiva proposta por W. J. T. Mitchell (1986), tanto fotografias e vídeos divulgados em jornais e revistas e fotos vernaculares guardadas pelos atingidos em suas casas e

carregadas pela lama, quanto outras imagens, como os objetos perdidos ou sobreviventes à lama, as memórias e seus borramentos, as ruínas e as imagens fantasmas de Bento Rodrigues, entre outras. Nesse sentido, ao se propor a interrogar o lugar das imagens, é preciso considerar que se está lidando também com imagens materialmente “ausentes”, ou seja, fotografias desaparecidas, objetos perdidos e uma porção de apagamentos.

Justamente por isso, embora esta tese pertença à área de conhecimento da Antropologia Visual, paradoxalmente, não é um trabalho recheado de imagens. Ao contrário, a lacuna visual deixada pelas fotografias desaparecidas acaba por incentivar questionamentos críticos em torno da vasta profusão de imagens jornalísticas do desastre, conforme é desenvolvido no capítulo 3, e, metodologicamente, uma ponderação maior na escolha de quais imagens devem compor a tese - e, conseqüentemente, quais não devem -, além de considerar a forma como elas podem dialogar com o texto. Seja enquanto breves interlúdios poéticos, seja como aportes em diálogo com o texto, as imagens se colocam como forma de conhecimento e, da mesma forma que o texto, fazem alusão a uma vida que se encontra em suspenso, bem como às muitas perdas ocorridas em decorrência do desastre.

Assim, embora Bento não seja o único povoado destruído, interessa à pesquisa a particularidade de, por estar localizado a 5,5 km da barragem de Fundão, ter sido o local com menor tempo de fuga: os bento rodriguenses tiveram cerca de 10 minutos para fugir da avalanche de lama e salvar as próprias vidas. Como é narrado no Prólogo desta tese, não houve tempo sequer para salvar documentos ou veículos. Entender a experiência de perder o próprio mundo (DAS, 2006) - e, com ele, tudo aquilo que o compõe - é um dos principais objetivos desta pesquisa e, por isso, Bento Rodrigues acaba se tornando seu local privilegiado.

“Vida em suspensão”, “vida provisória”, “vida parada”, entre outras. Título desta tese, *vida em suspenso* e algumas de suas derivações são expressões usadas incontáveis vezes pelos atingidos de Bento Rodrigues para definir o modo em que vivem desde o desastre provocado pela Samarco. Na espera para que suas

casas sejam reconstruídas e a comunidade seja restabelecida, muitos dizem que aguardam o reassentamento para que possam, enfim, retomar suas vidas.

Diante dessa intrigante definição, esta pesquisa busca compreender a experiência de viver uma “vida em suspenso”. No que consiste uma vida em suspensão e quais são suas principais características? Assim, com o objetivo de compreender a forma como os atingidos vivem suas vidas depois do rompimento, o recorte temporal escolhido para a pesquisa abarca o período da espera pelo reassentamento, ou seja, um intervalo de tempo que se inicia depois do rompimento e que antecede o reassentamento - que não é uma retomada da vida como era vivida antes, mas a demarcação de um novo contexto. Como vivem os atingidos pela barragem de Fundão enquanto esperam e lutam pelo direito de “retomar” suas próprias vidas?

Para conseguir compreender os meandros dessa vida em suspenso, os aportes teóricos que amparam a pesquisa são inspirados, principalmente, na obra da antropóloga indiana Veena Das. Ao tratar da Partição da Índia, do desastre industrial de Bhopal e da prática do sacrifício feminino entre os hindus, a autora opera com o conceito de “evento crítico” (1995). Evento, para François Furet (1978), ocorre quando se institui uma nova modalidade de ação histórica que não estava inscrita no inventário da situação, como no caso da Revolução Francesa. Os eventos selecionados por Das e descritos como “críticos” não se comparam, segundo ela, à Revolução Francesa, mas trazem em comum com o conceito de evento usado por Furet a redefinição de categorias tradicionais através de novos modos de ação.

Embora o rompimento da barragem de Fundão possa ser entendido como um evento crítico nos termos propostos por Das, evito usar essa terminologia ao longo da tese porque os atingidos não a aprovam. Para eles, a palavra “evento” tem uma carga positiva: “Eles [da Vale] chamam o que aconteceu de acidente, de evento. Evento, pra mim, é festa. Acidente, pra mim, é quando a gente se queima fritando ovo. O que aconteceu na minha cidade é um crime”, conforme afirma Marina Oliveira, moradora de Brumadinho e articuladora social da Arquidiocese de Belo Horizonte, para o *Jornal A Sirene* (2019c, p. 23). Ao dar esta declaração ao jornal,

Marina está se referindo ao desastre de Brumadinho, mas no caso de Bento Rodrigues a mesma terminologia se repete e “evento” é também a palavra usada pela Samarco para se referir ao rompimento de Fundão por ser considerada uma palavra neutra, em oposição a “crime”.

Sendo assim, opto por falar em *desastre*, sob uma perspectiva que o compreende enquanto um fenômeno em processo cujas circunstâncias sociais, históricas, tecnológicas, políticas e econômicas colocam suas vítimas em posição de vulnerabilidade (OLIVER SMITH, 1996, p. 303). Compreender o desastre sob uma perspectiva social, antropológica e política implica em considerar suas consequências para além da ótica numérica, ou seja, sua dimensão não pode ser mensurada apenas pelo número de mortos, embora esse seja um fator bastante relevante.

O caráter processual do desastre nos alerta que, conforme veremos, o desastre do rompimento da barragem de Fundão não se encerra no dia 6 de novembro de 2015 com os atingidos abrigados em hotéis e pousadas da cidade de Mariana. Muito pelo contrário, o desastre se estende no tempo e continua a ressoar nas vidas das pessoas. Nesse sentido, se ainda insisto em dar relevância ao rompimento da barragem, é por entender que seus desdobramentos nas vidas, narrativas e imagens dos atingidos têm um papel central, embora o desastre propriamente dito não se resuma a esse “evento”.

Assim, conforme evidenciado no Prólogo desta tese e nas páginas que seguem, o dia 5 de novembro de 2015 é um marco incontornável para os atingidos - e, portanto, para esta pesquisa -, mas, encarar o desastre como um processo implica em entender que ele “não se limita à situação crítica do rompimento da barragem, mas se desdobra em processos duradouros de crise social, frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social” (ZHOURI et al., 2016).

Tomando o conceito de desastre sob essa perspectiva, a maneira como Das tece suas pesquisas a respeito dos “eventos críticos” acima mencionados é bastante pertinente a esta abordagem. Interessada em compreender esses novos modos de ação, a autora destaca a importância e complexidade do cotidiano e do

ordinário. Conforme ela afirma, nos momentos mais extraordinários, todos os tipos de coisas ordinárias precisam continuar a acontecer (DAS, 2006), ou seja, as pessoas precisam continuar seguindo suas vidas e zelando por crianças e idosos mesmo nas situações mais limites. Nesse sentido, questionar somente “o que aconteceu” não é capaz de abarcar como esses eventos se estendem para a vida cotidiana das pessoas comuns.

Dessa forma, Das busca unir a compreensão de um fenômeno macrossociológico com a singularidade das vidas humanas, refletindo sobre como esses eventos extraordinários incidem nas experiências cotidianas e quais relações eles passam a mobilizar. Para isso, dois conceitos fundamentais são acionados pela autora: “experiência” e “relação”. A noção de experiência incorporada por ela é inspirada na obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein para quem o sujeito é a condição da experiência. Ser um sujeito implica na experiência de um limite, uma vez que ele não pertence ao mundo, mas é o limite do mundo. Nesse sentido, o sujeito é sempre inacabado porque o mundo não foi inventado por ele, mas é preciso torná-lo um lugar habitável. É com base nessa definição que Veena Das propõe entender a experiência de perder seu mundo ou de habitar um novo mundo.

A respeito das relações, Das recorre à antropóloga britânica Marylin Strathern (2018) para defender que através das relações concretas formulamos questões abstratas, uma vez que conseguimos aprender sobre a natureza do mundo no processo de vida, e também para defender que não podemos atribuir uma escala a padrões de sociabilidade sem considerar a perspectiva da qual partimos. Assim, não se trata de levar em conta relações parte-todo, mas de estabelecer um horizonte no qual seja possível colocar os objetos em relação um com o outro e com o olho através do qual são vistos (DAS, 2006, p. 4). Strathern, em entrevista à revista *Cadernos de Campo* (GUIMARÃES et al., 2012), defende que “[não] há nenhum outro mecanismo para descrever o mundo que não o de colocar as coisas em relação”. Citado por ela, um exemplo claro disso é o dicionário, no qual só é possível definir uma palavra usando outras palavras - presentes, por sua vez, em outros locais do mesmo dicionário. Assim, o ser humano é tomado enquanto um agregado de relações e o pesquisador social deve estar atento a elas.

Nesse sentido, é importante destacar ainda a importância que Das percebe no trabalho do tempo. Segundo ela (DAS, 2006), o tempo faz com que as relações possam ser reinterpretadas, reescritas e, algumas vezes, inclusive sobrepostas. Assim, os eventos passados são capazes de moldar o presente de inesperadas maneiras. Um dos casos apresentados por Das para tratar do trabalho do tempo é a história de Manjit, uma das mulheres raptadas durante a Partição da Índia e posteriormente resgatada pelo exército indiano. Depois da desonra do rapto - e de uma possível violação -, Manjit apressadamente se casa e, durante anos, vivencia cotidianamente a violência propagada principalmente por seu marido e dirigida ainda ao primogênito do casal e, depois, à sua jovem esposa. No entanto, após anos, o marido de Manjit adoece e passa a necessitar de cuidados, perdendo o protagonismo da casa para o filho primogênito e deixando Manjit livre para viver em paz com a família. Assim, para que ela pudesse recriar seu mundo, apartado da violência da Partição, foram necessárias décadas de trabalho do tempo - e só tomamos conhecimento de seu processo de recuperação graças ao longo trabalho de pesquisa etnográfica realizado por Veena Das, ao acompanhar Manjit por décadas.

A questão do tempo do evento é destacada também pela antropóloga Suzane de Alencar Vieira (2014), que, ao colher narrativas sobre o acidente radiológico com o césio-137 em Goiânia, ressalta a ausência de um ponto determinado de encerramento do evento. Sua pesquisa foi realizada 22 anos depois do dia 26 de outubro de 1987, quando dois homens encontraram uma cápsula no prédio abandonado do Instituto Goiano de Radioterapia e a venderam ao ferro velho de Devair Ferreira, que abriu a cápsula para o reaproveitamento do chumbo e desencadeou a contaminação da cidade. Mesmo depois de mais de duas décadas, Vieira deixa claro que as famílias ainda sofriam com os variados efeitos da exposição ao césio, ou seja, o evento ainda não tinha tido um ponto final.

Embora o tempo desta pesquisa não seja mensuravelmente tão extenso quanto o observado nos trabalhos de Das ou Vieira, o tempo com o qual ela se propõe a lidar é um tempo marcado pela espera, que tem suas particularidades. A espera implica em um recorte temporal delimitado por dois acontecimentos: o depois

do rompimento e o antes do reassentamento. Evidentemente, o desastre em si não está alojado nesta circunscrição temporal com início, meio e fim. Conforme destacado anteriormente, ele é entendido aqui enquanto um processo, que dificilmente será resolvido com o reassentamento, conforme fica mais evidente no capítulo 2. Porém, mesmo compreendendo o desastre enquanto um processo que provavelmente atravessará o reassentamento, a título de uma delimitação clara, o recorte temporal desta pesquisa se concentra entre esses dois acontecimentos: o rompimento e o reassentamento futuro. Sendo assim, é preciso observar a predominância que a espera assume e compreender que tempo de espera é um tempo arrastado, que custa a passar. Embora o relógio corra sempre igual, na espera a sensação de passagem do tempo é percebida como mais lenta (BERGSON, 1988).

Além disso, compreender a questão temporal desta pesquisa é importante para o material com o qual o trabalho é construído. Para entender como o desastre do rompimento da barragem de Fundão incide sobre a vida dos atingidos de Bento Rodrigues, esta pesquisa recorre, em grande medida, às imagens, bem como a narrativas. A narrativa, seja ela histórica ou ficcional, para Paul Ricoeur (1994), aparece na articulação do tempo. Conforme repete ao longo de sua obra: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (ibid., p. 15).

Sob essa perspectiva, a narrativa, uma representação da ação humana, é dividida pelo autor em três mímesis, que englobam a articulação da ação humana, sua ficcionalização e, finalmente, o ato da leitura, fazendo do leitor coautor da narrativa. Nesse sentido, dá-se um processo de configuração entre um mundo anterior prefigurado e um mundo finalmente reconfigurado. Assim, observamos a reconfiguração da vida pela narrativa - uma vez que narrar não remete só ao passado, ou seja, não é apenas um exame do vivido, mas remete ainda ao futuro, no sentido de que quando estamos narrando já estamos projetando o tempo do porvir.



Por entender sua importância na articulação do tempo e na configuração da vida, analisar as narrativas do desastre do rompimento da barragem de Fundão é fundamental para compreender a incidência do desastre na vida dos atingidos porque a maneira como é possível tornar uma catástrofe dessa dimensão um acontecimento narrável nos ajuda a pensar nas formas de representação e articulação do que foi vivido, além de contribuir para a reconfiguração da vida.

É preciso lembrar ainda que existem diferentes maneiras de narrar. O testemunho é um tipo específico de narrativa que, segundo Márcio Seligmann-Silva (2005), pode ser separado em dois diferentes sentidos: o *testis* e o *superstes*. O primeiro, de origem jurídica, parte da centralidade da visão. A testemunha é aquela que presenciou e viu o que aconteceu e, por isso, pode contar a verdade. Já o segundo se refere ao sobrevivente de uma desgraça, tal como o mártir. Tomando a audição como central, aquele que subsistiu pode narrar. Embora faça essa distinção entre *testis* e *superstes*, Seligmann-Silva alerta que não se pode separar os dois sentidos, é preciso “entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar” (ibid., p. 81).

Encontramos, porém, essa distinção, segundo o autor, em dois diferentes modos de testemunho. Se na América Latina depois de ditaduras, exploração econômica e repressão política encontramos o *testimonio*, grafado em espanhol, fortemente influenciado pela busca por justiça, pela denúncia, procurando recontar a história a partir do ponto de vista dos excluídos do poder, nos Estados Unidos e na Europa, após experiências históricas distintas, como a Segunda Grande Guerra e a Shoah, o testemunho se centrou muito mais na questão da representação, influenciado pela psicanálise freudiana e pela teoria e história da memória.

Assim, assumindo qualquer uma dessas duas formas, narrar é necessário para revelar aquilo que de outro modo seria perdido, ainda que a linguagem seja muitas vezes insuficiente. Contra a insuficiência da linguagem, Veena Das (2006) defende que o corpo e o silêncio também devem ser entendidos como parte constituinte da linguagem. Ou seja, o silêncio não é tratado como a ausência da linguagem, mas sim enquanto um tipo específico de linguagem. O pesquisador, portanto, deve estar atento à escuta, mas também às outras linguagens não verbais,

agregando não só o que é dito, mas o que se inscreve nos silêncios e corpos das pessoas.

Justamente por perceber a necessidade desse alargamento da linguagem, nesta pesquisa o trabalho com as narrativas se soma a um outro bastante relevante com as imagens. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão é exaustivamente filmado e fotografado. As ruínas de Bento Rodrigues e o marrom ocre tingindo paredes, vegetações e águas passam a definir uma estética e uma linguagem próprias ao desastre. O que nos leva inevitavelmente a pensar em como essas imagens são construídas e quais as suas implicações éticas e estéticas na memória.

A questão que mais me chama atenção a respeito das imagens nesse contexto, porém, é com relação às fotografias que habitavam os álbuns, as caixas de sapatos, as gavetas, os fundos de armário e que, com a avalanche de lama, estão desaparecidas. Por esta ser uma pesquisa cujo objetivo é compreender as implicações de um desastre dessa proporção na vida cotidiana de pessoas comuns, é pertinente abordar as fotografias e os objetos corriqueiros que antes faziam parte desse cotidiano e hoje não fazem mais - ou aqueles que, tal como os interlocutores desta pesquisa, sobreviveram ao 5 de novembro de 2015 e hoje podem testemunhar.

Fazer uma imagem narrar, porém, não é uma tarefa tão simples. Evidentemente, não basta se aproximar delas e fazer perguntas. A forma pela qual busco obter narrativas plausíveis das imagens é recorrer à montagem. No cinema, o trabalho de montagem passou a ganhar relevância principalmente com as propostas de Lev Kuleshov e Serguei Eisenstein. O “efeito Kuleshov”, como ficou conhecido, consistia em uma experimentação fílmica que unia um plano com um ator representando uma expressão facial neutra e um segundo plano com um prato de sopa, uma criança morta ou uma mulher. Através da interação entre estes dois diferentes planos, o experimento mostrou que o observador acrescentava inconscientemente diferentes sentidos à expressão neutra do ator de acordo com a imagem da sequência: fome se acompanhada da imagem do prato de sopa, dor se

acompanhada da imagem da menina morta e atração se acompanhada da imagem da mulher.

Eisenstein, diferentemente de Kuleshov, que pretendia tornar a montagem imperceptível, propôs uma concepção construtivista da montagem, evidenciando a construção narrativa através de quebras, descontinuidades e fragmentações que nos lembram a todo momento da manipulação deliberada das imagens (XAVIER, 1984). Evidenciar a manipulação era fundamental para Eisenstein para revelar o caráter ideológico do cinema e propor um raciocínio através do encadeamento de imagens.

A possibilidade de pensar através de imagens também foi experimentada pelo historiador de arte alemão Aby Warburg. Para ele, a montagem também era uma maneira de propor esse pensamento, mas Warburg, diferentemente de Eisenstein, não a vinculou ao cinema, passando a considerar a possibilidade de montar com diversas imagens reproduzidas fotograficamente: recortes de jornal, fotografias, selos postais etc. Para ele, a montagem consistia em um modo de expor visualmente as descontinuidades do tempo e, assim, seu objetivo seria romper com a aparência de unidade e linearidade das formas figurativas, evidenciando as “sobrevivências” de passados longínquos, ou seja, os atravessamentos nos tempos, assumindo uma noção anacrônica de temporalidade. Se emprestarmos os termos de Walter Benjamin, podemos dizer, segundo Georges Didi-Huberman (2016), que Warburg via na montagem uma forma de “escovar a história a contrapelo” para, no revés do pelo, analisar suas lacunas e suas descontinuidades.

Esses trabalhos nos ajudam a compreender que a interação entre duas ou mais imagens, denominada aqui de *montagem*, é uma forma de dar a ver através dessa aproximação detalhes, relações, associações e intervalos antes imperceptíveis ou que se encontram mesmo fora do campo visual<sup>4</sup>. Por isso, nesta tese as montagens das imagens contribuem para interrogar o cotidiano de Bento

---

<sup>4</sup> Didi-Huberman (2016, p. 2) destaca que “[a] montagem seria para as formas o que a política é aos atos: é preciso que estejam juntas as duas significações da desmontagem que são o excesso das energias e a estratégia dos lugares, a loucura de transgressão e a sabedoria de posição. Walter Benjamin, me parece, nunca parou de pensar lado a lado esses dois aspectos da montagem como sendo da ação política”.

Rodrigues e, mais do que meras ilustrações do texto, tencionam ser uma maneira de dialogar e fazer pensar com ele.

A fim de explorar essas premissas que norteiam a pesquisa, a tese traz como **Prólogo** uma narrativa do dia 5 de novembro de 2015, dia em que a barragem rompeu, baseado no testemunho de oito atingidos, coletados entre junho e julho de 2017, em Mariana. O texto mescla, na forma de uma montagem de palavras, essas narrativas colhidas em campo e intercala suas histórias, criando pontos de contato entre elas: os personagens se encontram, se ajudam e vivem situações em comum.

Nesta **Introdução**, procuro apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a pesquisa. A seguir, no primeiro capítulo, **O rompimento**, é apresentado um panorama geral do contexto em que o rompimento da barragem de Fundão ocorreu: quais as relações do lugar com as barragens da mineração e com a Samarco, quais decisões políticas e econômicas desencadearam o desastre etc. Por fim, proponho algumas reflexões e críticas ao modelo econômico que opta pela reparação dos danos do progresso ao invés daquilo que Isabelle Stengers (2015) chama de “ter cuidado”.

Após essa primeira parte contextualizando o desastre, em **A espera**, abordo a situação em que se encontram os atingidos de Bento Rodrigues, realojados na cidade de Mariana depois do rompimento. A contraposição entre a vida que levam hoje na cidade de Mariana e a vida que levavam no pequeno povoado de Bento Rodrigues mostra o esfacelamento de seu modo de vida, a dificuldade de adaptação ao contexto urbano e a perda gradativa dos laços de comunidade. A incompatibilidade com o viver em Mariana soma-se à *slow violence* (NIXON, 2011) e ao preconceito, que, num contexto de crise e desemprego, em grande parte por conta da inatividade da mineradora, passam a culpar os próprios atingidos pelo desastre. Nesse contexto, a espera e a incerteza quanto ao futuro têm causado nos atingidos diversos problemas de saúde como depressão e alcoolismo.

A seguir, no terceiro capítulo, **As ruínas**, debato a questão ética que circunda as imagens feitas das ruínas de Bento Rodrigues e a presença fantasmática no ambiente virtual do antigo povoado. Nesse contexto, a tese se volta

às sobrevivências de Bento, abarcando também as visitas feitas a suas ruínas: missas, festas religiosas e comemorações diversas realizadas em meio às ruínas e à lama já endurecida pelo tempo. O grupo denominado de “Loucos pelo Bento”, que continua frequentando o povoado fantasma, insiste em afirmar que Bento ainda vive e luta pela preservação das ruínas do lugar.

Na parte final, a tese se volta para os objetos engolidos pelo mar de lama. No quarto capítulo, **Achados**, procuro explorar aqueles que se salvaram: o pandeiro de dona Irene, as fotos “de resgate” e os diversos objetos preservados na Reserva Técnica da Fundação Renova. A coleção de objetos reunida por essas narrativas aspira àquela do trapeiro baudelairiano, retratado por Benjamin (1989, p. 78), que colhe o que se destruiu, seleciona e classifica o entulho “como um avaro com seu tesouro”.

Alguns desses objetos, porém, se perderam para sempre. No quinto capítulo, **Perdidos**, procuro dar atenção à ausência deixada por esses objetos. Convido o leitor a adentrar na particularidade das fotografias: o que se perde quando se perde uma foto? Não anseio responder a esta questão, mas trago as narrativas de Keila e de Vilma para sondá-la: Keila, após perder a fotografia da mãe, lamenta por não conseguir mais se lembrar de seu rosto, enquanto Vilma, que nunca conseguiu olhar para a foto do filho natimorto, sofre por não ter conhecido a imagem dele. São duas formas diferentes de desaparecimento de uma imagem, o esquecido e o não visto, que tentam nos auxiliar na tarefa de compreender a perda.

## 1. O rompimento

*“Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés.”*

*(Walter Benjamin)*

### 1.1. A barragem de Fundão

A mineração fez parte da fundação e do desenvolvimento de Bento Rodrigues e faz ainda parte de seu cotidiano séculos depois. A Samarco Mineração S.A., fundada em 1977, realizava o processo de extração e beneficiamento do minério de ferro em sua unidade de Germano, dispoñdo de duas barragens para estocagem dos rejeitos, Germano e Fundão, a 5,5 km de Bento, e uma barragem de água, Santarém, localizada a menos de 3 km do povoado.

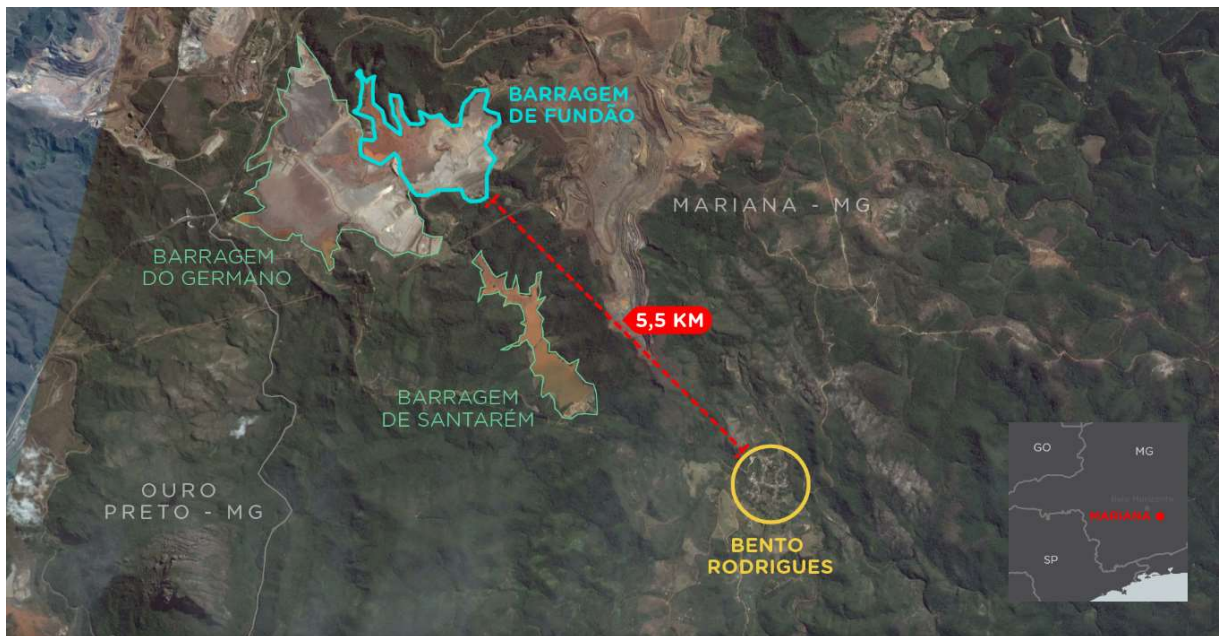


FIGURA 2 - Barragem de Fundão. Fonte: Nexo Jornal, 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/11/04/Mariana-a-g%C3%AAnese-da-trag%C3%A9dia>>.

Constituída inicialmente pela empresa Samitri, com 51%, e pela companhia Marcona Internacional, com 49%, a Samarco foi a primeira mineradora a exportar pelotas de minério de ferro, graças a uma tecnologia de concentração de itabiritos por flotação. Em 1984, o grupo anglo-australiano BHP Billiton comprou a Utah Internacional, que controlava a Marcona International, e, em 2000, a Companhia Vale do Rio Doce (que viria a se chamar apenas Vale a partir de 2007) adquiriu a Samitri. Com isso, a Samarco passou por uma reestruturação societária e se tornou uma *joint venture*, com 50% da empresa destinados a cada um de seus acionistas, Vale e BHP.

De acordo com a pesquisa de campo realizada por Maurício Boratto Viana (2012, p. 203) entre os anos de 2010 e 2011, que contou com uma amostra de 50 moradores de Bento Rodrigues<sup>5</sup>, 72% tinha algum tipo de relação com a mineração, dos quais 12% era empregado ou subcontratado, 14% tinha algum parente empregado ou subcontratado, 2% era fornecedor e 44% havia sido empregado ou subcontratado.

Essas relações dos moradores de Bento Rodrigues com a mineração eram, em grande parte, bastante cordiais. Vários moradores do subdistrito trabalhavam para a empresa ou para terceirizadas que prestavam serviços à Samarco. A economia do subdistrito era parcialmente aquecida pela presença da empresa: geração de empregos, movimentação econômica, aumento da renda per capita e, finalmente, a arrecadação municipal, cujos impostos pagos somente pela Samarco eram responsáveis por 54% de toda receita de Mariana (SAMARCO, 2018).

Além disso, reuniões eram organizadas pela empresa com os moradores do subdistrito com a finalidade de esclarecer dúvidas e oferecer abertura para que reivindicações fossem feitas. Embora as relações dos moradores com os funcionários da empresa fossem estreitas, os efeitos da mineração incidiam sobre os moradores do pequeno povoado. Segundo Viana (2012, p. 206), dentre os 50 entrevistados para sua pesquisa, 60% sustentavam uma opinião positiva sobre a imagem da mineração, 40% tomavam sua imagem como negativa e nenhum

---

<sup>5</sup> Segundo o Censo de 2010, a população total de Bento Rodrigues neste ano era de 492 moradores. A amostra da pesquisa de Viana corresponde, portanto, a 10,16% da população.

entrevistado a considerou neutra. Nesse sentido, queixas sobre a qualidade da água consumida e até mesmo sobre os riscos de um eventual rompimento das barragens de rejeitos também eram constantes por parte dos moradores.

A pesquisa de Viana (ibid., 215) mostra que os maiores incômodos provocados pela mineração relatados pelos entrevistados de Bento Rodrigues foram: poluição das águas, 94%; barragens de rejeito, pilhas de estéril ou outras estruturas que provoquem algum risco, 68%; alteração dos costumes locais, 66%; geração de poucos empregos ou de subempregos, 66%; expulsão direta ou indireta de moradores locais, 64%; poeira, 64%; redução das águas, 50%; o fato de levar a riqueza e deixar pouco em troca, 48%; desmatamento, 34% e barulho, 26%, além de outros incômodos menos citados.

Além de 68% dos moradores relatarem apreensão com a possibilidade de rompimento das barragens da empresa, no que diz respeito ao item “expulsão direta ou indireta de moradores locais”, é possível constatar que eles temiam também que a empresa se expandisse sobre o território do povoado. Como comprova o Projeto Mirandinha, sobre o qual abordo mais adiante no capítulo 3, a Samarco realmente chegou a cogitar a possibilidade de se expandir sobre o território de Bento Rodrigues e desalojar os moradores.

Se, por um lado, é possível afirmar que o desastre não tem um ponto de encerramento, por outro, também se pode perceber que seu início não se dá em um momento específico. No caso do rompimento da barragem de Fundão, há um contexto antecedente cujas raízes são ao mesmo tempo políticas, econômicas e sociais. Compreendê-lo sob essas várias diretrizes permite criar um panorama mais completo a respeito dos pressupostos que desencadearam o desastre. O objetivo deste capítulo não é aprofundar cada uma dessas perspectivas, que por si só já renderiam desdobramentos para diferentes pesquisas, mas, antes, entender alguns pontos fundamentais que tornaram possível ou deixaram de impedir o desastre tal como ele ocorreu.



No que diz respeito ao aspecto político, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>6</sup>, a exploração dos recursos naturais se consolidou como um dos principais amparos ao crescimento econômico do país, alavancada, em grande medida, devido ao crescimento chinês. Os minérios, juntamente com os produtos agrícolas, compõem as chamadas *commodities*: mercadorias de origem primária, extraídas da natureza ou cultivadas em terra fértil, cujo preço é determinado pela oferta e procura do mercado. Embora sejam as principais responsáveis pelo sustento da balança comercial brasileira, as consequências socioambientais desse modelo econômico que adota a natureza como fonte de exploração são drásticas<sup>7</sup>.

A barragem de Fundão, rompida em 5 de novembro de 2015, entrou em operação em 2008, justamente quando o preço do minério de ferro atingia seu ápice, passando de US\$ 32 em janeiro de 2003 para US\$ 196 em abril de 2008. A construção de uma nova barragem para contenção de rejeito corresponde à necessidade de ampliação da escala operacional da Samarco quando o lucro com a extração do minério atingia seu pico. Entretanto, para não perder o *boom* no preço das *commodities*, o licenciamento da barragem acabou usando tecnologias inapropriadas e a escolha dos locais para a instalação dos projetos foi feita às pressas, de acordo com o relatório do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS (2015, p. 15).

---

<sup>6</sup> O período de governança petista vigora entre 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, e 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, presidenta em exercício na ocorrência do rompimento da barragem de Fundão. Se por um lado é importante tecer críticas sobre a política do PT em relação à mineração, é fundamental afirmar também que os governos seguintes são ainda mais desastrosos. Michel Temer, vice de Dilma que assume após o impeachment da presidenta, cria em 2017 um decreto que prevê a abertura da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), situada entre o Pará e o Amapá, para a entrada de empresas de mineração. Após pressão popular, o decreto é derrubado. Jair Bolsonaro, por sua vez, presidente de extrema direita eleito em 2018, é bastante simpático ao garimpo, atividade exercida por seu pai, Percy Geraldo Bolsonaro, um dos milhares de garimpeiros a invadir, na década de 1980, a Serra Pelada, no Pará. “Eleito presidente, Bolsonaro sinaliza que irá ceder aos apelos dos garimpeiros, diminuindo restrições ambientais e liberando o garimpo em terras indígenas ou quilombolas. Ele também disse que quer flexibilizar a legislação que regula a exploração econômica de áreas verdes preservadas, como na Amazônia”, conforme afirma Amanda Audi (2018).

<sup>7</sup> É importante destacar que esse modelo, que gera impactos destrutivos, não é uma prerrogativa exclusivamente brasileira. Ao analisar diversos conflitos socioambientais latino americanos, Cristiana Losekann (2015, grifo da autora) afirma que “estão relacionados à matriz econômica adotada em boa parte dos países latino americanos, que apostam em um incremento na vocação histórica à exportação de *commodities*, minerais e agrícolas, da região”.

No Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) realizados pela Consultoria Brandt Meio Ambiente, “não há qualquer referência aos grupos sociais, às áreas e aos ecossistemas ameaçados pelo empreendimento” (Ibid., p. 57). Os efeitos de um eventual desastre consideraram apenas três tipos de impactos possíveis: “carreamento de sólidos e lama no curso d'água; danos às instalações; e ferimento e morte da população a jusante” (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2005 apud PoEMAS, 2015, p. 57).

Se por um lado, já se projetava a possibilidade de morte e ferimento a jusante (mesmo sem especificar os grupos ameaçados), por outro, nada consta sobre perdas de biodiversidade, econômicas, culturais (inclusive histórico-arqueológicas); sobre a interrupção nas rotas de circulação/mobilidade das cidades e comunidades (destruição de vias e pontos de acesso); no abastecimento de água das cidades, povoados, comunidades, famílias e propriedades rurais; nos modos de vida, de sustento e subsistência (pesca, agricultura e pecuária, especialmente) e ainda nos desdobramentos psicológicos dos impactos (WANDERLEY, MANSUR, PINTO, 2016, p. 75).

Mesmo com tais deficiências, a licença de operação da barragem de Fundão foi aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM). Em 2011, houve uma renovação da licença de operação e no ano seguinte a Samarco apresentou um novo EIA, elaborado dessa vez pela consultora Sete Soluções e Tecnologia Ambiental, para licença prévia e instalação de “Otimização da Barragem do Fundão”. A tentativa de aprimorar o uso da barragem ocorre com o chamado *pós-boom* das *commodities*, ou seja, o período que corresponde ao início da queda do preço do minério de ferro, que se deu a partir do ano de 2011, quando o mercado começou a apresentar excesso de oferta e retração da demanda pelo minério.

Segundo Michael Davies e Todd Martin (2009), o aumento nos índices de rompimento de barragens de rejeitos ocorre justamente em períodos de retração dos preços. As causas para esse fenômeno, segundo os autores, estariam centradas na pressa para obter a licença, na expansão que levaria à sobrecarga de profissionais experientes e contratação de técnicos menos experientes e na intensificação de produção para compensar o baixo preço.

De fato, com a queda no preço do minério, além de propor uma otimização da barragem de Fundão, a Samarco tomou ainda medidas de contenção de gastos, como um aumento no número de terceirizações, chegando a uma taxa de quase 59% em 2011, quando 3370 de um total de 5729 funcionários eram terceirizados (SAMARCO, 2012). Nestas condições, sem ter um vínculo empregatício com a mineradora, os trabalhadores recebiam salários inferiores e lidavam com condições de trabalho piores<sup>8</sup>.

Outra característica crucial para tornar o desastre possível é o autocontrole. A fiscalização desses empreendimentos no Brasil fica sob responsabilidade da própria mineradora, que contrata e paga uma empresa para fiscalizá-la, uma vez que o Estado não dispõe de recursos e mão de obra necessária para realizar a tarefa. Assim, a fiscalização também é terceirizada e, dependendo do relatório que emitem, as empresas responsáveis podem perder o contrato de prestação de serviços com a mineradora.

Além dos pontos levantados, é preciso considerar também a tecnologia adotada a respeito do rejeito gerado no processo de extração do minério. Tendo em vista que existem outras formas possíveis na gestão dos rejeitos da mineração, um desastre desse tipo pode ser considerado “um desastre tecnológico, ou seja, um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes” (ZHOURI et al., 2016). Ou, mais precisamente, um desastre “sociotécnico”, termo que busca “ênfatar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI et al., 2018).

Existem, claro, desastres cujo colapso da estrutura da barragem ocorre devido a um fenômeno natural de intensidade inesperada, como terremotos, furacões ou tempestades de grande magnitude. Entretanto, quando os eventos naturais são corriqueiros, como chuvas anuais intensas, tremores de terra de escala

---

<sup>8</sup> Sobre este ponto, é fundamental observar que dos 14 trabalhadores da barragem mortos em decorrência do rompimento, 12 eram funcionários de empresas terceirizadas, um era representante de uma fornecedora paulista e apenas um integrava o quadro de funcionários da Samarco.

recorrente, entre outros, a estrutura da barragem deve ser calculada de modo a ser apta a suportar tais oscilações. Além disso, a opção pelo uso de barragens de rejeitos ou cavas de mineração, muito difundidas no Brasil, ignora os riscos de rompimentos e desestabilizações.

Desde 1986, seis barragens de rejeitos de minério romperam no país, todas localizadas no estado de Minas Gerais. Outras quatro barragens de água, localizadas nos estados de Paraíba, Roraima, Piauí e Amapá, romperam desde 2004. Segundo o engenheiro Joaquim Pimenta, projetista da barragem de Fundão, diretor da Pimenta de Ávila Consultoria e representante brasileiro do ICOLD (International Commission On Large Dams), em entrevista para Francisco Alves (2015a), as estatísticas do ICOLD apontam que, no mundo, ocorrem, em média, duas rupturas de barragens de rejeitos por ano. Paulo César Abrão, diretor da Geoconsultoria, é ainda mais enfático: “As barragens de rejeitos não são seguras. Elas *estão seguras*” (ALVES, 2015b, grifos meu). A segurança de uma barragem, segundo ele, é sempre temporal. Tanto Pimenta quanto Abrão atestam que o número de acidentes com barragens ocorridos no Brasil está dentro das médias mundiais, entretanto, concordam que existem medidas cautelares que poderiam ser tomadas para contê-lo.

“Existem tecnologias que tornam a barragem segura, porém nem sempre elas são aplicadas. As empresas muitas vezes não seguem o manual de operação, ou não o têm. Da mesma forma, não contam com sistema de monitoramento ou auscultação, que faz com que a barragem seja operada em condições de segurança” (ALVES, 2015a, p. 16). Abrão concorda com a necessidade de monitoramento, acrescentando que é preciso ainda interpretar os dados obtidos e eventualmente tomar alguma medida, do contrário, o técnico corre o risco de se tornar apenas um historiador do desastre e não um agente capaz de impedi-lo.

Além disso, existem outras maneiras de lidar com o rejeito da mineração. O Grupo PoEMAS (2015, p. 12) defende que mais do que alternativas de monitoramento das barragens de rejeito são necessárias políticas de minimização e gestão dos rejeitos, ou seja, é preciso implantar “tecnologias de disposição de resíduos voltadas à expansão de densidade e redução de conteúdo líquido”. O

elemento crucial na desestabilização das barragens e na propagação de riscos socioambientais é, segundo especialistas, a água. Abrão afirma que no caso de uma barragem sem água se romper, os rejeitos atingirão uma área de cerca de 500 metros de distância; com água, a área atingida aumenta para cerca de 10 quilômetros (ALVES, 2015b).

Outro ponto fundamental ao reduzir o conteúdo líquido da barragem é a redução do próprio consumo de água. No transporte dutoviário da polpa do minério de ferro, por exemplo, o consumo total de água chega a 4.400 m<sup>3</sup>/h (AIAV, 2015, p. 27 apud PoEMAS, 2015, p.31). Esse total é o equivalente a 105,6 milhões de litros diários, consumo maior do que muitas cidades médias, como Contagem (MG), cujo consumo de seus 648,8 mil habitantes é de 94,1 milhões de litros diários (Brasil, 2014 apud PoEMAS, 2015, p.31).

Além do transporte, a água é usada no beneficiamento primário e na disposição de rejeitos. Com isso o consumo excessivo de água se torna mais um ponto a ser questionado na mineração. Em 2014, por exemplo, quando houve um grande período de estiagem no sudeste do país, a cidade de Mariana, assim como muitas outras da região, passou por risco de desabastecimento e chegou a adotar um sistema de rodízio, distribuindo água somente durante 6 horas por dia. “Enquanto isso, a Samarco ampliou o seu consumo de água significativamente. [...] entre 2009 e 2014, o consumo total de água da empresa aumentou 114%” (PoEMAS, 2015, p. 43).

Além do uso excessivo dos recursos naturais na região em que é instalada, a atividade de mineração traz muitos outros impactos negativos, como a necessidade de manutenção do sistema rodoviário, o crescimento da demanda por serviços públicos como o de saúde, além dos danos ambientais decorrentes da poluição aérea, sonora e dos rios (ibid., p. 37-38). Apesar dos muitos impactos negativos, a mineração é a principal atividade econômica da região de Mariana e a arrecadação do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais) é uma das mais importantes receitas do município.

Com a promessa de geração de empregos e com o aumento da arrecadação municipal, há um incentivo à instalação da indústria extrativa mineral

(IEM). Porém, uma vez que a arrecadação é satisfatória à gestão do município, a instalação da IEM dificulta, por sua vez, a instalação de outras atividades econômicas, reduzindo a diversidade econômica na região (ibid., p. 7). Assim cria-se uma grande dependência do município com o setor de mineração. Este argumento fica evidente quando analisamos o grande colapso da economia que assolou Mariana com a interrupção das atividades da Samarco após o rompimento, onde se estima cerca de 13 mil desempregados após a interrupção das atividades da Samarco (BASSO, 2016).

## 1.2. A pedra no caminho do desenvolvimento

O modelo político e econômico pautado no desenvolvimento, ao direcionar o projeto de poder nacional, nos oferece importantes questões a serem levadas em consideração ao adentrar no contexto do desastre de Mariana. Stengers (2015), por exemplo, destaca a escolha feita pelos poderes públicos por reparar os danos causados pelo desenvolvimento em vez de apostar no que ela chama de “necessidade de ter cuidado”. *Ter cuidado*<sup>9</sup> significaria reconhecer a legitimidade de um princípio de precaução, ou seja, a respeito do contexto desta pesquisa, seria considerar que duas barragens rompidas por ano não é um número aceitável, ainda que previsto estatisticamente. Em contrapartida, os poderes públicos, assim como as empresas, avaliam a “necessidade de ter cuidado” como inimiga do progresso e optam por reparar os danos que são seu preço.

A autora ressalta que, na Europa, o princípio de precaução é adotado de forma bastante restritiva, tendo a avaliação sobre as condições de sua aplicação sempre regida pelo mercado. Com relação ao “acontecimento dos OGM”, entrada de organismos geneticamente modificados no mercado europeu, foi histórica a recusa do primeiro-ministro francês, Alain Juppé, em 1997, em autorizar a circulação de três variedades de milho geneticamente modificados no país, afetando assim o “direito sagrado de empreender” (ibid., p. 57) da Monsanto.

---

<sup>9</sup> Traduzido do francês, “ter cuidado” foi a expressão adotada pela tradutora Eloisa Araújo Ribeiro, em edição publicada pela Cosac Naify, para designar a expressão “*faire attention*”, usada como definição tanto para “ter cuidado” quanto para “prestar atenção”.

No caso do Brasil, os OGM são comercializados de forma descomedida, ainda que não se saiba ao certo quais consequências seu consumo pode ocasionar a longo prazo. Em vez de ter cuidado, opta-se por lidar eventualmente com consequências danosas. Com relação à atividade mineradora, o princípio da precaução também não se aplica no país. Pouco mais de três anos depois do rompimento da barragem de Fundão, rompe-se a barragem 1 da Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, controlada pela mesma Vale acionista da Samarco. Para Marquinhos, morador de Bento Rodrigues atingido pelo rompimento de Fundão, ex-funcionário da Samarco e um dos principais interlocutores desta pesquisa, dois pontos agravantes sobre o rompimento em Brumadinho são as 270 vítimas mortas e desaparecidas e o fato de que o desastre poderia ter sido evitado se a empresa tivesse se sensibilizado de fato com o rompimento de Fundão, tomando-o como exemplo daquilo que não deve ser feito.

Os efeitos danosos da mineração, porém, não se iniciaram em novembro de 2015 com o rompimento de Fundão. Rompimentos de barragens, mortes em decorrência desses rompimentos, remoção compulsória de populações, contaminação de solos e rios, entre outros danos podem ser observados desde o início da atividade no país. O papel do desenvolvimento, porém, sempre foi colocado à frente destes “empecilhos”. A Vale, figura central nos rompimentos de Fundão e de Brumadinho, publicou em 1970 uma propaganda se queixando: “Há uma pedra no caminho do desenvolvimento Brasileiro”, em referência ao famoso verso do poema *No meio do caminho* do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, crítico à atuação da companhia em sua cidade natal, Itabira (MG) (WISNIK, 2018). O anúncio ainda seguia:

Nosso caminho sempre esteve cheio de pedras. Mas essa tem um significado todo particular. Com ela, alcançamos esta semana a marca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro exportados. Nós e as companhias associadas. Mais de 2,5 milhões do que todo o ano passado. O que representa a entrada no País de diversas divisas na ordem de 150 milhões de dólares. É a comprovação de que nossos objetivos de desenvolvimento estão sendo atingidos. Somos especialistas em transformar pedras em lucros para a Nação. É de mais pedras como essa que o Brasil precisa (O GLOBO, 1970 apud WISNIK, 2018, n.p).

Assim, adotar um princípio de precaução é uma pedra no caminho do desenvolvimento e não são essas as pedras que interessam à companhia.

Embora a precaução seja fundamental na perspectiva de Stengers, em outro artigo a autora adverte, porém, que esse princípio se limita apenas a uma posição defensiva em relação aos problemas causados pelo progresso, mas que não chega a se opor a ele:

A questão, certamente, é política, e o direito de empreender permanece hoje, desse ponto de vista, como a primeira palavra. O princípio de precaução tende a limitar um pouco esse direito, mas ele o respeita antes de mais nada: para limitá-lo, é preciso estar em jogo a saúde humana ou os danos graves e/ou irreversíveis ao meio ambiente. Não há, então, lugar para a questão dos *shareholders*: em que mundo queremos viver?, mas apenas desenvolvimento da possibilidade de uma posição defensiva (STENGERS, 2018, p. 455, grifo da autora).

Se o princípio de precaução já não é adotado, questionar em que mundo queremos viver parece ser uma demanda inviável aos interesses políticos e econômicos do país. Para tentar entender o motivo deste ser um tema impraticável do ponto de vista do desenvolvimento, é preciso apontar o fato de que quem causa o desastre não é quem sofre seus efeitos. Assim, o descaso com as consequências negativas da mineração é também um descaso com aqueles que serão eventualmente atingidos por essas práticas. Se olharmos para quem são essas pessoas, encontramos populações historicamente subjugadas.

No caso de Bento Rodrigues, cerca de 84,3% da população era composta por pretos e pardos, segundo o Censo de 2010<sup>10</sup>. A predominância de negros e descendentes de negros entre os diretamente atingidos pelo rompimento da barragem é um forte indício de ocorrência de racismo ambiental. Robert Bullard (2005), em *Ética e racismo ambiental*, aponta que

---

<sup>10</sup> Conforme apontado pelo PoEMAS (2015), esse número é referente à população rural do distrito de Santa Rita Durão, que contava com 500 moradores segundo os dados do Censo. Bento Rodrigues é classificado pelo IBGE como um “Aglomerado Rural Isolado - Povoado” desse distrito. Como a população total de Bento Rodrigues era de 492 moradores neste ano, podemos concluir que 98,4% da população rural de Santa Rita correspondia à população de Bento Rodrigues e, portanto, as características étnico/raciais apontadas pelo Censo equivalem quase que integralmente à população de Bento.



O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. (...) A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental.

Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, fala em necropolítica para apontar um devir-objeto do ser humano e a política que nos divide entre quem pode viver e quem deve morrer, quem é “objetificado”, quem é “descartável”. A necropolítica é, portanto, uma política de morte, sustentada na dimensão da racialização, mas que não só apresenta a condição subalterna das populações negras, mas as relega à condição de seres matáveis ou expostos à morte. “Uma crítica da razão negra se faz portanto necessária, pois o neoliberalismo, como face atual e devastadora do capitalismo, produz desempregados, indivíduos descartáveis, favelados, refugiados, imigrantes... toda uma horda de seres matáveis, expostos à morte” (RODRIGUES, 2018).

Pode-se recorrer também à filósofa estadunidense Judith Butler (2019), quando ela aponta que determinados corpos importam e que existem vidas que são passíveis de luto, enquanto outras são vidas precárias. Segundo ela, não podemos considerar perdidas vidas que sequer considerávamos vivas. Isso explica, por exemplo, a falta de revolta diante do extermínio e encarceramento da população negra ocorrendo diariamente, com respaldo de políticas públicas.

Mas o que é uma vida humana? Como reconhecemos uma vida humana? Como ato ou prática, o reconhecimento necessita de ao menos um outro para se efetivar, em certa relação de reciprocidade, seguindo a tradição hegeliana. Mas o que justifica a distribuição diferenciada de reconhecimento? Como não há uma indignação geral diante do extermínio e morte diária de jovens negros? Como não há revolta social diante do genocídio da população negra por meio do assassinato de homens jovens negros e encarceramento de mulheres jovens negras, a cada dia, a cada ano? O tempo parece suspenso, passado e futuro se enlaçam na necropolítica cotidiana (AIRES, 2018).

Além do termo “racismo ambiental”, cuja ancoragem é marcada fundamentalmente pelas questões raciais, outras abordagens também são

possíveis. Jean Pierre Leroy (2010, grifo do autor) aponta que a Declaração de Princípios elaborada durante o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, em setembro de 2001, na Universidade Federal Fluminense, define como “*injustiça ambiental* o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”.

Ou ainda, pode-se recorrer ao termo “zonas de sacrifício”, definido por Henri Acselrad (2014, p. 12) a partir do pressuposto de que

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”.

Tais denominações, no caso da mineração, evidenciam o descaso com as políticas de licenciamento e com os estudos de impacto ambiental, bem como as tecnologias adotadas preferencialmente, conforme citado anteriormente. Além de demonstrarem claramente a opção por reparar os danos do progresso ao invés de adotar o princípio da precaução ou de questionar em qual mundo queremos viver, separam claramente quem causa e quem sofre com os efeitos dos desastres.

No livro *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), o xamã yanomami discorre sobre a mineração, atividade corriqueira no território ocupado por seu povo, região rica em ouro e cassiterita. Kopenawa chama de “comedores de terra” os garimpeiros, cujo pensamento é obscurecido pelo desejo de ouro. Para o xamã, os brancos ainda não conseguiram compreender que escavando

a terra em busca dos minérios, além de destruir as florestas, sujar os rios e matar os peixes, liberam das entranhas da terra um veneno que acabará por matá-los.

O que os brancos chamam de “minério” são as lascas do céu, da lua, do sol e das estrelas que caíram no primeiro tempo. Por isso nossos antigos sempre nomearam o metal brilhante *mareaxi* ou *xitikarixi*, que é também o nome das estrelas. Esse metal debaixo da terra vem do antigo céu *Hutukara* que desabou antigamente sobre os nossos ancestrais. Tornado fantasma<sup>11</sup> durante o sono, eu também vi os brancos trabalhando com esses minérios. Arrancavam e raspavam grandes blocos deles, com suas máquinas, para fazer painéis e utensílios de metal. Porém, não pareciam se dar conta de que esses fragmentos de céu antigo são perigosos. Ignoravam que sai deles uma fumaça de metal densa e amarelada, uma fumaça de epidemia tão poderosa que se lança como uma arma para matar os que dela se aproximam e a respiram (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 357).

Ailton Krenak é outra liderança indígena crítica à mineração e ao descaso a que estão relegados os povos indígenas no Brasil. Nascido na região do Vale do Rio Doce ocupada pelos Krenak, os últimos Botocudos do Leste<sup>12</sup>, Ailton ficou conhecido em 1987, quando discursou na Assembleia Nacional Constituinte responsável pela elaboração da Constituição Brasileira de 1988 pintando o rosto de preto em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas.

Ailton Krenak afirma que os Estados e as corporações

estão assentados sobre uma história colonial miserável, em que acham que fazem um favor enorme de estar comendo aquelas montanhas, empacotando aquelas montanhas e registrando um aumento no PIB brasileiro. Essa mentalidade estúpida, desse capitalismo que não dá nem pra chamar de selvagem, só pensa na exaustão dos recursos da natureza – que eles muito apropriadamente chamam de “recursos naturais” e, cinicamente, matam rios, montanhas, florestas com a justificativa de que estão fazendo o desenvolvimento (RICARDO, RICARDO, 2017)).

Para ele, o *Watu*, como os Krenak chamam o Rio Doce, é uma entidade e não pode ser reduzido a “recurso”. Mesmo antes do despejo da lama da Samarco, as

---

<sup>11</sup> Segundo os autores, a expressão “tornar fantasma” se refere aos estados de alteração da consciência, seja por meio de alucinógenos, pelo sonho ou ainda pela dor ou doença (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 615).

<sup>12</sup> Botocudos foi o nome genérico usado pelos portugueses para designar os povos indígenas que usavam botoques labiais e auriculares. Os Krenak, conhecidos ainda como Borun ou Aimorés, pertencem ao grupo linguístico Macro-Jê e ocupam hoje uma reserva de 4 mil hectares, na margem esquerda do Rio Doce, entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena.

atividades de mineração e a implantação de indústrias de processamento de celulose já contaminavam o rio, mas o golpe de misericórdia veio, segundo ele, com o rompimento da barragem em 2015, que deixou o *Watu* “em coma” e os Krenak “no mesmo estado simbólico de coma em que o corpo do rio está” (ISA, 2016).

Ailton propõe que os krenak sejam ao menos temporariamente abrigados em uma reserva, para que possam reproduzir seu modo de vida, porque com a contaminação do Rio Doce, não conseguem ensinar as crianças a nadar e a pescar e, assim, seu modo de vida se encontra ameaçado. Atualmente, os krenak sobrevivem graças aos subsídios enviados pela Fundação Renova. Além de se encontrarem em situação de dependência com relação à Fundação, mercadorias estão entrando em grande número na aldeia - situação que Ailton chama de “aniquilação indígena”.

Stengers (2015) designa as vítimas “comuns” do capitalismo financeiro de “sacrificados pelo desenvolvimento”. A busca pela prosperidade e rentabilidade a qualquer custo, tal como uma guerra, coleciona suas vítimas: não só os refugiados, desempregados, além de outros citados por Stengers, mas também, no caso desta pesquisa, os atingidos pela barragem de Fundão. Para que uns possam prosperar, outros precisam arcar com as consequências sob o pretexto de que era necessário, de que não havia escolha. Para Stengers, esta é a fábula do progresso, a ideia de que a racionalidade é a única saída. Segundo a autora, é preciso ressaltar que aquilo “que se apresenta como ‘lógico’ foi fabricado por múltiplos processos de reorganizações ditos ‘racionais’, que visaram antes de tudo, obstinadamente, minar ou aprisionar as capacidades de pensar e resistir daqueles que tinham meios para isso” (2015, p. 49).

Em outro livro, Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2005) denominam de “alternativas infernais” aquelas que se apresentam como inevitáveis, como as únicas possíveis. Quando um trabalhador não aceita jornadas de trabalho insuportáveis, ele pode ser demitido e outro o substituirá, fazendo com que seja praticamente impossível recusar aquilo que não se quer. Segundo os autores, essas situações em que as alternativas infernais são impostas são “fruto de fabricações pacientes, em pequeníssima escala, de experimentações preventivas” (ibid., p. 45).

Às alternativas infernais, assim como à incontornável saída pelo desenvolvimento, melhor seria repetir *Bartleby*, o escrivão de Herman Melville (2007): “Preferiria não”. Tal sugestão é feita por Eduardo Viveiros de Castro (2015, p. 16) no caso das alternativas cumulativas disponíveis aos povos indígenas: sindicalizado e/ou assassinado, pelego e/ou vândalo etc. Qualquer uma destas alternativas seria “infernal”. Por estarmos diante de escolhas como estas, Stengers (2015) ressalta a necessidade de ensaiar e experimentar novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar para que possamos criar uma vida “depois do crescimento econômico”, traindo o papel de consumidores confiantes e aprendendo a “reinventar modos de produção e de cooperação que escapem às evidências do crescimento e da competição” (ibid., p. 15).

Assim como Stengers, outros autores propõem saídas alternativas ao desenvolvimento. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014) destacam as comunidades camponesas que estão voltando a ser indígenas. Conforme ressaltam os autores, “hoje sentimos repugnância ao pensar na desaceleração, no regresso, no recuo, na limitação, na frenagem, no decrescimento, na descida - na *suficiência*” (ibid., p. 157, grifo dos autores). Nesse sentido, é compreensível que um indivíduo ou comunidade deixe de ser índio, mas é inaceitável e inesperado que alguém deseje o atraso como futuro, tornando-se índio. Esse devir-índio, enquanto “figuração do futuro” (KROIJER, 2010 apud DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 159) e não uma sobrevivência do passado, reforça o argumento repetido tantas vezes por Viveiros de Castro de que, “no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” (RICARDO, RICARDO, 2006).

## 2. A espera

*“Aqui o dia parece mês.”*

*(Antônio Geraldo Santos)*

### 2.1. A chegada em Mariana

Na manhã do dia seguinte ao rompimento da barragem de Fundão, os atingidos começam a ser resgatados e conduzidos à Arena, Ginásio Poliesportivo Osni Geraldo Gonçalves, na cidade de Mariana. Depois de receber auxílio emergencial, são encaminhados para hotéis e pousadas da cidade histórica, a cargo da mineradora. Famílias inteiras são alojadas de improviso em quartos de hotéis. Enquanto isso, representantes da Samarco se reúnem com Vale, BHP Billiton e diversas entidades governamentais<sup>13</sup> para, em março de 2016, sem a participação de nenhum atingido, costurar um acordo denominado de TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta), que formula 42 programas socioambientais e socioeconômicos e projetos de reparação a serem implementados ao longo da bacia do Rio Doce e que estabelece a criação da Fundação Renova, uma organização sem fins lucrativos que assume a responsabilidade jurídica de reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, implementando os programas estabelecidos no TTAC.

A principal crítica feita pelos atingidos em relação à existência da Fundação Renova aponta que sua criação é uma maneira de desvincular o nome das mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão. Ao mesmo tempo em que se trata de uma estratégia de comunicação, juridicamente, a Renova se torna uma intermediária incontornável, na medida em que assume a responsabilidade pela reparação, abstendo as três mineradoras. Embora a

---

<sup>13</sup> Assinam o TTAC a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil LTDA.

Fundação sempre tenha se definido como uma entidade dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, a prestação de contas nos anos de 2016 e 2017 indica que a gestão dos recursos transferidos pela Samarco à Renova são administrados pela própria Samarco, que além de empregar ex-funcionários seus e da Vale, cuida dos serviços financeiros, de informação, compras e do departamento pessoal da fundação (MACIEL, 2018)<sup>14</sup>.

Através de sua assessoria de imprensa, a Renova se retrata à *Agência Pública* conforme trecho da matéria:

A justificativa para os serviços de administração prestados pela Samarco à Renova em 2016 e 2017 foi que durante esse período “a Fundação Renova estava estruturando suas áreas e seu quadro de funcionários”. “Por isso, fez-se necessário manter a dedicação compartilhada da Samarco”, informou, acrescentando que “atualmente, estas áreas não são mais compartilhadas”. A organização negou que haja conflito de interesse na contratação de funcionários das empresas mantenedoras: “A Renova esclarece que não há conflito de interesse e que a seleção dos empregados segue uma rigorosa análise, tendo como base a política interna de recrutamento” (ibid.).

Nesse período de reparação, para que os atingidos não fiquem alojados em hotéis, eles são deslocados para residências alugadas pela mineradora. Além do aluguel dessas residências, inicialmente é feito o pagamento de uma parcela da indenização no valor de R\$ 20 mil para aqueles que perderam sua moradia habitual, de R\$10 mil para as moradias não habituais e de R\$ 100 mil às famílias das vítimas fatais. O restante do pagamento da indenização ainda depende do cadastramento das perdas de cada família, para se chegar em um valor monetário, que deve ser arcado pela mineradora.

A Fundação Renova assume a função de repasse dos subsídios pagos pelas mineradoras aos atingidos. No final de novembro de 2015, os atingidos começam a receber um cartão de auxílio financeiro com um salário mínimo por família, acrescidos 20% por dependente. O subsídio, embora fundamental para que as famílias possam se estabelecer em Mariana, é alvo de muitas críticas. Uma delas

---

<sup>14</sup> Dados publicados pela Agência Pública após acesso à prestação de contas da Fundação Renova nos anos de 2016 e 2017 através da Promotoria de Tutela de Fundações do Ministério Público de Minas Gerais.

é com relação ao montante pago. A maioria dos interlocutores desta pesquisa afirma que com o trabalho realizado em suas propriedades tinham condições de ganhar mais do que o valor recebido. Além disso, apontam o alto custo de vida na cidade de Mariana, em comparação com a pequena Bento Rodrigues, levando-os a gastar mais do que o habitual, como ressalta a atingida Keila Vardeli Fialho, quando conversamos em junho de 2017, em sua moradia provisória, na cidade de Mariana:

É complicado porque aqui em Mariana o custo de vida é muito alto. E aqui, se eles virarem pra gente e falarem que não vão pagar o aluguel mais, a gente não tem condições de pagar. Não tem mesmo. O aluguel mais barato aqui de todos que eu já vi é 900 reais. Presta atenção! Quando é que um pobre vai ter 900 reais para arrancar todo mês do bolso? Aí tem luz, tem gás, tem despesa, tem remédio, energia... Lá no Bento eu nunca paguei mais de 30 reais de energia. Aqui eu nunca paguei menos de 160 [reais]. Olha a diferença!

Se antes a verdura era colhida na horta de casa e preparada no fogão a lenha, hoje, em Mariana, precisam comprar tudo o que consomem nos mercados e o botijão de gás é um gasto que antes não existia. No final do mês, sem a possibilidade de obterem receita equivalente à anterior e com gastos excedentes, o valor do subsídio oferecido pela Renova dificilmente consegue suprir inteiramente suas despesas.

Outra questão referente ao auxílio financeiro oferecido é a qualificação necessária para recebê-lo. Ao longo de toda a bacia do Rio Doce, a responsável inicialmente por selecionar os “impactados pelo acidente”<sup>15</sup>, ou seja, quem é passível de receber o auxílio financeiro, é justamente a empresa causadora do desastre. Com isso, muitos são os atingidos direta ou indiretamente que acabam ficando de fora do cadastro da empresa e precisam recorrer na justiça para serem incluídos nos programas de reparação<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A Samarco e a Fundação Renova optam pela denominação “impactado” em vez de “atingido” e, com relação ao rompimento da barragem, usam o termo “acidente”. Em contrapartida, em Mariana, as pessoas que perderam suas casas com o rompimento da barragem se autodenominam “atingidas” e exigem que as empresas as reconheçam dessa forma. Em grande parte, a preferência por este termo é fruto da influência exercida pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), com grande atuação na região. Para eles, “impactado” não condiz com a situação vivida. O MAB também não aceita classificar o rompimento da barragem como “acidente”, preferindo falar em “crime”. É importante ressaltar, no entanto, que neste último ponto não há consenso entre os interlocutores acionados por esta pesquisa. Neste texto, respeitando a denominação êmica, usa-se o termo “atingido” e, com relação ao rompimento, opta-se por falar em “desastre”, conforme desenvolvido na Introdução.

<sup>16</sup> Sobre a falta de inclusão de muitos atingidos no cadastro, ver Zhouri et al (2018).



Deixar a empresa responsável pelo desastre definir quem são suas próprias vítimas, gera ainda como consequência uma desmobilização entre os atingidos. Como a empresa dispõe de certa autonomia para decretar quem recebe e quem não recebe auxílio, a insegurança quanto ao futuro gera receio nos atingidos e muitos têm medo de perder o auxílio caso se manifestem contra alguma ação da empresa. Nesse sentido, quem não é classificado como “impactado” pela empresa dificilmente tem força política necessária para fazer suas reivindicações.

Além de categorizar quem é merecedor da indenização, a Renova também precifica os bens materiais perdidos com o desastre. Conforme alertou o *Jornal A Sirene* (2018a, p. 9), os preços oferecidos pela fundação são bem inferiores aos praticados pelo mercado. Para uma família de atingidos de Barra Longa, a proposta de indenização por um pé de limão no início do período produtivo é de apenas R\$ 4,37. Com esse valor, dificilmente o atingido poderia adquirir uma muda de mesmo porte e muito menos comprar na feira ou supermercado o equivalente em limões do que seria produzido pela planta.

Outro ponto a ser considerado é que a Samarco elege o homem como titular do cartão de auxílio financeiro fornecido pela empresa, muitas vezes deixando de considerar a mulher como trabalhadora e relegando sua participação na economia doméstica como dependente do marido. Como muitas vezes o trabalho exercido pelas mulheres era em atividades informais, é difícil comprová-lo hoje<sup>17</sup>. Além disso, a titularidade do homem pode se tornar um potencial causador de casos de violência doméstica e uso abusivo de álcool e outras drogas (RODRIGUES et al., 2016, p. 169-170). Projetos anteriores apontam que a escolha da mulher como beneficiária inibe essas situações, como no caso do Programa Bolsa Família, do Governo Federal (ALCÂNTARA, 2014; MOREIRA et al., 2012 apud RODRIGUES et al., 2016).

Em denúncia conjunta movida pelos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, de Minas Gerais e do Espírito Santo, Defensorias Públicas da União e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em abril de 2018, a Fundação Renova é

---

<sup>17</sup> Em sua tese de doutorado, Zucarelli (2018) descreve o constrangimento de uma atingida que tenta, em audiência, provar que era uma vendedora autônoma e, portanto, recebia sua própria renda - não podendo ser enquadrada como dependente do marido.

formalmente acusada de violação dos direitos humanos das comunidades atingidas por dificultar o acesso às indenizações e aos auxílios emergenciais. As sete instituições listam os abusos cometidos pela Renova e pelas mineradoras durante o processo de reparação e expedem recomendações para sanar as irregularidades. Oferecendo um prazo de 20 dias, caso as recomendações não sejam cumpridas, as empresas poderiam ser responsabilizadas criminalmente pelas violações.

Após um processo de negociação, em junho de 2018, o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) Governança é aprovado pela fundação, pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton e pelos ministérios e defensorias públicas de âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Com ele, a gestão da Fundação Renova deveria contar com a participação das comunidades atingidas e seu direito a voto nas decisões sobre o processo de reparação. Porém, ele nunca chegou a ser implementado e as duas cadeiras às quais os atingidos têm direito no Conselho Curador da Fundação Renova nunca foram ocupadas.

Mesmo que não disponham de representação formal nas decisões tomadas pela fundação, a luta dos atingidos por seus direitos tem grandes reverberações. Com base em um parecer técnico elaborado pela equipe do GESTA, o Ministério Público e a Cáritas Brasileira consideram a necessidade de revisar o Cadastro Integrado, que avalia as perdas de cada família em decorrência do desastre. Conforme aponta Zhouri et al (2018, p. 51),

um dado relevante é que o questionário foi formulado a partir de uma perspectiva urbana e também empresarial agroindustrial alheia às dimensões próprias do universo rural, composto, sobretudo, por pequenos produtores, agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, grupos tradicionais e étnicos localizados ao longo da bacia do Rio Doce.

Identificando as insuficiências e equívocos do Cadastro Integrado, os atingidos exigem a elaboração de um novo cadastro de levantamento de perdas, buscando a reparação integral de seus direitos<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> É importante ressaltar, porém, que a revisão do Cadastro Integrado acontece apenas nas comunidades de Mariana. Ao longo da bacia do Rio Doce, os atingidos continuam sendo submetidos ao antigo cadastramento.

Além das indenizações e dos auxílios emergenciais, garantir uma justa reparação inclui o processo de reassentamento. Porém, estabelecer uma data para o reassentamento é uma tarefa difícil. O prazo para que a Fundação Renova entregue aos atingidos a construção do Novo Bento é bastante incerto. Inicialmente é divulgado pela Fundação a data de março de 2019 como previsão para o fim das obras. Em maio de 2016, a comunidade de Bento Rodrigues escolhe, através de votação em assembleia, o terreno conhecido como “Lavoura” para ser o destino da construção do Novo Bento. Pertencente à empresa Arcelor Mittal, Lavoura é um terreno localizado entre a cidade de Mariana e o povoado de Bento Rodrigues. Após a escolha, inicia-se o processo de aquisição do terreno por parte da Fundação Renova. Em novembro deste mesmo ano, o projeto urbanístico apresentado pela Renova é rejeitado pela comunidade de Bento, que apresenta várias críticas e sugestões, passando a participar do planejamento, que é aprovado só em fevereiro de 2018.

O alvará para a construção do reassentamento é obtido em agosto de 2018, mas as obras não têm início. Em abril de 2019, o Ministério Público de Minas Gerais entra com uma ação que exige a fixação de um prazo legal para a entrega do Novo Bento. O pedido é atendido e a justiça define o dia 27 de agosto de 2020 como data limite para entrega do reassentamento, sob pena de multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso. A Renova, no entanto, recorre mais uma vez, alegando, conforme esclarece o promotor de justiça de Mariana, Guilherme de Sá Meneghin, ao *Jornal A Sirene* (2020b, p. 4), atraso em decorrência de

alterações no projeto da Estação de Tratamento de Água e Esgoto do reassentamento de Bento Rodrigues, os pleitos apresentados em audiência para realocação e readequação dos terrenos de atingidos que estão recebendo imóveis com características inferiores ao original e a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental, expedido pelo Estado somente em 18 de junho de 2019.

Em audiência em janeiro de 2020, a juíza acolhe parcialmente o pedido, estendendo o prazo estabelecido para a entrega do Novo Bento para 27 de fevereiro de 2021, mas mantendo a multa diária de R\$ 1 milhão em caso de atraso. Somente em 29 de

julho de 2019, em um ato simbólico, é colocado o primeiro tijolo, que dá início à construção de uma das casas do reassentamento.

Enquanto lutam por seus direitos na justiça e esperam pela construção de seu novo povoado, os atingidos de Bento Rodrigues moram provisoriamente na cidade de Mariana. As diferenças entre os dois locais, porém, se tornam cada vez mais evidentes para eles. Bento Rodrigues era um subdistrito do município de Mariana, localizado a 35 km do centro de sua sede e fundado no final do século XVII, quando o bandeirante paulista Bento Godói Rodrigues ao pé da Serra do Caraça encontrou pepitas de ouro e resolveu demarcar aquelas terras, atribuindo-as seu próprio nome (VASCONCELLOS, 1904). Bento foi também o santo escolhido como padroeiro do lugar, que teve sua capela inaugurada 10 anos depois da fundação.

Sempre ancorado no garimpo, o povoado começou a se desenvolver: escola, energia elétrica, ruas asfaltadas etc. Por outro lado, Bento não deixou de preservar um ambiente predominantemente rural. Lá, pequenos proprietários de terra plantavam e colhiam seu próprio alimento em regime de agricultura de subsistência, criavam cavalos, gados, porcos e galinhas e levavam uma vida pacata. Havia uma praça, alguns bares e mercearias, vizinhos conversando na calçada, pássaros e plantas de várias espécies e hortas e fogões a lenha em praticamente todas as residências.

Em 2015, Bento contava com uma população de 612 habitantes, vivendo em 251 casas. Quase todos os moradores se conheciam, mas o local era também frequentado por viajantes da Estrada Real. Localizado entre os distritos de Santa Rita Durão e Camargos, Bento Rodrigues fazia parte do percurso do Caminho dos Diamantes, que liga Diamantina a Ouro Preto desde 1729 e por onde era abastecida a região diamantífera e se escoavam os minérios.

Já a sede, Mariana, que conta hoje com pouco menos de 60 mil habitantes, foi fundada em 1696, como arraial de Nossa Senhora do Carmo, primeira vila e primeira capital de Minas Gerais, Mariana só teve esse nome atribuído mais tarde, em 1745, em homenagem à rainha D. Maria Ana de Áustria, esposa do rei D. João V. O pó amarelo encontrado por bandeirantes paulistas no leito e no fundo do

Rio do Carmo, que hoje corta a cidade, acusou a imensa reserva de ouro presente na região e fez de Mariana base central na história de Minas Gerais.

A notícia do ouro mineiro logo se espalhou e atraiu aventureiros de todo o país. A população na região aumentou tão rapidamente que, “em 1701, não havia alimento em quantidade suficiente, e muitos morreram de fome com os bolsos cheios de ouro” (ALMEIDA, 2017, p. 38). Nesse primeiro período da mineração, o ouro era retirado de aluviões e sedimentos do Rio do Carmo. Logo a região se tornou uma das principais fornecedoras de minério para a coroa portuguesa. Entretanto, após 40 anos de exploração, as jazidas do rio começaram a secar, restando apenas as jazidas subterrâneas, com altas concentrações de ouro, ferro e outros metais, como o manganês e a bauxita.

A princípio, por falta de conhecimento, os garimpeiros procuraram aplicar nas montanhas as mesmas técnicas utilizadas nos rios, mas o constante desabamento das paredes laterais das escavações fez com que muitos garimpeiros desistissem da atividade. Em 1811, o engenheiro alemão Barão von Eschwege foi enviado a Minas Gerais para orientar os garimpeiros e aumentar a produtividade. Seis anos depois, Eschwege convenceu o governo a criar uma empresa de mineração, a Sociedade Mineralógica de Passagem, na Mina de Passagem, localizada entre Mariana e Ouro Preto. Dessa forma, o garimpo começava a se tornar uma atividade empresarial organizada.

Dois séculos depois, Mariana ainda se sustenta com os *royalties* provenientes da mineração, sendo pequena a arrecadação municipal assegurada pelo turismo, por exemplo. Com mais de 300 anos, por seu vasto acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, é destino incontornável de turistas a procura de cidades históricas, igrejas centenárias, artesanato e comida mineira. Só depois do rompimento da barragem, porém, é que a prefeitura passou a investir mais no setor, conquistando em 2016 nota máxima na lista de municípios mineiros habilitados a receberem parcelas do ICMS Turístico (COUTO, 2016), repassadas pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Turismo (Setur).

Apesar do maior investimento, comerciantes reclamam da queda no turismo<sup>19</sup>. Muitos são os vendedores de artesanato local e comerciantes em geral que apontam a imprensa como responsável pela escassez de turistas circulando pela cidade. Segundo eles, a forma como a imprensa noticia, como um desastre “de Mariana”, é injusta, pois muitos turistas em potencial pensam que a sede marianense e suas ruas de basalto foram destruídas com o rompimento da barragem, quando na verdade a lama passou a mais de 20 km de distância do centro histórico.

Ainda que o fluxo de turistas tenha diminuído, além dos quase 60 mil habitantes, Mariana é local de passagem ou permanência de muitos estudantes e viajantes do mundo todo. Assim, o fluxo de pessoas circulando diariamente pela cidade é bem maior do que sua população local. Esse ponto, dentre outros que veremos a seguir, precisa ser considerado quando se nota que os atingidos de Bento Rodrigues consideram Mariana uma cidade grande e agitada. Se para muitos ela representa o interior pacato típico das cidadezinhas mineiras, para os interlocutores da pesquisa Mariana é, antes de tudo, uma *cidade* - em oposição ao *campo* onde moravam.

## 2.2. Campo e cidade

Embora Mariana seja uma cidade relativamente pequena, no interior de Minas Gerais, sua dinâmica é muito diferente de Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, um dos distritos de Mariana. Nas narrativas dos interlocutores desta pesquisa, a diferença entre as duas localidades se torna clara quando contam como era a vida que levavam em Bento e como é a vida agora em Mariana. Keila, interlocutora da pesquisa, ressalta ainda que além de estarem vivendo em um lugar

---

<sup>19</sup> Não foi encontrada nenhuma pesquisa que apresente números precisos sobre a queda no turismo em Mariana. Alguns jornalistas afirmam que segundo a prefeitura a queda no número de turistas chega a 30% (G1, 2016) e que hotéis e pousadas tenham registrado queda de 50% na ocupação (MENDES, 2016). É preciso considerar ainda que essa queda pode ter como agravante outros fatores, como a crise econômica e política em âmbito nacional. Em face da dificuldade em estimar qual o efeito do desastre na queda do turismo, prefiro basear a informação apenas em depoimentos colhidos durante o trabalho de campo, considerando, porém, tais ressalvas.

diferente, pesa o fato de não ter sido uma opção. Em suas palavras, os atingidos foram “expulsos” de suas casas.

A mudança para ela foi extrema. Em Bento Rodrigues, Keila foi uma das 8 responsáveis pela criação da Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero), que produzia geleias de pimenta biquinho. As associadas da Ahobero cuidavam desde a colheita das pimentas, plantadas no próprio terreno da Associação, até a produção e engarrafamento das geleias. Nenhum agrotóxico era usado na plantação, somente esterco natural adubava as plantas. Embora a Associação ficasse na parte alta de Bento Rodrigues e não tenha sido atingida pela lama, quando os rejeitos invadiram o povoado as pimentas já estavam em ponto de colheita e a Associação estima que cerca de 2 mil quilos de pimenta foram perdidos com o rompimento.

A rotina de Keila no trabalho com as pimentas era atarefada, mas ela gostava.

A gente ia para a roça trabalhar. Serviço de horta é pesado, mas a gente ficava feliz, nem via a hora passar. Capinando, conversando, brincando, a hora passava rápido. Lá a gente trabalhava na parte da manhã na horta, depois ia para casa e dava tempo de arrumar a casa e fazer almoço para os meninos que estavam na escola. Na parte da tarde, quando era época da colheita, a gente ia para a Associação guardar as pimentas e quando estava produzindo geleia passava o dia inteiro lá (Keila).

Além da Associação, Keila mantinha pomar e horta com vários pés de alface, couve, chuchu, cebolinha, laranja, mexerica, jabuticaba e muitos outros, mantidos todos sem agrotóxicos. Quando ia preparar a comida, bastava colher direto no pé o que ia consumir. Morando em Mariana, a alimentação dela e da família é bem diferente. Agora os produtos que eram colhidos no quintal de casa precisam ser comprados no supermercado, porque as casas provisórias alugadas em Mariana não têm espaço para abrigar uma horta ou um pomar. Além de gastar mais, Keila reclama do sabor das frutas e verduras compradas nos mercados, atribuindo ao agrotóxico e ao amadurecimento forçado um gosto peculiar: “lá em Bento, se a gente ia fazer um chuchu era só colher no pé aqueles pequenininhos, verdinhos e

novinhos. Fazia até com a casca. Hoje, se você for no supermercado ou na feira comprar um chuchu, é aquele chuchu grande, duro e sem gosto nenhum”.

Embora a Associação tenha voltado a funcionar, com suporte da Fundação Renova, em uma cozinha alugada no bairro de Colina, em Mariana, a pimenta usada para fabricar as geleias não é mais produzida pelas associadas. Da mesma forma, a horta que mantinham também não pôde ser retomada, por falta de espaço. O hábito de cultivar e cuidar de plantas e animais acompanha a maioria dos atingidos de Bento Rodrigues. Dona Efigênia, mãe de “Da Lua” e Vilma, interlocutores da pesquisa, insiste em cultivar em uma jardineira no pequeno quintal cimentado da casa em que mora provisoriamente em Mariana, suas flores e hortaliças. Contando com pouco mais de 10 m<sup>2</sup> para manter seu pequeno jardim, o espaço de que dispõe hoje é bem diferente dos 3.000 m<sup>2</sup> de seu antigo lote em Bento Rodrigues.

Se o terreno em que moravam era, em grande parte, muito maior, era menor, porém, a distância entre parentes e amigos. Uma das principais reclamações dos atingidos alojados em Mariana é de agora morar longe de quem antes eram seus vizinhos. A distribuição dos atingidos na cidade de Mariana é muito diferente do ordenamento antes existente em Bento Rodrigues. As casas alugadas provisoriamente pela Fundação Renova estão dispostas em diferentes bairros da cidade. Com isso, os vizinhos e parentes que conviviam diariamente em Bento Rodrigues, hoje dificilmente se encontram em Mariana.

No estudo pioneiro de Ferdinand Tönnies (1947), comunidade aparece, em geral, em oposição à sociedade. Para Tönnies, a comunidade é marcada por relações primárias e íntimas enquanto a sociedade por relações secundárias e públicas, em referência, respectivamente, às solidariedades mecânica e orgânica durkheimianas. Tönnies argumenta que a cultura industrial e urbanização ascendentes com a Revolução Industrial romperam os laços sociais duradouros, deixando os indivíduos deslocados. Georg Simmel, em seu clássico ensaio *As grandes cidades e a vida do espírito* (2005), de 1903, também faz essa distinção ao apontar os avanços da industrialização e do comércio. Para ele, com o crescimento das cidades, as interações e os estímulos sociais se tornaram mais dinâmicos e



acelerados, enquanto nas pequenas cidades ou áreas rurais a vida parecia fluir mais lentamente e de forma mais duradoura. As cidades sobre as quais escrevem Tönnies e Simmel são as metrópoles europeias ascendentes a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. Simmel, por exemplo, acompanhou Berlim saltar de 400 mil para 3 milhões de habitantes durante a segunda metade do século XIX.

Fugindo um pouco da lógica dualista de oposição, Robert Redfield (1989) aponta três tipos ideais de sociedade: 1) as comunidades pequenas ou “primitivas”, autossuficientes e autocentradas - objetos clássicos dos estudos antropológicos -; 2) as sociedades camponesas, que ainda estabelecem ligações com os centros urbanos; e 3) as sociedades urbanas, representando as cidades mais desenvolvidas. Além de estarem distantes dos centros urbanos, as sociedades camponesas são caracterizadas pela homogeneidade das atividades realizadas por seus componentes, pela baixa densidade populacional e por desfrutarem de um certo grau de autossuficiência, reconhecendo, porém, que seu fechamento não é tão rígido quanto o das comunidades pequenas.

Essas definições nos ajudam a refletir sobre o campo de pesquisa, entretanto, no que diz respeito ao espaço rural, é evidente que ao longo dos anos ele sofre profundas transformações.

A diversificação dos laços sociais associa-se normalmente à importação de novos estilos de vida mais urbanizados, que passam pela incorporação de novos valores e rotinas como, por exemplo, o aumento e a generalização dos hábitos de consumo, o alargamento do tempo dedicado ao lazer e, a frequência regular de espaços lúdicos e de divertimento, a importância atribuída à cultura e à instrução e socialização dos filhos, o acesso generalizado aos meios audiovisuais de comunicação e de informação de massa, etc. (CARMO, 2009, p. 267).

Ainda que as categorias não sejam mais tão rígidas, elas nos servem para demarcar diferenças significativas apontadas pelos interlocutores da pesquisa. Mariana, com menos de 60 mil habitantes, mesmo longe de poder ser considerada uma metrópole, se difere bastante de Bento Rodrigues, que possuía cerca de 600 moradores, ou seja, aproximadamente apenas 1% da população marianense. A densidade populacional é um importante fator a influenciar na interação entre os indivíduos.

Sandra Quintão, interlocutora da pesquisa, ao falar sobre o que mais sente falta em Bento Rodrigues, lamenta justamente a falta dos fregueses que frequentavam seu bar. Ponto de encontro em Bento Rodrigues, o Bar da Sandra completava 15 anos em 2015, quando a enxurrada de lama o arrancou dali e o arrastou para longe. Antes do bar, o pai de Sandra administrou por mais de 40 anos no mesmo local uma mercearia. Quando faleceu, Sandra assumiu o negócio e o transformou em bar, restaurante e pousada, que além dos fregueses de Bento Rodrigues e região, abrigava os viajantes da Estrada Real. Disposto em um casarão antigo, com piso de pedra - que Sandra faz questão de ressaltar -, o Bar da Sandra servia comida mineira preparada no fogão a lenha, petiscos e bebidas. No final de semana, os fregueses se reuniam ali depois do futebol para jogar truco, ouvir música e conversar.

Depois do rompimento, Sandra é enviada para o Hotel Providência, onde consegue voltar a cozinhar em uma cozinha desativada do hotel. Lá ela começa a fabricar e comercializar coxinhas de frango. Quando alguém vai visitá-la ou entrevistá-la no hotel aproveita para comprar as famosas coxinhas de Bento, hoje fabricadas na casa provisória em que Sandra mora em Mariana e vendidas na Feira Livre Municipal, no estacionamento do Centro de Convenções, aos sábados, e na Feira Noturna, na Praça dos Ferroviários, às quintas-feiras. Ter uma barraca na feira e voltar a cozinhar, para ela, além de uma forma de se manter ativa, é uma maneira de continuar em contato com o público e com seus antigos fregueses enquanto esperam pelo reassentamento.

Em Mariana, muitos são os atingidos que, assim como Sandra, tentam manter o contato com a comunidade de Bento Rodrigues. Seja participando das atividades organizadas pela Fundação Renova, como a horta coletiva e os grupos de apoio, seja nas ruas de Mariana, eles procuram preservar seus vínculos de amizade e de comunidade. O Centro de Convenções, por exemplo, se firma como o local das reuniões realizadas entre os atingidos e representantes da Fundação Renova ou da própria Samarco. Pouco antes da reunião começar, os atingidos se encontram em frente ao prédio do Centro para “colocar o papo em dia”. Com o tempo, mesmo quando não há nenhuma reunião marcada, eles vão ao local em

busca de conhecidos. Assim, a mureta em frente ao local vai se definindo como um ponto de encontro para muitos atingidos.

Outros, porém, tomam o caminho oposto, se isolando em suas moradias provisórias. Esse afastamento é consequência tanto de problemas de saúde, como depressão e transtorno de ansiedade (PRISMMA, 2018), quanto das diferenças do próprio espaço. Mariana é marcada por suas ruas íngremes e calçadas estreitas. No centro histórico, as ruas têm calçamento de pedra, preservado como patrimônio histórico e cultural. Tais características dão charme e identidade à cidade, porém, para idosos ou pessoas com dificuldade de locomoção, transitar por Mariana é uma tarefa árdua.

Em Bento Rodrigues, com menos carros e pessoas passando e com ruas mais planas, era mais fácil se locomover e os idosos podiam caminhar tranquilamente. Outras afetadas com as mudanças para o espaço urbano são as crianças, que em Bento eram criadas com mais liberdade e estavam acostumadas a brincar na rua, nadar no rio, subir em árvore, mas em Mariana, como há mais movimento e pessoas desconhecidas, são criadas com mais rigor e têm de brincar dentro das casas. A declaração de José Geraldo Marcelino, morador de Paracatu de Baixo, para o *Jornal A Sirene* (2020a, p. 5) esclarece esse ponto:

Para a minha filha, teve uma diferença grande, pois, aqui em Mariana, ela não encontra muito os amigos, então ela passa as férias mais é mexendo no celular e na televisão, uma hora ou outra que sai. Na roça era diferente, moravam uns perto dos outros, podia ficar até tarde na rua sem perigo, sempre estavam brincando de alguma coisa. Aqui não brincam muito e, à noite, aqui, é perigoso e, sempre que ficamos sabendo de eventos, já passou a data.

Somada às diferenças entre Bento Rodrigues e Mariana, a dificuldade de adaptação dos atingidos na nova morada é agravada pelo preconceito que sofrem nas ruas do município, devido, em grande parte, à grave crise de desemprego que assola Mariana desde que a Samarco tem suas atividades suspensas pela justiça. Muitos funcionários são demitidos e a cidade, cujo rendimento é proveniente quase exclusivamente das atividades de mineração, sofre as consequências da falta de diversidade em seus rendimentos. Com a crise, muitos marianenses culpam os

atingidos pela paralisação das atividades da mineradora e pelo consequente alto índice de desemprego na região.

Os atingidos relatam ouvir constantemente pelas ruas do município comentários que questionam seu sofrimento. Vilma Gonçalves, interlocutora da pesquisa, é uma das mais enfáticas ao abordar o tema. Quando nos encontramos em julho de 2017 em seu local de trabalho, na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Bento Rodrigues e Paracatu, uma unidade provisória localizada em Mariana para atender os atingidos, Vilma me conta ser recorrente que atingidos ouçam pessoas na rua acusando-os de serem preguiçosos e estarem se aproveitando da situação, além de, por supostamente tentarem desfalcar a mineradora, serem os verdadeiros responsáveis pelo desemprego na cidade. Ela faz questão de ressaltar para mim que nada do que estão recebendo é ganhado - ao contrário, trata-se de um ressarcimento pelos danos causados e bens perdidos. Ainda que Vilma disponha de argumentos para se defender, ela deixa claro que esses comentários constantemente “abalam o psicológico” dos atingidos. Na UBS em que trabalha, por exemplo, a procura por atendimento psicológico tem aumentado com o passar do tempo. Segundo Vilma, o preconceito enfrentado nas ruas e a ansiedade causada pela espera são os motivos que causam o adoecimento mental dos atingidos.

Um estudo realizado pelo Projeto PRISMMA (2018), Práticas Interdisciplinares em Saúde Mental na Academia, da UFMG, corrobora com os apontamentos de Vilma. Segundo o relatório da pesquisa, 62,7% dos 225 entrevistados relatam sofrer discriminação em relação a condição de atingido. Além disso, 28,9% da amostra avaliada apresenta um quadro de depressão e 32% de transtorno de ansiedade generalizada. Esses números são, respectivamente, cinco e três vezes maiores do que os apontados pela Organização Mundial de Saúde para a população brasileira em geral, em 2015. 12% da população adulta entrevistada preenche os critérios necessários para o diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático, taxa semelhante às encontradas após o acidente nuclear de Fukushima ou os atentados às torres gêmeas do World Trade Center.

O conceito de *slow violence*, cunhado por Rob Nixon (2011), demonstra que, em contextos de desastre, embora inicialmente o altruísmo seja o

comportamento social preponderante, após um breve período é possível observar a prática de uma violência lenta e crescente contra as vítimas. No caso de Mariana, a *slow violence* se propaga em defesa da mineradora e do retorno de suas atividades no município. A influência da Samarco na região é tão expressiva que alguns marianenses, em grande parte ex-funcionários e seus familiares, criam um movimento solicitando o retorno da empresa. Com o slogan “Justiça sim, desemprego não! #FicaSAMARCO”, o grupo conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana e, de forma menos explícita, da própria Prefeitura, interessada nos *royalties* da mineração. Além de camisetas e faixas com o mote fixadas em fachadas de casas e lojas da cidade, várias passeatas são organizadas pelo grupo em defesa da permanência da empresa na cidade e do retorno imediato de suas atividades, paralisadas por ordem judicial.

Não só os marianenses apoiam o movimento, alguns atingidos também saem em defesa da empresa. Dona Maria Lúcia da Silva Alves, de 64 anos, mãe de Paula Alves, ambas interlocutoras da pesquisa, também defende o retorno da Samarco. Ela elogia a empresa por não deixar os atingidos desamparados e tem confiança de que o Novo Bento será construído e, em breve, eles serão reassentados. O argumento de que a empresa deveria deixar de operar em Mariana dificilmente é defendido por algum atingido. A maioria exige apenas que a empresa cumpra com o acordo ao qual se comprometeu na justiça. Alguns, no entanto, como Dona Maria Lúcia, acham o acordo injusto com a empresa.

A permuta do terreno em Novo Bento pelo terreno devastado em Bento Rodrigues foi uma das propostas iniciais da empresa. O Ministério Público foi contra e a maioria dos atingidos exige a posse das duas propriedades: a antiga, em Bento Rodrigues, que preserva parte de suas histórias, e a nova, no Novo Bento, onde poderão reconstruí-las. Dona Maria Lúcia, porém, discorda e acredita que o justo seria permutar. Na visão dela, alguns atingidos querem tirar vantagem da situação. Opiniões e posicionamentos como o dela são recorrentes nas falas de muitos interlocutores marianenses e, para atingidos como Vilma, contribuem para o

agravamento de um desconforto e uma insatisfação crescentes em morar provisoriamente em Mariana.

### 2.3. Vidas em suspenso

Ao longo do trabalho de campo, o clima predominante nas conversas e na convivência com os atingidos é de insegurança e tensão. Nem todos estão convictos de que a mineradora irá cumprir com o pagamento total das indenizações e construir o Novo Bento. Morando de aluguel, pago pela Fundação, também não estão seguros quanto ao próprio futuro. Para muitos deles, as empresas responsáveis pelo desastre podem encontrar meios legais para deixar de pagar as indenizações. Nesse clima de angústia e incerteza que predomina entre os atingidos, somado à falta de adaptação à cidade e ao preconceito sofrido, muitos atingidos descrevem a situação de espera pelo reassentamento em que se encontram como uma “vida em suspenso”.

Suspender uma vida pode ser sobre pendurá-la, no sentido de tirá-la do chão, ou ainda, sobre suprimi-la. Conforme Norval Baitello Junior (2019) esclarece, a palavra latina *pendere*, pender, deriva verbos como pendurar e depender. Para os atingidos, a ideia de suspensão está relacionada ao fato de que, após o rompimento, o tempo passa a correr como se a vida estivesse parada, aguardando o reassentamento para poder ser enfim retomada, ou, nas palavras de Rosária Ferreira Duarte Frade para o *Jornal A Sirene* (2017a, p. 2), “[a] situação dos atingidos é como se nós tivéssemos dado um *pause* nas nossas vidas e não conseguíssemos mais dar o *play*”. Ou ainda, conforme Marinalda Aparecida da Silva Muniz, esposa de Marquinhos, interlocutor da pesquisa, “[paramos] no tempo desde o dia 5 de novembro de 2015, apertaram o *stop* das nossas vidas. Quando teremos o direito de apertar o *play*?” (JORNAL A SIRENE, 2019c, p. 12).

Observando constantemente falas como essa, surgem questões sobre a própria confecção deste trabalho. Como a escrita deste texto pode evidenciar a suspensão de uma vida parada no tempo? Antes de tudo, é preciso atentar-se para o que aponta Johannes Fabian (2013), reconhecido por questionar com bastante

veemência a disciplina antropológica no que diz respeito à referência temporal no trabalho dos antropólogos. Sua crítica sugere que há uma incoerência bastante recorrente na escrita antropológica, pois, se a disciplina é baseada na etnografia - e esta última, em uma interação comunicativa só possível através do compartilhamento do tempo -, então é contraditório que os antropólogos neguem o que Fabian chama de “coetaneidade”, ou seja, o tempo partilhado pelo antropólogo e pela comunidade estudada.

O recurso narrativo usado constantemente pelos antropólogos se vale de um distanciamento temporal que aprisiona os grupos estudados em um tempo diferente daquele em que o pesquisador escreve. Segundo Fabian (2006, p. 510), podemos observar isso no uso de termos como “primitivo”, “camponês” ou “subdesenvolvido”. Ou seja, ainda que teoricamente o trabalho não corrobore com tal ideia, no momento da escrita, ele geralmente tende a negar a coetaneidade.

Pensando em solucionar os empecilhos apontados por Fabian, neste trabalho opto por demarcar o tempo verbal usado na escrita do texto. Como a pesquisa é realizada durante o período que compreende o depois do rompimento e o antes do reassentamento, sempre que possível procuro usar o tempo verbal no presente. Quando se trata, porém, do período anterior ao desastre, busco sempre usar o tempo verbal no passado e, da mesma forma, quando é necessário se referir ao período que compreende o depois do reassentamento, uso o futuro verbal.

Mais do que uma opção estilística, essa forma de escrita busca se equiparar ao modo de narrar adotado por meus interlocutores na maior parte do tempo. Em geral, quando narram os acontecimentos, o rompimento é a demarcação temporal que separa o antes do agora, enquanto o reassentamento é a fronteira que demarca o horizonte futuro. Ocorrência semelhante é observada no estudo de Sonia Barbosa Magalhães (2007). Em sua pesquisa sobre a dimensão social do sofrimento no caso do deslocamento compulsório para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Magalhães também observou a separação temporal que seus interlocutores faziam: o período anterior às intervenções espaciais causadas pela Eletronorte configurava o “tempo da terra livre”, o antigamente, enquanto o “tempo do levantamento” se referia ao fim da terra livre e início do deslocamento.

Ademais, é preciso ter clara noção da complexidade da questão do tempo. Henri Bergson (1988), ao se debruçar sobre o tema, cunha o termo “duração”, através do qual considera não a passagem quantitativa do tempo, ou seja, aquela marcada pelo correr do relógio, passível de ser medida, mas sim uma passagem qualitativa do tempo. Isto é, para ele, em uma situação de tédio ou espera, o tempo pode ser percebido como interminável, enquanto se configura como um instante apenas se ocupado de outra maneira. É clara, portanto, a distinção existente, para Bergson, entre o físico e o psíquico. O exemplo clássico dessa diferença é encontrado nas duas possibilidades apresentadas diante das “sucessivas badaladas de um sino distante” (ibid., p. 64):

Ou conservo cada uma destas sensações sucessivas para as organizar com as outras e formar um grupo que me lembra uma ária ou um ritmo conhecido: então, não conto os sons, limito-me a recolher a impressão, por assim dizer, qualitativa que o seu número exerce em mim. Ou, então, proponho-me explicitamente contá-los, e importará, pois, separá-los, e que esta separação se realize em algum meio homogêneo em que os sons, privados de suas qualidades, de alguma maneira vazios, deixem vestígios idênticos da sua passagem.

Assim, o ressoar do sino pode levar a uma sensação (sentir o escoamento do tempo) ou à mensuração (identificar o número de badaladas). Segundo o filósofo francês David Lapoujade (2013), podemos encontrar dois lados da experiência em Bergson: o lado que corresponde à inteligência, que obedece à lógica da representação, e o lado da intuição ou emoção profunda, que operam segundo um tempo e uma lógica distintos. Dessa forma, o autor propõe uma leitura que priorize um pensamento do afeto em Bergson. Sob essa perspectiva, ao tratar da espera, Lapoujade escreve que

a espera se define, primeiramente, como um afeto que se produz no tempo. Segundo o célebre exemplo de Bergson, é preciso esperar que o açúcar derreta... Como o lamento, a espera se abre sobre outras durações, aquelas que justamente nos fazem esperar, aqui a própria duração do universo material durante a qual o açúcar derrete. Entretanto, ainda nesse caso, não acontece que a espera deixe de estar no tempo para se tornar uma disposição relativa ao tempo por inteiro - e que a vida se transforme então em uma vida de espera? Viver não é esperar indefinidamente que o tempo passe ou que a vida comece? Podemos pensar no destino do personagem da novela "A fera na selva", de Henry James, cuja existência é inteiramente



dedicada a esperar que alguma coisa aconteça, a espreitar como um caçador o acontecimento que deve transfigurá-lo, a vida como escatologia pura. Todo o tempo se organiza em torno do acontecimento que deve acontecer, mas não acontece, como se a espera impedisse justamente que aconteça seja lá o que for. Essa é a moral de todas as grandes narrativas sobre a espera, de James a Beckett: nunca acontece nada àqueles que esperam; nada, a não ser o fato de terem esperado em vão. Sempre esperamos como lamentamos, em vão. A espera nada mais é do que uma melancolia invertida, outra figura da infelicidade do homem. De qualquer modo, nos dois casos, é através de um afeto ou de um complexo de afetos que se constitui essa nova ordem do tempo (ibid., p. 15).

Nesse sentido, ainda que a espera estabeleça uma “nova ordem de tempo”, ela não rompe com a ideia de continuidade da duração na obra de Bergson, ou seja, há sempre o prolongamento de um antes em um depois, mesmo enquanto esperamos o açúcar derreter. Se a continuidade da duração é, portanto, fundamental para Bergson, para o filósofo Gaston Bachelard (1994), é a descontinuidade o elemento da duração. Ao refletir sobre nossa percepção do tempo, Bachelard ressalta que tendemos a supor a existência de uma continuidade, porém, segundo ele, o tempo é composto de várias dimensões, ou ainda, de uma espessura. Assim, a superposição da temporalidade constitui a própria existência:

Acima do tempo vivido, o tempo pensado. Esse tempo pensado é mais aéreo, mais livre, mais facilmente rompido e retomado. É nesse tempo matematizado que estão as invenções do Ser. É nesse tempo que um fato se torna fator. Qualifica-se mal esse tempo ao dizer que ele é abstrato, pois é nesse tempo que o pensamento age e prepara as concretizações do Ser (ibid., p. 24).

Dessa forma, para Bachelard, não é possível perceber o escoar da duração, porém, é possível estabelecer temporalidade a partir daquilo que marca nossas vidas e constitui nosso ser.

Quando se trata do caso específico do tempo em situações de desastre, Norma Valencio afirma, por exemplo, que há duas demarcações temporais disseminadas pela defesa civil e pelo *mainstream* científico: “uma, associada à manifestação do evento visto como ‘perigo’ e outra, associada aos ditames burocráticos das providências emergenciais. Tudo o mais que venha ocorrer é denominado como ‘pós-desastre’” (VALENCIO, 2016, p. 43). Essa classificação temporal se descola do tempo do sofrimento social vivido pelos atingidos, para quem

“há outros tempos subjetivos e objetivos longos implicados na situação de sofrimento, vinculados à perda de objetos de memória e de identidade social” (ibid.). No caso do rompimento da barragem de Fundão, Valencio cita como exemplo desses diversos tempos a devastação de lugares como Bento Rodrigues e a falta de abastecimento de água em várias cidades de Minas Gerais e Espírito Santo.

Segundo a autora, a destruição do povoado de Bento Rodrigues tem papel central na questão temporal do desastre. Conforme ressaltado anteriormente, com a ruína do povoado os atingidos são obrigados a se mudar provisoriamente para a cidade de Mariana, onde lutam por seus direitos e aguardam a construção do Novo Bento e o novo deslocamento. Assim, afirmar que “desastre” é o rompimento da barragem e negar seu alargamento no tempo desconsidera o impacto desse rompimento sobre a vida cotidiana das pessoas, os problemas em decorrência do deslocamento compulsório e todas as questões levantadas aqui.

Com relação ao deslocamento compulsório, no campo da Antropologia, a pesquisa de Lidia Marcelino Rebouças (2000) se destaca ao analisar o processo de reassentamento de famílias ribeirinhas deslocadas na região do Pontal do Paranapanema, em decorrência da inundação de terras para geração de energia. A ênfase do trabalho se centra na análise dos programas de reassentamento, que são planejados pelo próprio setor elétrico e visam solucionar os problemas originados pelo deslocamento. Neste processo, aponta a autora, o componente central é a compulsoriedade do deslocamento:

Ou seja, não estou tratando aqui de migrações provocadas por conjunturas econômicas desfavoráveis, ou de políticas que incentivam a migração com objetivos de povoamento e ocupação do território nacional. [...] A compulsoriedade significa a irremediável liberação das águas a serem alagadas. Não existe, portanto, qualquer possibilidade de permanência na beira dos rios, ou de recusa do abandono das residências, fato que torna o deslocamento irreversível (ibid., p. 27).

Magalhães (2007), em sua tese de doutorado, alerta para a falta de problematização do sofrimento nas pesquisas sobre deslocamentos compulsórios e propõe, em seu trabalho, submeter a dimensão do sofrimento à análise. Por deslocamento compulsório, ela está considerando “o processo pelo qual

determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras” (ibid., p. 14), destacando o cerceamento do poder decisório desses grupos devido a intervenção externa. Com relação ao sofrimento social, a autora o define como “uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas” (ibid., p. 16).

A autora ancora sua pesquisa etnográfica nas discussões presentes na arena pública e no universo acadêmico acerca do deslocamento compulsório e no caso de Tucuruí, no estado do Pará, onde em novembro de 1984 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pela Eletronorte. Entre 1984 e 2006, Magalhães acompanhou o processo de deslocamento e reassentamento das famílias que residiam nas localidades que seriam inundadas pela usina. O lamento presente nas narrativas colhidas ao longo de quase duas décadas e a dor da perda são largamente expostos pela antropóloga, que alerta para o fato de que a dimensão do sofrimento é subestimada no processo de deslocamento, uma vez que não é possível avaliar as consequências e transformações desencadeadas pelo próprio processo.

Tucuruí também foi cenário do trabalho fotográfico de Paula Sampaio (2013), resultado do XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia na categoria Documentação do Brasil. O fotolivro *O lago do esquecimento* traz depoimentos dos moradores das ilhas de Tucuruí dividindo as páginas com fotografias em preto e branco da floresta inundada em decorrência da construção da usina hidrelétrica. Neste lago do esquecimento, as narrativas represam e as memórias naufragam.

No fotolivro *Paisagem submersa*, de João Castilho, Pedro David e Pedro Motta (2008), encontramos o retrato da inundação de sete municípios no estado de Minas Gerais, para a instalação da Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha. Entre 2002 e 2007, os três fotógrafos registraram o cotidiano de cerca de 1100 famílias que tiveram suas terras inundadas e foram obrigadas a se deslocar. As fotos, diferentemente do observado no trabalho de Sampaio (2013), não dividem

espaço com nenhuma palavra. Em silêncio, buscam evidenciar as transformações ocorridas na paisagem e na vida dos atingidos.

Ao fazer um levantamento de produções artísticas, que se utilizam, portanto, de uma outra lógica, a de um pensamento sensível, para alcançar modos de expressão sobre deslocamentos em decorrência de inundações, é preciso lembrar ainda do filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé (2003). Na ficção, os moradores do pequeno vilarejo de Javé, no interior da Bahia, são surpreendidos com a iminente construção de uma usina hidrelétrica que inundará a cidade. Na tentativa de impedir o empreendimento, os moradores descobrem que Javé poderia ser preservada se fosse considerada patrimônio histórico. Assim, os moradores se lançam na produção de um documento que comprove o valor histórico de Javé. Antonio Biá (interpretado pelo ator José Dumont), um dos poucos moradores alfabetizados, fica responsável por escrever o documento, registrando as histórias contadas pelos moradores.

O filme dá margem a uma série de discussões, em especial a respeito da construção da História e da predominância da escrita sobre a narrativa oral. Interessa aqui, porém, o sentimento de insegurança que passa a tomar conta da comunidade desde o anúncio da possibilidade de inundação do povoado. Ainda que tentem reverter a decisão imposta pela construção da usina, ou seja, ainda que haja esperança na espera pela inundação, há também o temor da necessidade de deslocamento.

Em Bento Rodrigues, não houve a possibilidade nem o tempo de assimilar o deslocamento. Após o rompimento da barragem, estima-se que os atingidos tiveram cerca de 10 minutos para se salvarem antes que Bento fosse completamente tomado pela lama. Com isso, não houve tempo para Sandra pegar seus documentos ou para Seu Zezinho e Dona Irene conseguirem tirar o carro da garagem. A avalanche de rejeitos não lhes ofereceu ainda tempo suficiente para conceber o deslocamento, como acompanhamos no caso fictício de Javé ou nos trabalhos citados acima.

O desastre de Bento, portanto, traz uma diferença fundamental destes outros casos citados que tratam do deslocamento em decorrência da construção de

barragens de água. Além do deslocamento compulsório, há o componente do tempo. Assim, nas cenas finais do filme, acompanhamos o deslocamento dos atingidos de Javé, que levam consigo seus poucos pertences enquanto assistem à inundação. Em Bento, os atingidos assistiram à destruição de seu povoado e também de praticamente todos os seus pertences.

Outra diferença fundamental é que, no caso dos atingidos pela barragem de Fundão, a espera pelo reassentamento ocorre enquanto vivem em uma situação provisória. Esta especificidade, fruto da destruição de seus objetos, de suas casas e de seu povoado, gera o que chamo aqui - em consonância com as narrativas dos atingidos - de *vidas em suspenso*. O rompimento exige o deslocamento compulsório, porém, uma nova etapa é acrescentada: a espera pela construção do novo povoado de destino. Essa nova etapa é fundamental para entender o contexto específico de Bento Rodrigues no qual a espera é somada à provisoriedade.

Assim, se tornam recorrentes declarações como a de Marquinhos para o *Jornal A Sirene* (2018b, p. 6): “A sensação que tenho, e acho que é a mesma da maioria dos atingidos, é que, nesses três anos, a nossa vida parou”. Em uma de nossas conversas, fico intrigada quando Marquinhos me repetia o mesmo declarado ao jornal mesmo após relatar inúmeros compromissos que ele tinha agora, como representante da Comissão dos Atingidos.

Marcela: Eu achei curioso que você falou assim: “minha vida está parada”, mas é interessante que agora seu dia é muito mais agitado do que antes [do rompimento], não é?

Marquinhos: É, mas a vida mesmo está parada, porque eu, como aposentado, dentro das minhas áreas lá [em Bento Rodrigues]... Antes mesmo até de eu aposentar eu já tinha a minha rendazinha. Uma laranja que eu vendia, uma banana, um ovo, um frango. Aposentei, “opa, agora a minha renda pode até melhorar”. A qualidade de vida era outra. E daquele jeito: hoje, mexe, mexe, mexe, mas no que é, como se diz, uma coisa que eu poderia estar fazendo para complementar a minha renda, não faço. Não tenho como fazer, entendeu? Sendo que o tempo está todo ocupado. Então, é nesse sentido.

A explicação dada por Marquinhos é fundamental para conseguirmos compreender de que vida ele está falando quando sugere a pausa. A vida interrompida com o desastre é aquela condizente com seu modo de vida, é aquela

que era levada no pequeno povoado de Bento Rodrigues. Cuidar das plantações e dos animais, com possibilidade de, assim, complementar sua renda, não é mais viável. A suspensão dessa possibilidade é o que impede uma determinada vida de continuar seguindo. Embora Marquinhos valorize a questão financeira, ele não deixa de sugerir que “[a] qualidade de vida era outra” - na verdade, a própria vida era outra. A declaração de Cristiano Sales para o *Jornal A Sirene* (2019c, p. 13) também segue nessa mesma direção: “Eu vejo que minha vida, após o rompimento da barragem, acabou. Acabou entre aspas, porque eu vivo de reuniões em reuniões. E lazer que é lazer mesmo, hoje, eu já não consigo ter mais”. Além de esclarecer o que “acabou”, a fala de Cristiano deixa claro que a espera dos atingidos não é uma imobilidade, mas um período marcado por “reuniões”, que envolvem batalhas judiciais e luta por direitos.

Entendendo essa definição de vida constantemente sugerida pelos interlocutores em campo, é pertinente eleger a expressão “vida em suspenso” como conglomerado que abarca a noção de pausa, interrupção, espera e ao mesmo tempo provisoriedade, incerteza, desconforto, ansiedade, depressão etc. A vida que se encontra em suspenso é uma vida que não pode ser alcançada, não pode ser retomada, está fora do escopo. Os atingidos a conhecem bem, mas somente no passado - e têm esperança de voltar a agarrá-la e tocá-la no futuro. No que diz respeito ao tempo presente, porém, a vida que lhes é relegada é completamente outra.

A esperança de retomar a própria vida é o que diferencia uma vida em suspenso de uma completa aniquilação de um modo de vida. Ainda que os atingidos não consigam alcançar a vida que se encontra suspendida, há esperança de que no futuro ela possa ser retomada. A espera pelo reassentamento é, assim, a espera pelo momento de finalmente poder alcançá-la. O *Jornal A Sirene* (2019a), em matéria intitulada “Quanto tempo dura a espera?”, traz o depoimento comovente e esclarecedor de Dona Efigênia Bento:

Vivi quase 50 anos em Paracatu. Eu nasci e fui criada na roça. Tenho uma saudade da minha casa, lá eu vivia muito bem. Aqui não tem lugar de plantar nada. É tudo cimento e a casa não é nossa. Lá eu tinha uma horta na porta de casa, era uma senhora horta. No meu quintal tinha um pé de rosa que era a coisa mais linda. Meu fogão era à lenha, pintado de cor de

rosa. O dia inteiro tinha café quentinho. Antes de chegar aqui, eu nunca tinha cozinhado em fogão à gás. Quando deito na cama, eu perco o sono. Penso no tanto que quero voltar para minha casa. Vai fazer quatro anos que estamos nessa peleja. Quando eu voltar para casa, a primeira coisa que vou fazer é passar um café quentinho. Eu ainda tenho esperança.

“Esperança”, de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, tem como primeira definição a “disposição do espírito que induz a *esperar* que uma coisa se há de realizar ou suceder” (PRIBERAM, s.d., grifo meu). Dona Efigênia deixa claro em sua fala a esperança depositada na espera. Entretanto, ainda se sobressai em sua declaração outra palavra, repetida por duas vezes: voltar - primeiro como um desejo: “Penso no tanto que quero *voltar* para minha casa”; depois como perspectiva de futuro: “Quando eu *voltar* para casa”. No limite, a espera é o tempo até o “quando” de Dona Efigênia.

Seu Zezinho, da mesma forma, em um episódio da série *Diálogos: No Caminho da Reparação*<sup>20</sup>, produzida pela Fundação Renova, se refere a Bento Rodrigues como um paraíso e usa sempre o tempo verbal no passado para contar como era sua vida lá. No entanto, ele fala em “voltar” e seus derivados, como “ter de volta”, por 6 vezes. “Nós vamos ter de volta aquele Bento que nós tínhamos”, “chega de espera”.

“Voltar para casa” e “ter de volta aquele Bento” exprimem a esperança dos atingidos depositada no processo de reassentamento. O que muitos deles esperam é que a Fundação Renova seja capaz de, com o reassentamento, devolver-lhes a vida que tinham antes. No entanto, conforme alerta Valencio (VALENCIO, 2016, p. 43), “a restituição da ‘normalidade’ nem sempre é viável: vidas não se restituem e histórias de vida mudam de rumo irreversivelmente após um desastre”. Da mesma forma, a antropóloga da Fundação Renova, Bianca Pataro Dutra, quando conversamos em Marina em 12 de julho de 2019, demonstrou preocupação com a esperança depositada pelos atingidos no reassentamento.

Bianca: Eles estão aqui [em Mariana] há quase 4 anos. Eles vão mudar... vamos pensar, daqui a 2 anos. Não acho que ninguém vai mudar ano que vem [em 2020].

<sup>20</sup> Episódio disponível em <<https://youtu.be/YE2f5U-i-GU>>, acesso em 23/08/2019.

Marcela: Nem eu.

Bianca: Vamos botar 6 anos [de espera pelo reassentamento]. Quem era criança já é adolescente. Quem era muito velhinho, tava doente, já deve ter morrido. Ou quem era solteiro casou, quem era casado separou. A vida virou outra. Você morar 6 anos longe do seu vizinho, você acha que vai recuperar aquela relação de vizinhança? Você pode recuperar um vizinho da sua memória, né? E aí a gente tá lidando com uma coisa que é muito perigosa que é a expectativa de que vai devolver o passado. Não acho que isso é terapêutico. Eu acho que isso é traumático.

Embora a esperança de retomar o passado com o reassentamento seja recorrente nas falas dos atingidos, evidentemente, nem todos têm a expectativa de ter de volta a mesma vida que levavam antes do rompimento. Silmaria Quintão, irmã de Sandra e cunhada de Marquinhos, afirma ao *Jornal A Sirene* (2017c, p. 8): “Existe o Bento e existe a Lavoura, que vai ser um braço de Bento, mas nunca será o Bento Rodrigues”. Silmaria sabe que não voltará para o mesmo lugar. Da mesma forma, não há como retomar a vida de onde ela parou. A vida em suspenso também segue e quando for enfim agarrada já será provavelmente outra coisa.

No conto *A terceira margem do rio*, Guimarães Rosa (2008) narra a história de um homem que abandona a tudo e a todos para viver em uma pequena canoa no rio. O estranho acontecimento coloca em suspenso sua presença: “Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia” (ibid., n.p.). O filho, narrador do conto, sem entender os motivos do incomunicável pai, passa boa parte da vida à margem do rio esperando seu retorno ou algum sinal, até que finalmente encontra um desfecho:

Só fiz, que fui lá. Com um lenço, para o aceno ser mais. Eu estava muito no meu sentido. Esperei. Ao por fim, ele apareceu, aí e lá, o vulto. Estava ali, sentado à popa. Estava ali, de grito. Chamei, umas quantas vezes. E falei, o que me urgia, jurado e declarado, tive que reforçar a voz: — “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...” E, assim dizendo, meu coração bateu no compasso do mais certo.

Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n’água, proava para cá, concordado. E eu tremi, profundo, de repente: porque, antes, ele tinha levantado o braço e feito um saudar de gesto — o primeiro, depois de tamanhos anos decorridos! E eu não podia... Por pavor, arrepiados os



cabelos, corri, fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado. Porquanto que ele me pareceu vir: da parte de além. E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão (ibid., n.p, grifo do autor).

Quando conseguiria finalmente pôr fim à espera, assumindo ele mesmo o lugar do pai, apavorado, o filho foge e pede perdão.

**Resíduo**

Carlos Drummond de Andrade  
(A Rosa do Povo, 1945)

De tudo ficou um pouco  
Do meu medo. Do teu asco.  
Dos gritos gagos. Da rosa  
ficou um pouco.

Ficou um pouco de luz  
captada no chapéu.  
Nos olhos do rufião  
de ternura ficou um pouco  
(muito pouco).

Pouco ficou deste pó  
de que teu branco sapato  
se cobriu. Ficaram poucas  
roupas, poucos véus rotos  
pouco, pouco, muito pouco.

Mas de tudo fica um pouco.  
Da ponte bombardeada,  
de duas folhas de grama,  
do maço  
— vazio — de cigarros, ficou um pouco.

Pois de tudo fica um pouco.  
Fica um pouco de teu queixo  
no queixo de tua filha.  
De teu áspero silêncio

um pouco ficou, um pouco  
nos muros zangados,  
nas folhas, mudas, que sobem.

Ficou um pouco de tudo  
no pires de porcelana,  
dragão partido, flor branca,  
ficou um pouco  
de ruga na vossa testa,  
retrato.

Se de tudo fica um pouco,  
mas por que não ficaria  
um pouco de mim? no trem  
que leva ao norte, no barco,  
nos anúncios de jornal,  
um pouco de mim em Londres,  
um pouco de mim algures?  
na consoante?  
no poço?

Um pouco fica oscilando  
na embocadura dos rios  
e os peixes não o evitam,  
um pouco: não está nos livros.  
De tudo fica um pouco.  
Não muito: de uma torneira  
pinga esta gota absurda,  
meio sal e meio álcool,  
salta esta perna de rã,  
este vidro de relógio

partido em mil esperanças,  
este pescoço de cisne,  
este segredo infantil...  
De tudo ficou um pouco:  
de mim; de ti; de Abelardo.  
Cabelo na minha manga,  
de tudo ficou um pouco;  
vento nas orelhas minhas,  
simplório arrote, gemido  
de víscera inconformada,  
e minúsculos artefatos:  
campânula, alvéolo, cápsula  
de revólver... de aspirina.  
De tudo ficou um pouco.

E de tudo fica um pouco.  
Oh abre os vidros de loção  
e abafa  
o insuportável mau cheiro da memória.

Mas de tudo, terrível, fica um pouco,  
e sob as ondas ritmadas  
e sob as nuvens e os ventos  
e sob as pontes e sob os túneis  
e sob as labaredas e sob o sarcasmo  
e sob a gosma e sob o vômito  
e sob o soluço, o cárcere, o esquecido  
e sob os espetáculos e sob a morte escarlate  
e sob as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes  
e sob tu mesmo e sob teus pés já duros  
e sob os gonzos da família e da classe,

fica sempre um pouco de tudo.

Às vezes um botão. Às vezes um rato.

### 3. As ruínas

*“Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?”*

*(Ecléa Bosí)*

#### 3.1. As ruínas de Bento Rodrigues

Chegamos cedo. Marquinhos é o responsável por guardar as chaves das capelas de Nossa Senhora das Mercês e de São Bento. Sempre que há uma comemoração, uma visita ou dedetização, como nesse dia, é ele quem abre as portas das pequenas igrejas. Na noite anterior, após a missa em homenagem a São Bento, ele se oferece para me levar a Bento Rodrigues. Aceito de imediato. Saímos bem cedo de Mariana, para passarmos pelo terreno da Lavoura, local em que será construído o Novo Bento. Em decorrência da dificuldade de locomoção por entre o imenso canteiro de obras em que Lavoura se transformou, a pista só é liberada em determinados horários. Acordo cedo, tomo café e encontro Marquinhos às 7h30 em ponto no centro de Mariana. Em seu carro, partimos para Bento Rodrigues.

Lavoura fica no caminho entre Mariana e Bento. Quando passamos por lá, Marquinhos tenta sem sucesso me mostrar onde será seu terreno, pois ainda não consegue identificar com precisão a localização geográfica de seu novo destino. Aponta aproximadamente o rumo em que será construída sua casa, mas ainda está confuso sobre o ponto exato. Seguindo para Bento, as coisas mudam. Marquinhos me mostra no caminho os pontos exatos através dos quais é possível identificar o retorno da lama pelo rio Gualaxo do Norte. A vegetação mais recente, em contraste com plantas mais antigas de um verde mais escuro, ainda marca a altura da devastação.

Chegando a Bento Rodrigues, sob uma densa neblina, o cenário parece mais uma locação de filme de ficção do que um lugar real. A lama ainda está incrustada em ruas, paredes, janelas, portas, postes e árvores. Na parte alta do povoado, por onde entramos, embora a lama não tivesse chegado, podíamos ver em

um plano geral a devastação. A igreja de Nossa Senhora das Mercês e o cemitério anexado a ela estão intactos. Algumas casas em seu entorno não estão encobertas pela lama, mas acusam os saques feitos logo após o rompimento. Quase tudo de valor comercial que sobreviveu à enxurrada de lama na parte alta foi levado pelos saqueadores: portas, janelas, torneiras, botijões de gás etc.

Descendo pela rua São Bento, vamos adentrando o domínio da lama. Estamos seguindo o sentido oposto do caminho feito pelos atingidos naquela tarde de 5 de novembro de 2015. As primeiras casas que encontramos trazem a marcação amarronzada, atestando a altura que a lama atingiu. Pouco passos adiante, já estamos na parte antes completamente inundada. As construções já não se mantêm mais de pé e a lama se aloja em algumas ruínas até a altura das janelas. Portas soterradas que mais parecem estranhas janelas chamam a minha atenção. Em outros pontos, aparentemente, não há nada para ver<sup>21</sup>. Nada que pudesse acusar a existência recente de uma residência. Até mesmo a fundação de algumas construções foi arrancada da terra pela força da lama e lançada ao longe.

Assim, chegando à Praça São Bento, bem em frente ao bar da Sandra, Marquinhos aponta a marcação da lama no poste de iluminação pública, que pode chegar a cerca de 12 metros de altura e havia sido quase completamente soterrado. No topo dele é possível ver a linha exata em que o marrom cede lugar ao cinza original do concreto, faltando cerca de 40 cm para cobri-lo por completo. Dali, é possível ver no entorno os indícios da altura atingida pela lama, antes de escoar rio afora. Nas montanhas ao redor avistamos, através da diferenciação na tonalidade da vegetação, as áreas que haviam sido soterradas e depois replantadas. No topo das árvores, que secam e apodrecem, a linha marrom novamente demarca a altura da lama.

Depois do impacto inicial daquele cenário catastrófico, temos que voltar para abrir a igreja de Nossa Senhora das Mercês para os dedetizadores enviados pela Fundação Renova. Subimos novamente a Rua São Bento e Marquinhos abre o

---

<sup>21</sup> O filósofo Didi-Huberman (2013, p. 127) nos lembra, porém, que “nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo - de uma interrogação desse tipo - que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados”.

portão e as portas da capela. Uma pequena e simpática capela azul e branca com poucos assentos. As imagens sacras haviam sido retiradas e alocadas na reserva técnica da Fundação Renova e, no lugar delas, *banners* com fotografias das imagens dos santos ocupam o lugar dos originais.



FIGURA 3 - Capela Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. Foto: Marcela Vasco, 2019.

Depois é a vez de abrir a capela de São Bento. Descemos com os dedetizadores de volta à praça São Bento e Marquinhos destranca a porta do cercado de lona que cobre as ruínas da igreja. Os escombros dificilmente acusam a existência de uma capela, a não ser por alguns restos de bancos de madeira encostados no canto esquerdo da entrada. Sobre o piso de madeira está instalada uma estrutura de metal usada nas celebrações - com intuito de não danificar ainda mais o piso original.



Após a dedetização das duas capelas, Marquinhos me leva para conhecer sua “casa”. Desço com ele por onde era a rua Raimundo Muniz até seu terreno, alagado pela construção de dique S4. Marquinhos aponta para onde ficava sua casa e mostra ao longe as extensões dos terrenos de sua família. De repente, me diz: “Aí onde você está era a casa do Zezinho”. Eu estou a poucos metros de distância de Marquinhos. Olho para o chão em que piso e percebo que há fronteiras invisíveis existentes ali, das quais Marquinhos me alerta. Poucos passos separam o que era a rua, o terreno de Seu Zezinho e o terreno de Marquinhos. Eu, que até então ignoro a existência dessas marcas invisíveis, ando por Bento sem me dar conta dessas fronteiras. Marquinhos, por sua vez, tem uma clara noção dos limites que há ali e, tal como nos cemitérios, anda somente por onde é permitido, por onde antes era local público, só adentrando o perímetro daquele que é o seu próprio terreno.

Quando voltamos pela rua Raimundo Muniz, ele me conta que a Renova queria interditar a rua porque há uma mangueira apodrecida na calçada ao lado do bar da Sandra, cujos galhos secos estão caindo e podem atingir quem passa por ali. Marquinhos então indaga: “Mas se interditarem a passagem, eu vou ter que invadir o terreno da Sandra pra ir na minha casa”? Mais uma vez ele deixa claro que o descampado e as ruínas são percebidos por ele, com seu olhar “arqueológico”<sup>22</sup>, de forma completamente diferente do que por mim, estrangeira àquela terra.

Passo a me atentar em seguir os passos de Marquinhos e pisar onde ele pisa - onde eu estou, portanto, autorizada a pisar, como sua convidada. Assim passamos pelas ruas Dona Olinda, Cônego Veloso e Carlos Pinto até chegar à casa de Teresinha, de volta à parte alta do povoado, onde se reúnem os “Loucos pelo Bento”. Assim como as outras casas da parte alta, aquela também é saqueada após o rompimento. Porém, para poderem ocupar a residência nos finais de semana os atingidos recolocam no lugar as portas e janelas saqueadas. A casa não tem nenhum luxo e o improvisado é a forma encontrada de estar em Bento Rodrigues novamente.

---

<sup>22</sup> Para Didi-Huberman, “[olhar] as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 117).



FIGURA 4 - Janela da casa de Teresinha, que abriga os “Loucos pelo Bento”. Foto: Marcela Vasco, 2019.

Ali, entre a resistência dos escombros, termina nosso percurso por Bento Rodrigues e seguimos de volta para Mariana.

### 3.2. Imagens fantasmas

As ruínas de Bento Rodrigues são impressionantes. Talvez por isso chamem tanta atenção de jornalistas, fotógrafos e documentaristas. O rompimento da barragem de Fundão dominou praticamente toda a imprensa nacional<sup>23</sup> e foi intensamente reportado também pela internacional - até a semana seguinte, quando

---

<sup>23</sup> Cf. “A voz da imprensa nas primeiras horas da tragédia”, de Raquel Almeida, e “A tragédia na capa dos jornais FSP, OESP e O Globo”, de Fabiana Grassano, ambos publicados no livro “Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?”, organizado por Graça Caldas.

atentados terroristas em Paris tomaram as capas dos jornais. A vasta divulgação pela imprensa chama atenção principalmente no que diz respeito às imagens. Incontáveis reportagens e ensaios fotográficos são produzidos nas ruínas dos povoados atingidos e nas margens do Rio Doce. Com relação às imagens vinculadas a essas matérias ou exibidas em exposições fotográficas, algumas questões fundamentais precisam ser problematizadas.

Primeiramente, é preciso chamar a atenção para a preferência de muitos fotógrafos e cinegrafistas pelo plano *plongée*, ou seja, quando a câmera é posicionada no alto voltando-se para baixo, gerando um enquadramento em que vemos o objeto de cima<sup>24</sup>. Usando helicópteros e drones para fazer as fotos e filmagens, essa é uma escolha bastante explorada com intuito de mostrar a “dimensão do desastre”. Porém, no limite, esse tipo de imagem se desancora do mundo cotidiano e se torna apenas um mapa, uma abstração (STERZI, 2016). Não é necessário sequer pisar na lama da Samarco para fazer fotos assim, ou, conforme Didi-Huberman (2015), ao se propor a ver de cima e olhar o objeto lá embaixo, se estabelece uma postura de recuo e se aparta do objeto, não se deixando afetar por ele e pelo mundo sensível.

Em segundo lugar, somos colocados diante de um questionamento a respeito da classificação do evento. O governo federal classifica inicialmente o desastre como “natural”, causando polêmica, retratando-se posteriormente, ao defini-lo como um desastre “tecnológico”<sup>25</sup> (BRESCIANI, LUIZ, 2015; PORTAL BRASIL, 2015), enquanto grande parte da mídia o caracteriza como “ambiental”, preferindo destacar as consequências do rompimento para o Rio Doce<sup>26</sup>. Deixar de

---

<sup>24</sup> A respeito desta e das duas problemáticas a seguir, durante o percurso da pesquisa publico um artigo na GIS – Gesto, Imagem, Som - Revista de Antropologia (VASCO, 2018) em que abordo esses três pontos em relação às imagens do desastre de Mariana.

<sup>25</sup> Esta denominação adotada pelo governo federal vai de encontro ao modo pelo qual pesquisadores da área definem inicialmente o desastre (Zhou et al, 2016). Porém, em publicações mais recentes, os autores preferem se referir ao desastre como “sociotécnico” (Zhou et al, 2018), com intenção de enfatizar um processo que não se resume apenas a um erro técnico e expõe a população a padrões de vulnerabilização.

<sup>26</sup> A página do G1 aglutina as matérias sobre o desastre em uma página intitulada “Desastre ambiental em Mariana”, disponível em <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/>>. O mesmo faz a BBC Brasil em “Desastre ambiental em Mariana”, disponível em <[https://www.bbc.com/portuguese/especiais/cluster\\_lama\\_mariana](https://www.bbc.com/portuguese/especiais/cluster_lama_mariana)>. Já a Folha de S. Paulo prefere intitular sua página de “Tragédia no Rio Doce”, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/tragedia-no-rio-doce>>.

ressaltar as dimensões sociais do desastre é, segundo Valencio, uma “agressão simbólica àqueles severamente prejudicados nessas situações” (VALENCIO, 2016, p. 42). Quanto a isso, o posicionamento nas imagens produzidas sobre o rompimento da barragem também reflete uma significativa ausência dos atingidos nas fotografias. Por vezes encontramos a presença de sua ausência nos objetos deixados pelo caminho: um boné no chão de lama, um garfo ou um sofá que pertenciam a alguém. Em muitas, porém, sequer a ausência está presente e nos deparamos com imagens que em nada acusam a existência de pessoas atingidas por esse desastre.

Por último, é fundamental refletir sobre a importuna beleza dessas imagens. Muitos fotógrafos vão às ruínas a procura de um desastre agradável aos olhos, como Christian Cravo, que inclusive declarou ao jornal *Estado de Minas*: “O grande desafio que tive foi encontrar alguma beleza numa situação obscura como essa. E isso só foi possível depois que vi o episódio com certa ‘frieza’, depois de um tempo do rompimento da barragem” (MIDDLEJ, 2016). É permitido à fotografia de um desastre tencionar ser bela? Recorro novamente ao xamã yanomami Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015), que conta de sua aflição diante da espessa camada de poluição que se alastra pelas cidades. Kopenawa, diferente de nós, não vê beleza nenhuma na vermelhidão do céu no poente pois sabe como ela é causada e, assim, os yanomami a designam por *xawara* (epidemia) enquanto nós fotografamos e postamos nas nossas redes sociais.

Às questões apontadas anteriormente, em grande parte estéticas, é possível acrescentar ainda uma dimensão ética<sup>27</sup>. Para essa reflexão é fundamental a publicação de uma matéria publicada pelo *Jornal A Sirene* intitulada “A quem pertencem as imagens?” (2017b, p. 26):

Quando visitam as comunidades destruídas, o que encontram vai além da lama, dos destroços e das ruínas. Lá tem uma parede pintada de verde claro, uma janela de madeira com adesivos colados no vidro, um banheiro com chuveiro a serpentina, camas ainda forradas com edredons, enfim, algo que pertence a alguém. Não se trata, então, apenas dos valores de posse

---

<sup>27</sup> Apresento uma versão inicial desta reflexão no II Seminário Imagem, Pesquisa e Antropologia, realizado em abril de 2018, na UNICAMP. Agradeço aos comentários direcionados ao meu trabalho durante o evento e que contribuem significativamente ao aprofundamento da questão.

desses pertences, mas da história, da memória e dos afetos que eles carregam.

Será que os jornalistas, ao fazerem suas matérias e fotografarem esses locais, se perguntam como os atingidos se sentem ao verem suas antigas casas na televisão e em jornais? Assistir a dor do outro é diferente? Também, o uso dessas fotografias pretende mudar algo no processo de reparação? Existe, nessa relação, algo próximo a um ideal de justiça para os atingidos? Quando pensamos no espaço público e privado, a intimidade do lar é a fronteira que nos divide. Após a tragédia, o interior fotografado de uma casa ainda pertence a seu proprietário ou ele se tornou algo a ser conhecido pelo mundo? Independentemente de termos essas respostas, hoje, essa intimidade se tornou pública. [...]

Como explorar visualmente um espaço sem necessariamente invadi-lo?

Escrita por Larissa Helena (com apoio de Flavio Valle, Karina Gomes Barbosa e Lucas Rafael), o texto coloca em questão justamente a ética das imagens produzidas sobre o desastre. Em Mariana, com intuito de entender como aquelas perguntas todas haviam surgido e como o texto havia sido produzido, procuro por Larissa, autora principal, que é estudante de Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e editora de fotografia no *Jornal A Sirene*, onde trabalha desde 2016. Durante a conversa, Larissa conta que a ideia de escrever a matéria parte de um incômodo dela com a fotografia somado à reflexão diante de algumas falas dos atingidos.

Eu tava muito assustada com a fotografia, com o fotojornalismo, e acho que foi por ficar vendo isso [que escrevi a matéria]. Eu tava cansada de ver as fotos dos lugares. Um sensacionalismo absurdo e essa coisa da dor do outro ser muito bonita fotograficamente. Eles [os jornalistas e fotógrafos] faziam umas fotos e publicavam sem pensar em nada. Só publicavam, sabe? E a gente fala: “não pode ser, alguma coisa tá errada”. Aí foi quando eu escrevi, porque eu escutei muito eles [os atingidos] falarem: “você tá pisando onde era o meu banheiro”. Aí você só quer sair, porque realmente você tá entrando na casa de alguém. Eles [os atingidos] falam: “eles [os jornalistas e fotógrafos] entram lá na casa da gente sem nem pedir licença”. Você vai ouvindo essas coisas e vai pensando. Tá lá em ruínas, mas eles [os atingidos] dizem: “é minha ruína”. Aí eu pensei: “eu preciso falar disso de alguma forma” (Larissa).

A maneira encontrada por ela foi escrever essa instigante matéria sobre a ética fotojornalística diante do desastre do rompimento de Fundão. Quando Larissa se refere à “dor do outro”, ela nos remete ao trabalho da escritora estadunidense Susan Sontag, que tanto em *Sobre a fotografia* (SONTAG, 2004) quanto em *Diante da dor dos outros* (SONTAG, 2003), questiona se as fotografias poderiam comunicar

a dor do outro a ponto de fazer seu espectador se sensibilizar e mudar de opinião sobre a guerra, uma vez que elas não apenas retratam sentimentos, mas os transmitem. Investigando essa questão, Sontag aponta o bombardeamento de imagens - muitas vezes sensacionalistas, que buscam estetizar o sofrimento - a que estamos sujeitos, como causa da diminuição de nossa capacidade de reagir.

Judith Butler (2015), tomando as indagações de Sontag como ponto de partida, se debruça sobre as fotografias de torturas e humilhações a prisioneiros em Abu Ghraib, no Iraque, para investigar como os enquadramentos nos mostram a dor dos outros e como eles determinam o que é uma vida passível de luto e o que não é, uma vez que a filósofa assume a "condição de ser passível de luto como precondição da vida" (ibid., 146) e, portanto, definidora da noção de humano. Assim, para Butler, "[a] questão da fotografia de guerra, portanto, não concerne apenas ao que ela mostra, mas também *como* mostra o que mostra" (ibid., 110, grifo meu). Em sua concepção da fotografia, a imagem não está à espera de uma interpretação, mas ela por si só já é interpretativa, uma vez que "formas de poder social e estatal estão 'incorporadas' no enquadramento" (ibid., 111).

Essas dimensões ética e política da exposição do sofrimento apontada pelas autoras estão imbricadas no texto de Larissa. Em nossa conversa, ela ressalta ainda que quando os atingidos veem fotos do desastre ou das ruínas nos veículos da imprensa, revivem novamente o sofrimento. Observo o mesmo acontecer com alguns de meus interlocutores, que inclusive relatam não terem voltado a Bento Rodrigues depois do rompimento. Vilma, por exemplo, me conta que foi às ruínas cerca de seis meses depois do rompimento e depois não conseguiu mais visitar o lugar, que ela descreve como "uma imagem muito forte".

A esse respeito é fundamental ressaltar que o desastre de Brumadinho tem efeito semelhante de "gatilho" para todos os atingidos e profissionais com quem conversei. Larissa, por exemplo, me diz que "todo mundo reviveu tudo, a mesma dor e desespero voltou", e, sobre seu trabalho no *Jornal A Sirene*, descreve um sentimento de impotência diante do novo rompimento: "Senti que tudo o que a gente fez foi em vão. No primeiro dia eu falei: 'nossa, a gente não conseguiu mudar nada', porque eles simplesmente fizeram tudo de novo".

Marquinhos também compartilha da dificuldade em acompanhar as notícias sobre Brumadinho três anos e dois meses depois do rompimento de Fundão: “Acompanhei muito pela TV, mas chegou um ponto que eu já não estava nem aguentando. Tinha hora que eu já saia, sabe?”. No dia seguinte, ele resolve ir para Bento Rodrigues:

Ah, eu fui pro Bento, fiquei andando lá pelo mato pra ocupar mesmo, não ficar acompanhando muito, vendo televisão, sabe? Mas acaba que a gente acaba ficando sabendo, com os grupos de *WhatsApp*, o pessoal comentando... E tem hora que a gente mesmo sente falta: “deixa eu ver um pouquinho”. Depois a gente acaba não querendo, mas “vou ver sim”, porque o mesmo que aconteceu com nós tá acontecendo com eles. A gente acaba querendo saber, né? Mas fácil não foi não (Marquinhos).

As imagens do desastre de Fundão e depois de Brumadinho são, para os atingidos, como descreve Vilma com toda sua singeleza, imagens *fortes*. Ou ainda, difíceis de encarar - não à toa, Marquinhos opta por não acompanhar as notícias pela TV.

Durante a pesquisa, no entanto, me instigam ainda imagens de outra natureza. Eu me deparo com elas pela primeira vez quando visito a casa de Seu Zezinho e Dona Irene, em 07 de julho de 2017. Zezinho, me mostrando as fotos de Bento Rodrigues antes do rompimento que havia conseguido com o fotógrafo marianense Élcio Rocha, coloca sobre a mesa imagens capturadas do *Google Street View*<sup>28</sup> e impressas em folhas de papel sulfite. Reconheço o *layout* do site em alguns detalhes das imagens, como as setas brancas do direcional do serviço e o borramento dos rostos das pessoas e pergunto a Seu Zezinho se são fotos da internet, mas ele nega e diz que são “fotos de resgate”, tiradas por Élcio.

---

<sup>28</sup> Um serviço oferecido pelo *Google Maps* que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical de várias cidades do mundo, acessadas através da internet.

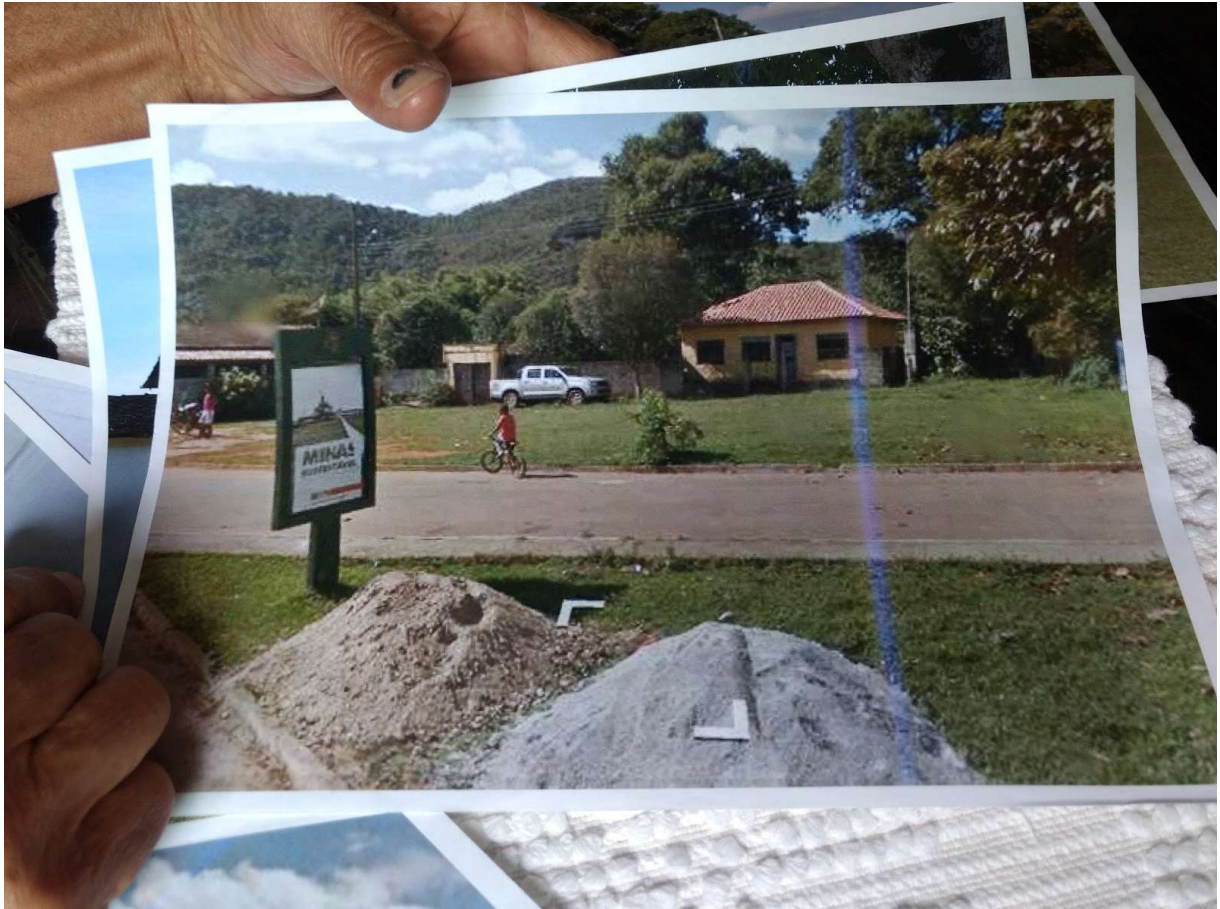


FIGURA 5 - Seu Zezinho mostrando suas “fotos de resgate”, dentre as quais algumas me instigam por apresentar características do *layout* do *Google Street View*. Foto: Marcela Vasco, 2017.

Saio da casa de Seu Zezinho e assim que tenho acesso a computador e internet, entro no site do *Google Maps* e procuro por Bento Rodrigues. Eu já havia feito isso inúmeras vezes, mas dessa vez procuro o acesso a imagens do *Street View*. E, para minha surpresa, lá estão elas! Congeladas no ambiente virtual, as imagens fantasmas de Bento Rodrigues foram coletadas, segundo a empresa, em julho de 2012. Navego assombrada pela rua São Bento, a única disponível no serviço. Meninos andando de bicicleta, pessoas conversando na calçada, cavalos, plantas, casas, a capela São Bento de pé, o bar da Sandra, a escola municipal. Um cenário completamente diferente daquele que eu associo a Bento Rodrigues depois do rompimento.





FIGURA 6 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.

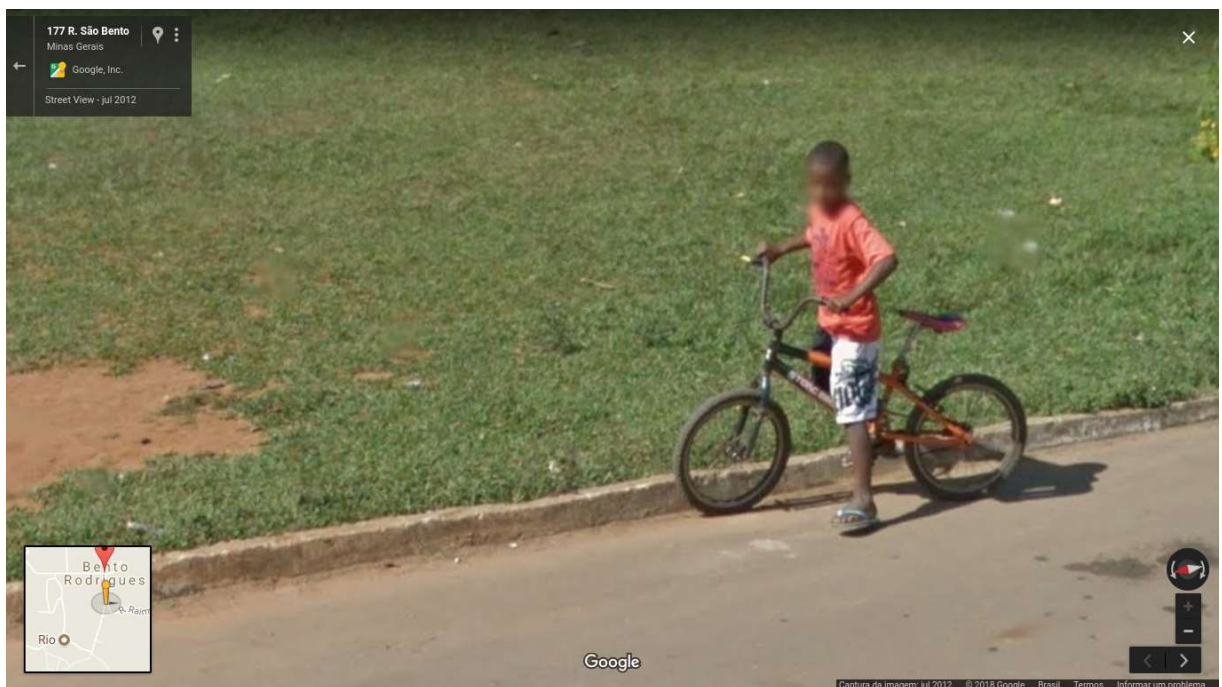


FIGURA 7 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 8 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 9 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 10 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 11 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 12 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.



FIGURA 13 - Fonte: *Google Street View*, editada pela autora, 2017.

O povoado de Bento Rodrigues foi arrasado pela enxurrada de lama, mas, em contraposição, suas imagens virtuais perduram. Sobre essas imagens, é importante ressaltar sua distinção em relação às fotografias jornalísticas e documentais, bem como às escassas fotografias tiradas antes do rompimento da barragem que se salvaram - sejam aquelas tiradas e arquivadas por Élcio Rocha, sejam as fotos resgatadas por moradores e arqueólogos na lama após o rompimento. Além da possibilidade de captura dessas imagens, o serviço do *Street View* nos oferece fundamentalmente uma interatividade: é possível “navegar” pelas ruas, olhar para o céu ou para trás, ver a paisagem, se distrair *virtualmente* em Bento Rodrigues em um dia corriqueiro de julho de 2012.

No trabalho sobre a ocupação da região da Luz em São Paulo por usuários de crack, Heitor Frugoli Jr. e Bianca Barbosa Chizzolini (2017) apontam justamente que uma das potencialidades do uso etnográfico do *Google Street View*, além dele ser capaz de conferir espacialidade visual, é com relação à possibilidade de *simular* um percurso.

Embora as imagens sejam feitas por câmeras acopladas a um carro que se desloca pelas ruas, esses registros guardam em parte características de deslocamento do antropólogo a pé pela cidade. Não se trata de um registro aéreo, de cima para baixo, ou seja, distante das dinâmicas do nível da rua, dos transeuntes, dos obstáculos e imprevistos da própria cidade; talvez por isso apresente, hipoteticamente, certa consonância com o olhar etnográfico (ibid., p. 30).

Os autores questionam evidentemente as diferenças entre caminhar efetivamente por um local e a experiência oferecida pelo *Google*, na qual um carro percorre esses espaços. Entretanto, pontuam não se tratar apenas de uma visão semelhante a de um motorista, uma vez que esse carro é equipado com uma série de dispositivos tecnológicos “que envolve câmeras, scanners e um receptor GPS centralizados por um computador que permite captar, processar e dispor, ao final, uma tridimensionalidade” (ibid.).

Não tenciono equiparar a experiência de estar *corporalmente* em Bento Rodrigues com a de poder navegar *virtualmente* por suas imagens, entretanto, não pretendo tão pouco entender essas imagens virtuais do local como equivalentes às

fotografias que se salvaram do desastre. Capturadas do ambiente virtual e impressas em folha sulfite, tal como as encontro pela primeira vez na casa de Seu Zezinho, elas podem dispor de semelhantes características. No entanto, quando apresentadas em 360° e somadas aos recursos tecnológicos oferecidos pelo ambiente virtual, se tornam imagens de outra natureza.

Por sua proximidade com o real - ou mesmo simulação dele -, a experiência de estar virtualmente em Bento Rodrigues é assombrosa. Um ensaio de Didi-Huberman (2012) nos ajuda a compreender esse assombro. Nele, o autor propõe a ideia de que as imagens “tocam” o real, ou seja, não se trata de supor que elas revelam a realidade, mas apenas de que são capazes de a resvalar e, por meio desse contato, as imagens “ardem”: “Não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem falar de uma espécie de incêndio” (ibid., p. 210).

O assombro dessas imagens podem ser ainda ancorados nos apontamentos propostos por Roland Barthes (1984). Definindo um *punctum* às imagens, o filósofo aponta uma marca determinada que cada fotografia possuiria e que seria sua ferida. “O *punctum* de uma fotografia é esse acaso que nela me fere (mas também me mortifica, me apunhala)” (Barthes, 1984, p. 35). O *punctum* é, assim, a abertura na imagem que a faz se oferecer não ao intelecto, mas ao corpo.

Quando escreve sobre o *Retrato de Lewis Payne*, do fotógrafo Alexander Gardner, no qual um jovem algemado condenado à morte espera por seu enforcamento, Barthes aponta como sendo o *punctum* da imagem o fato de que “[ele] está morto e vai morrer” (ibid., p. 143), ou seja, ao mesmo tempo, “*isso será e isso foi*” (ibid., p. 142, grifos do autor). Tirada em 1865, vemos um jovem prestes a morrer, que há tempos já morreu. Parafraseando Barthes, com relação às imagens de Bento Rodrigues presentes no *Google Street View*, o assombro se dá por saber que “*isso será e isso foi*” destruído.

Tratar de incêndios e destruição de imagens nos lembra, infelizmente, das chamas que atingiram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 2018. Sede de um dos programas de pós-graduação em Antropologia Social mais prestigiados do país e considerado o maior museu de história natural da América

Latina (SANTOS; ESTEVÃO, 2007), com o incêndio causado por um curto circuito no aparelho de ar-condicionado, boa parte de seu acervo é destruído pelo fogo.

Entretanto, o *Google Arts & Culture*, um serviço do *Google* em colaboração com museus de diversos países que utiliza a tecnologia do *Street View* para oferecer visitas virtuais a inúmeras galerias e exposições, em dezembro do mesmo ano do incêndio, disponibiliza um tour virtual pelas salas do museu e acesso a oito exposições captadas desde 2016. Com imagens em 360°, é possível visitar virtualmente as salas e exposições como a de artefatos de populações indígenas brasileiras ou a de objetos do Egito Antigo doados pela Família Real de Portugal.

Hoje incineradas, as imagens que permanecem no ambiente virtual intactas tocam o real e também ardem, porém, de outra maneira. Da mesma forma, as imagens de Bento Rodrigues no *Google Street View* são imagens produzidas antes do rompimento da barragem que, alojadas nos servidores do *Google*, não sofreram com a devastação do povoado. Essas não são, evidentemente, imagens de reconstrução, que tencionam reproduzir virtualmente o real. Antes, são imagens sobreviventes à destruição, que assombram e ardem por tocarem o real de maneira tão intensa (DIDI-HUBERMAN, 2012).

### **3.3. Loucos pelo Bento**

As ruínas do povoado de Bento remetem a outras destruições ocorridas na história. Reduzidos a escombros, cidades como Armero, na Colômbia, ou Epecuén, na Argentina, revelam os resquícios e as narrativas preservados nos destroços. No desastre de Armero, mesmo com o conhecimento prévio das autoridades, a erupção do vulcão Nevado del Ruiz, em Tolima, pegou desprevenidas as cidades vizinhas, como Armero, em 13 de novembro de 1985. Epecuén, por sua vez, era uma cidade *resort* famosa por suas águas salgadas, que em 6 de novembro de 1985 foi inundada e hoje, com o recuo das águas, atrai turistas do mundo todo por seu cenário pós-apocalíptico.

Bento Rodrigues, como vimos anteriormente, também atrai fotógrafos, jornalistas e pesquisadores, além de curiosos. O acesso ao povoado, no entanto, é

restrito: só é permitida a entrada mediante autorização da Fundação Renova ou acompanhamento de algum ex-morador do local. A medida passa a ser tomada depois dos saques às residências da parte alta que permaneceram de pé. No início, até mesmo os atingidos têm que obedecer a um rígido horário de visitação. Porém, a medida é derrubada por exigência deles, que reivindicam seu direito de acessar suas próprias propriedades no horário desejado e, no limite, seu direito à propriedade privada.

Das ruínas do povoado, para os bento rodriguenses há centralidade nos escombros da Igreja de São Bento e do cemitério anexado a ela. Construída em 1718, a pequena capela foi reduzida a suas fundações e pisos. Parte do seu acervo é encontrado na lama e está abrigado no acervo da Reserva Técnica da Fundação Renova, porém ainda permanecem desaparecidos a quarta coluna de madeira que sustentava a capela - apenas três são encontradas -, o sino, a imagem de Santana Mestre e a imagem de São Bento. As campas mortuárias da capela e o cemitério ao lado estavam desativados há décadas, mas fazem parte da história de Bento Rodrigues.

Para os atingidos, a capela e o cemitério são os dois locais que impulsionam sua luta pela preservação do povoado, para que os destroços de Bento sejam tombados como patrimônio. A intenção dessa batalha, além de motivada pela preservação dos escombros para que as pessoas não se esqueçam do desastre, é de impedir que a Samarco construa uma nova barragem no local. Na justiça, já é assegurado que o reassentamento no Novo Bento não implicará em permuta com o terreno em Bento Rodrigues. Os atingidos, portanto, continuam sendo donos de suas propriedades em Bento - ainda que em ruínas.

Assegurar esse direito é importante para muitos dos atingidos porque garante a preservação das ruínas. Caso haja a permuta e a Samarco se torne dona do local, alguns atingidos afirmam que a mineradora poderá implantar um velho projeto, hoje engavetado. Conhecido como Mirandinha, estava nos planos da mineradora a possibilidade de expandir sua área de atuação e implementar uma quarta barragem a 1,2 quilômetros de distância do território ocupado por Bento Rodrigues. Para isso, a Samarco encomendou, em 2013, um “Estudo de Alternativas



Locacionais” à consultoria ambiental YKS, que visava “uma análise ‘sobre os possíveis destinos da comunidade em função da implantação do Sistema de Deposição de Rejeitos de Mirandinha (SDR)’, que serviria para identificar as possíveis alternativas de remanejamento ou não de Bento Rodrigues” (SERRA, 2018, n.p).

O relatório informa que havia sido feito o Estudo de Impacto Ambiental para a nova estrutura. A área a ser desmatada seria de 1.084 hectares e seriam contratados de 150 a 200 trabalhadores. Quando concluída, a nova barragem garantiria “por mais 30 anos a continuidade e expansão da empresa ao possibilitá-la armazenar rejeitos em uma área de 850 ha, que suportará 417 milhões de metros cúbicos de capacidade”. Esse número equivale a sete vezes a capacidade de Fundão quando do rompimento. E Mirandinha ficaria a 1,2 quilômetros de Bento Rodrigues, praticamente às portas do povoado. O documento registra: “Dessa maneira, a proximidade com a comunidade é uma variável sensível para a consolidação ou não desse projeto por poder esbarrar em princípios legais, sociais e éticos frente aos órgãos públicos e agentes financiadores.” Além de estar com a capacidade de armazenamento próxima do limite, a Samarco não tinha muitas opções de áreas disponíveis para expansão, por estar praticamente cercada por terrenos de outras mineradoras (ibid.).

Das 141 residências identificadas em Bento Rodrigues, os técnicos entrevistaram 121, colhendo dados sobre escolaridade, condições de saúde, trabalho, renda e hábitos, procurando traçar o perfil das famílias e, mais importante, “a disposição dos entrevistados em deixar Bento Rodrigues para um reassentamento alternativo” (ibid.), além de especular sobre a relação da comunidade com a mineradora. Era fundamental para a mineradora, porém, que o motivo da pesquisa não fosse revelado aos entrevistados, para evitar considerações na comunidade sobre o possível processo de reassentamento. Assim, a estratégia adotada pelos pesquisadores foi de apresentar algumas frases e pedir que os entrevistados dissessem se concordavam ou não com o teor de cada uma delas. Dessa forma, a afirmação “quem é de Bento Rodrigues não pensa em se mudar daqui” teve 80% de concordância.

Em *Maquinação do mundo*, José Miguel Wisnik (2018) cita o texto *A questão técnica*, no qual Martin Heidegger fala sobre a relação entre o rio Reno e a usina hidrelétrica instalada nele, dizendo que o Reno aparece como um dispositivo da usina e, diferentemente de uma ponte que liga as duas margens, não é a usina

que se instala no rio, mas o rio que está instalado na usina. Wisnik encontra semelhanças dessa relação com a situação da Itabira do poeta Carlos Drummond de Andrade, na medida em que essa inversão também podia ser observada: “não era o canteiro minerador da Companhia Vale do Rio Doce que se instalava em Itabira, mas era Itabira que, a partir de então, estava instalada no canteiro minerador da Companhia Vale do Rio Doce” (ibid., n.p). Assim, a cidade do poeta é reduzida a “apêndice inconveniente” da exploração mineira. Na esteira da discussão sobre o projeto Mirandinha e a possibilidade de expandir a área de atuação da Samarco, é possível afirmar também que, para a mineradora e suas acionistas, Bento Rodrigues, povoado centenário, estava inconvenientemente instalado sobre seus planos de expansão, como uma pedra no caminho.

Ainda nesse sentido, depois do rompimento há a controversa construção do dique S4 em meio aos escombros de Bento Rodrigues, em 2016. Dique é uma construção cuja finalidade é represar a água, porém, neste caso, sua finalidade é conter os rejeitos que restaram na barragem rompida de Fundão e continuam a descer rumo ao Rio Doce no período chuvoso. O S4 faz parte de um sistema emergencial de retenção dos sedimentos, juntamente com os diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. Para empresa, a construção do S4, dentro de Bento Rodrigues, seria a única solução possível para controlar o avanço da lama. Mesmo impactando 55 propriedades na área de Bento Rodrigues, a construção do dique é aprovada por um decreto unilateral do Governo de Minas Gerais, sem que haja a consulta dos proprietários dos terrenos<sup>29</sup>. Segundo nota publicada pela Samarco, “[a] decisão do Governo amparou-se na urgência de reforçar o sistema de contenção de sedimentos no Complexo Minerário de Germano, considerando-se que o início do período chuvoso está próximo” (SAMARCO, 2016).

A construção do S4 se tornou motivo de grande luta e tristeza para alguns dos atingidos, principalmente os proprietários de terras no local da construção do dique ou em áreas alagadas por ele. Além deles, os bento rodriguenses lamentam a inundação pelo dique de um muro de pedras construído há cerca de 300 anos, no

---

<sup>29</sup> O decreto que viabiliza o início das obras de construção do Dique S4 da Samarco em Bento Rodrigues é o Decreto NE nº 500, publicado pelo Governo de Minas Gerais em 21/9/2016.

auge do Ciclo do Ouro, de grande valor histórico e arqueológico. O muro foi submetido a uma técnica de “envelopamento” da estrutura, em que sacos de areia e cimento o cobriram, procurando preservá-lo das águas, porém os técnicos não garantem a integridade da construção.

Inicialmente previsto para ser descomissionado em 21 de setembro de 2019, o S4 permanece inundando parte das ruínas de Bento Rodrigues. Nesse período, a Samarco não apresenta nenhum plano de ação ao poder público e, atualmente, tenta prorrogar o prazo de atividade do dique (PARREIRAS, 2019). Considerando-se novamente atingidos pela empresa, os moradores de Bento Rodrigues questionam as medidas adotadas pela mineradora para contenção dos rejeitos, apontando que a construção do dique põe em xeque suas investidas para a preservação das ruínas de Bento.

Os promotores da primeira força-tarefa que atuou no caso têm a mesma preocupação. Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural do MP de Minas Gerais na época do desastre, considera que o Projeto Mirandinha já expressava a intenção de tomar a região. “Quando da concepção da barragem de Mirandinha, uma das opções era construir a estrutura praticamente sobre Bento Rodrigues. Talvez, agora, o serviço fique um pouco mais fácil. Não há fundamentação técnica para a construção do dique [S4] naquele local exato. O que há é a vontade de criar o fato consumado, criar situações de instabilidade, de perigo, para se justificar a inviabilidade do retorno da comunidade para o local, a reconstrução dos bens e que aquilo tenha um uso comunitário. E é lamentável que o governo de Minas Gerais tenha se prestado a servir de instrumento para a efetivação desse projeto. Inclusive patrimônio tombado da igreja de São Bento [metade do muro de pedras, de 200 metros] foi atingido pelo dique S4. Propriedades privadas também foram incluídas na área do dique sem o devido processo de desapropriação. O decreto que declarou a área de interesse público nada mais foi do que uma desapropriação travestida de decreto de utilidade pública. O decreto é uma demonstração de que o poder executivo está, ou esteve, a serviço dos interesses das empresas” (SERRA, 2018, n.p).

Este debate a respeito da preservação das ruínas de um povoado devastado implica ainda em discutir o que deve ser feito delas. Sabendo que conforme escavamos nos damos conta de que ruínas são ainda imagens, memórias, temporalidades e tantas outras camadas que aguardam para serem revolvidas, dar um destino às ruínas do povoado de Bento Rodrigues é dar um destino a essas suas nuances? Uma das propostas cogitadas pelos atingidos é transformar Bento

Rodrigues em um memorial, visando preservar as ruínas do povoado contra os avanços da mineração e, ao mesmo tempo, reforçar a memória do rompimento, para que eventos semelhantes não ocorram<sup>30</sup>. Nesse sentido, em 2018, a capela de Nossa Senhora das Mercês é tombada como patrimônio cultural pelo Iepha-MG, incluindo o trecho da Rua São Bento que a liga às ruínas da igreja de São Bento, parte do caminho da Estrada Real.

Com uma proposta de estender essa área tombada, um Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues (PACPS, 2019) é elaborado por pesquisadores sob coordenação de Leonardo Barci Castriota, do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo, na Escola de Arquitetura da UFMG. O dossiê se guia pela Carta de Burra, a partir da qual a significância cultural de um bem é definida com base em “valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” (ICOMOS, 2013). Assim, a patrimonialização deve se pautar em compreender a significância desse bem, desenvolver políticas e administrar o bem cultural de acordo com essas políticas.

A partir dessa conservação baseada em valores - e não na matéria, como é comum sob uma perspectiva tradicional do patrimônio -, é possível reconhecer Bento Rodrigues “como símbolo nacional e internacional dos impactos dos desastres tecnológicos na vida humana” (PACPS, 2019, p. 11). Nesse sentido, a preservação do patrimônio passa a reconhecer também “sítios de consciência” como passíveis de patrimonialização, ou seja, “lugares que interpretam a história através de um sítio, engajam o público em programas que estimulam o diálogo sobre questões sociais imperiosas, fornecem oportunidades para envolvimento público em ação positiva em relação às questões levantadas no sítio e promovem a justiça e a cultura dos direitos humanos” (ibid., p. xxi). O maior exemplo no Brasil de um sítio de consciência tombado como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO é o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, local da chegada dos africanos escravizados nas

---

<sup>30</sup> Para a maioria dos atingidos que participam da pesquisa, o tombamento não é uma pauta prioritária, embora esteja no horizonte de suas reivindicações. Ainda não há, portanto, consenso sobre o que deve ser feito das ruínas do povoado, pois eles preferem centrar-se no reassentamento, deixando para tratar do tombamento depois que o Novo Bento for construído e ocorrer o reassentamento.

Américas. Considerado “patrimônio da dor” ou “patrimônio difícil”, levou um tempo até que a preservação passasse a considerar o que fosse relacionado a tragédia, opressão, dor ou vergonha.

Nesse sentido, Bento Rodrigues é definido pelo dossiê como um “lugar de memória sensível”. Tal definição diz respeito ao conceito de “lugar de memória” proposto por Pierre Nora (1984). O historiador francês distingue lugar de memória de meio de memória. Enquanto o último se refere a um “lugar onde os modos de vida tradicionais existiriam de forma estável, numa continuidade garantida pela existência da própria espacialidade”, o primeiro diz respeito a um lugar que “apresenta apenas os traços de circunstâncias interrompidas ou vidas arruinadas”, assim, “os lugares de memória são antes de mais nada, restos” (PACPS, 2019, p. xvii). Segundo essa definição, poderíamos pensar em Bento Rodrigues como um meio de memória que, depois do rompimento, passa a ser um lugar de memória.

Bento Rodrigues é um lugar de memória na acepção de Nora (1984), pois é um “lugar carregado de uma vontade de memória”. Para os moradores, Bento se tornou um lugar de memória, material, funcional e simbólico, do encontro e recordação de suas histórias de vida, reforçando inclusive a coesão do grupo, em torno de sua sobrevivência e da luta por alcançarem uma nova vida digna (ibid., p. 219).

O adjetivo “sensível”, referente a esse lugar de memória, diz respeito a sua associação a “memória de traumas, da violência, da perda” (ibid., p. 222). O IPHAN se refere a lugares de memória sensível como “aqueles que despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos” (IPHAN, 2016, p. 120 apud PACPS, 2019, p. 11). Assim, é evocada a rememoração daqueles que ali morreram e, ao mesmo tempo, a memória dos sobreviventes, para que eventos como os que ocorreram nesses lugares não mais aconteçam.

Sob essa perspectiva, o dossiê propõe o tombamento de Bento Rodrigues e seu entorno e a implantação de um Museu de Território no povoado, cujo objetivo é servir à comunidade, não ao conhecimento, ressaltando que museus devem cumprir “sua função social, estabelecendo laços mais estreitos com as comunidades locais, obtidos por meio de uma comunicação dialógica e inclusiva” (PACPS, 2019,

p. 246). Assim, o dossiê ressalta o papel da comunidade em todas as etapas da criação do museu, “desde sua idealização até à sua implantação, funcionamento e gestão” (VARINE, 2005 apud PACPS, 2019, p. 247).

Para garantir a participação dos atingidos, a elaboração do dossiê conta com a criação de um grupo focal com a presença de alguns atingidos e funcionários da Cáritas, cujo intuito é de “apontar para algumas diretrizes sobre o sítio em questão e sobre os objetivos remanescentes no lugar” (PACPS, 2019, p. 9). Reuniões periódicas são feitas “visando receber críticas e sugestões que pudessem incrementar o trabalho e trocar novas informações, através de um processo circular de validação” (ibid.). Apesar disso, com a publicação do dossiê em maio de 2019, o *Jornal A Sirene* veicula uma matéria intitulada “Não seremos ouvidos sobre o futuro do nosso patrimônio?”. O texto aponta “críticas por parte dos(as) atingidos(as) em função da elaboração do documento não envolver a comunidade atingida de forma efetiva” (JORNAL A SIRENE, 2019b, p. 10).

De fato, a decisão a respeito de o que deve ser feito de Bento Rodrigues é bastante complexa. As ruínas do campo de concentração nazista de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, por exemplo, tornaram-se museu em 1947 e Patrimônio da Humanidade em 2002. A esse respeito, Didi-Huberman (2013) levanta a questão sobre o “lugar de barbárie” (o campo) transformado em “lugar de cultura” (o museu). O lugar fictício remanejado para lembrar Auschwitz é, para o autor, a institucionalização do que deve ser consagrado como História. Assim, catracas, placas e pequenos reparos no espaço fazem do “museu de Estado” um espaço onde as paredes nem sempre dizem exatamente a verdade.

Sensação dolorosa, ver os galpões do campo - os galpões 13 a 21 - transformados em “pavilhões nacionais”, como na Bienal de Veneza, realizada justamente no momento em que atravesso o logradouro. Aqui, mais que em outros pontos, as paredes mentem: uma vez dentro do galpão, não vejo mais nenhum galpão, tendo tudo sido “remanejado” como espaço de exposição. [...] Todos os centros culturais - bibliotecas, salas de cinema, museus -, desnecessário dizer, podem contribuir no mundo inteiro para construir uma memória de Auschwitz. Mas o que dizer quando Auschwitz deve ser esquecido em seu próprio lugar, para constituir-se como um lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz? (ibid., p. 108).

Além do processo de institucionalização levar a criação de um lugar fictício, é preciso considerar ainda um fenômeno recente. Em 2014, a revista estadunidense *The New Yorker* questionava se Auschwitz deveria ser um cenário para *selfies* (MARGALIT, 2014). A pergunta havia surgido depois da criação de uma página na rede social *Facebook* intitulada “With my besties in Auschwitz”, que republicava fotos e *selfies* de estudantes israelenses em Auschwitz postadas por eles mesmos em suas redes sociais. A criadora da página, que não quis ter seu nome divulgado pela revista, copiava essas imagens do *Facebook*, *Instagram* e *Google Images* e postava em sua página, inspirada por um blog denominado “Selfies at funerals”. Ela afirma ter criado a página por achar grotesco que adolescentes fizessem uma cara “sexy” ou “sedutora” perto de um crematório. “O que isso quer dizer exatamente - eu pareço atraente em Auschwitz?!” (ibid., tradução minha).

As *selfies* tiradas em Auschwitz reforçam uma crítica de Nora sobre a mediatização, a mundialização e a massificação causarem o desmoronamento da memória. Segundo ele, cada vez mais estamos vivendo menos as memórias interiores e, portanto, há maior necessidade de encontrar suportes exteriores para as memórias. Assim, sobre os lugares de memória, o autor afirma que “[se] o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1984, p. 13).

Independentemente do futuro de Bento Rodrigues, no presente, em meio às ruínas do povoado, um grupo autodenominado de “Loucos pelo Bento” continua ocupando o lugar. Na casa de Teresinha Quintão, localizada no número 95 da Rua das Mercês, na parte alta de Bento e, portanto, não atingida pela avalanche de lama, os “loucos”, como são chamados, têm um abrigo em meio às ruínas. Assim, além de marcarem presença em praticamente todos os finais de semana e feriados, em datas religiosas o grupo ainda organiza celebrações de missas nos escombros da capela de São Bento ou procissões pelas ruas soterradas.

As principais festas que havia em Bento Rodrigues eram em comemoração aos padroeiros das duas capelas de Bento Rodrigues: São Bento, em 11 de julho, e Nossa Senhora das Mercês, em 24 de setembro. Tais celebrações continuam sendo feitas no povoado, além de casamentos, festas de aniversário, dia das crianças etc. Da mesma forma, enterros também voltam a ser feitos no cemitério das Mercês. Para conseguirem livre acesso ao local e poderem realizar suas celebrações e sepultamentos, entretanto, os atingidos têm de reivindicar junto a Samarco, uma vez que inicialmente o povoado se encontrava interditado. Conforme afirma Lucimar Muniz para o *Jornal A Sirene* (2016a):

A festa de São Bento, celebrada em Bento Rodrigues, foi um momento importante na nossa luta pelo direito à propriedade. Junto a esse acontecimento, é também simbólico o sepultamento de Suely da Conceição Sobreira, em 28 de julho [de 2016]. Essa data foi a primeira vez em que todos conseguiram entrar em suas terras, tendo acesso digno via estrada original, fato insistentemente cobrado por todos desde dezembro quando a empresa se apropriou da área. A morte de Suely foi a terceira ocorrida desde o rompimento da barragem. Apesar de momentos de extrema tristeza, cada uma dessas mortes teve um papel importante em nossa luta. O primeiro falecido, Adílio Monteiro (o Mudo), ocorrido em março [de 2016], provocou as primeiras reflexões e cobranças à Samarco a respeito do direito ao sepultamento na comunidade de origem. Rafael Silva faleceu em junho [de 2016], às vésperas da festa junina da escola local, outra festa que também era bastante aguardada por todos. A partir da notícia da morte da criança, escola e voluntários se organizaram para enriquecer a festa ofertada às crianças e a seus familiares. A festa de São Bento e o sepultamento no território de Bento Rodrigues são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence aquele chão e o que deve ser feito dele. Manifestações de esperança, resistência e força.

Marquinhos conta que é um dos atingidos que questiona em uma das reuniões com a Samarco onde seriam enterrados em caso de falecimento.

Eles falaram: “No Novo Bento vai ter cemitério”. Aí eu peguei e falei com eles assim: “Vou dar um exemplo claro. Imagina: eu caio aqui agora morto. Onde minha família vai me enterrar?” Aí eles: “Ó, Marquinhos, eu não sei. Nós temos que ver isso”. Aí depois passou um tempo e eles falaram que podia ser enterrado lá. Porque o Bento estava naquela questão: eles que controlavam. Não entrava ninguém, era tudo fechado (Marquinhos).

Mesmo com a previsão da construção de um cemitério na Lavoura, Marquinhos é um dos atingidos que reforça a vontade de ser enterrado em Bento: “Eu vejo que



precisa ter cemitério na Lavoura, por causa da comunidade, porque tem alguém que vai querer ser sepultado lá. Mas eu falando pra mim? Não precisa, porque eu quero ser sepultado no Bento”.

Olhando para esses eventos que continuam acontecendo em meio às ruínas de Bento Rodrigues, fica evidente que destruir não é reduzir a nada, ou seja, a relação dos moradores com o povoado, mesmo hoje devastado, não se perde. Pelo contrário, ela ganha novas camadas de significados. Um ano depois do rompimento da barragem, o *Jornal A Sirene* publica um texto assinado por Genival Pascoal e Mônica Santos, atingidos de Bento Rodrigues colaboradores do jornal, com apoio de Kleverson Lima, Ana Cristina Maia e Lucimar Muniz, que recorre ao filme *Narradores de Javé* para afirmar a importância das memórias e ruínas:

Javé deixou de existir? Materialmente sim, mas “espiritualmente” não, porque os moradores, mesmo sendo transferidos para outras localidades levaram a cidade em suas lembranças: o cheiro da comida nas casas, as brincadeiras das crianças nas ruas, as festas religiosas que aconteciam na igreja e a beleza do velho rio onde todos aprenderam a nadar. Tudo isso foi embora com eles em suas lembranças. O caso de Javé lembra a situação de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo? Em parte, sim. Os moradores de Javé, assim como nós, tiveram suas casas destruídas e precisaram se mudar à força para outro lugar, levando praticamente suas memórias. Mas diferente de Javé, que foi submersa pelo lago da represa, o que restou de Bento e de Paracatu continua visível, ainda os visitamos, ainda podemos tocá-los. Visitamos Bento e Paracatu porque ainda existe um elo que nos une, um elo que está assentado em nossas lembranças. Esta disputa o rejeito perdeu: ele conseguiu soterrar nossas casas, mas não nossas memórias (JORNAL A SIRENE, 2016b).

Tal como defendo em minha dissertação de mestrado (VASCO, 2015), o espaço deixado pela lacuna da ausência não é vazio. Muito pelo contrário, a falta carrega em si importantes camadas de significados. Não à toa, mesmo em ruínas, não se pode pisar em qualquer lugar quando se anda pelo povoado arrasado, tal como num cemitério. Assim, os escombros que ainda restam continuam sendo habitados por diversas relações. Qual destino terão elas, só uma pesquisa futura poderia identificar.

## 4. Achados

*“A duração real é aquela que morde as coisas e nelas deixa a marca de seus dentes.”*

*(Henri Bergson)*

### 4.1. Achados na lama

Depois de se darem conta do rompimento da barragem e da necessidade de se salvarem, os atingidos tiveram aproximadamente 10 minutos para procurar um lugar seguro. Nesse intervalo de tempo, pouca coisa pôde ser salva. Na maioria dos casos, a lama destruiu residências e incontáveis pertences abrigados dentro delas. Documentos pessoais, escrituras, exames médicos, fotografias, livros de receita, cadernos escolares, boletins, ferramentas, bíblias, panelas, troféus... A lista de objetos carregados pela lama é bastante extensa.

Dias após o rompimento, alguns atingidos começam a voltar ao povoado para procurar por seus pertences ou de seus conhecidos em meio à lama. “Da Lua”, como é mais conhecido Antônio Pereira, é o primeiro atingido que conheço pessoalmente. Logo em nosso primeiro encontro, “Da Lua” me relata: “Quando voltamos lá [em Bento Rodrigues] logo no início, você via as pessoas procurando dentro das casas por fotos, por exemplo. ‘Ah, eu tinha um presente’, ou uma criança: ‘ah, meu carrinho’. Tem criança que sente falta de um carrinho dele até hoje” (“Da Lua”). Semelhante à figura do trapeiro baudelairiano, retratado por Walter Benjamin (1989, p. 78), esses moradores de Bento colhem o que se destruiu, selecionam e classificam “como um avaro com seu tesouro”. A lama impregnada nos objetos achados por vezes cede, mas em muitas outras passa a fazer parte do objeto, lembrando a todo instante sua trajetória de vida.

Dentre os objetos encontrados, meus interlocutores de pesquisa destacam os mais variados artigos. Depois de 30 dias do rompimento, o pandeiro meia-lua de Dona Irene é encontrado a cerca de 500 metros de onde ficava a residência dela e do marido, Seu Zezinho. “Você vê que ele tem umas manchas de barro, de lama, ó, tá vendo? A gente não conseguiu tirar, mas ficou praticamente

perfeito” (Seu Zezinho). Dona Irene e Seu Zezinho fazem parte do grupo musical Trio Maravilha e Banda, composto pelo sanfoneiro Tião Sul, o filho dele, Gino, no baixo e Marcos na bateria. Dona Irene assume o vocal e o pandeiro, enquanto Seu Zezinho canta e toca violão. Antes do rompimento, eles tocavam em eventos festivos e religiosos em Bento Rodrigues e região e, ainda hoje, continuam se apresentando, mas agora com o pandeiro marcado pelo desastre.



FIGURA 14 - Dona Irene com seu pandeiro meia-lua. Fonte: *Jornal A Sirene*, editada pela autora, 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasilrene/docs/asirene\\_ed9\\_novembro\\_issu](https://issuu.com/jornalasilrene/docs/asirene_ed9_novembro_issu)>.

A forma como Dona Irene lida com seu pandeiro reflete a maneira como ela reage ao próprio desastre. Como descreve o marido, “ela não gosta de ficar falando” sobre o assunto, prefere “tocar em frente”. Dona Irene prefere não remoer o passado, por saber que as feridas precisam arejar para cicatrizar. Ela e o marido sabem muito bem o que tem passado e o que perderam, mas preferem não tocar no

assunto e almejam um futuro em que possam retomar a vida. Da mesma forma, o pandeiro resgatado da lama passa por uma limpeza - que deixa resquícios - e volta a seu lugar de uso. Ao invés de assumir um lugar de culto, a função do objeto é restaurada e Dona Irene continua a usá-lo durante as apresentações do Trio Maravilha e Banda ou do coral da igreja, onde também canta com Seu Zezinho. A coragem de voltar a usar o pandeiro, que carrega em si a memória do desastre, mostra a resiliência de uma senhora que olha para frente e não deixa o marido se abater.

Além do pandeiro de Dona Irene, muitos outros objetos são resgatados da lama de rejeitos. Diferentemente do pandeiro, porém, eles passam a assumir lugar de culto por representarem o sofrimento do desastre. Esses objetos são tratados como relíquias e ganham um lugar especial na estante da casa. Sandra, por exemplo, consegue resgatar duas panelas de seu restaurante e uma pasta em que ela guardava a escritura antiga da casa e postais enviados por viajantes da Estrada Real que se hospedavam em sua pousada. “O pessoal da Estrada Real passava lá, dormia e depois chegava em São Paulo e mandava postal pra gente. Eu guardava” (Sandra). Esses objetos hoje são mostrados por ela com esmero para “provar o crime de que [é] vítima”.

Marquinhos, um dos “trapeiros” que anda pelas ruínas do povoado procurando reconhecer os objetos perdidos, encontra uma mamadeira que usava para alimentar os bezerros mais fracos. Ele guarda o objeto para que faça parte do acervo de um museu, que poderá ser criado no futuro, como discorro no capítulo anterior. Sobre o trabalho de “trapeiro”, Marquinhos aponta grande dificuldade em encontrar e reconhecer os objetos, uma vez que foram parar em locais muito distantes de onde estavam antes do rompimento. “As coisas espalharam pra tudo quanto é lado, entendeu?” (Marquinhos).

Vilma não se lembra exatamente se seu álbum de casamento é encontrado um ou dois meses depois do rompimento. Um rapaz de Bento o encontra bem longe de onde ela morava. Coberto de lama, apenas três páginas se salvam. “A única herança da minha casa mesmo foi isso. A não ser a vida, graças a Deus” (Vilma). Keila também consegue resgatar da lama uma fotografia da filha. “A minha

vizinha, que é madrinha dela, achou essa foto no barro. Só que ela tava toda comida. Aí eu levei pro moço e ele restaurou pra mim” (Keila).

Quem morava na parte alta do povoado tem “mais sorte” e pode resgatar boa parte dos seus pertences após o resgate, conforme relata Keila:

As pessoas que tem alguma coisa é das casas que a lama não atingiu. Aí eles conseguiram trazer as coisas deles. Igual, nós da Associação, era lá na parte alta. A gente conseguiu trazer as coisas que a gente usava pra fazer as geleias, a gente conseguiu trazer tudo. Tá funcionando aqui em Mariana hoje. Mas quem morava na parte baixa que foi devastada, ninguém pegou nada (Keila).

Outra forma de recuperar alguns de seus pertences, principalmente fotografias, é através de parentes ou amigos. Keila conta ter conseguido reaver uma fotografia do filho por tê-la dado de presente a uma tia, que a devolve depois do rompimento. Na estante da sala da casa em que Keila mora com a família, ao lado da televisão, estão dois porta-retratos com as duas fotos resgatadas: a foto restaurada da filha e a foto reavida do filho.

“Da Lua” também recupera com parentes uma foto de quando era criança, em que estava com o pai e o tio, já falecidos, e dois de seus irmãos. “Eu até chorei na hora que eu vi a foto de meu pai, porque eu não tenho meu pai mais. E eu consegui resgatar ela, mas é a única foto. Meu tio tinha guardado. Antigamente o pessoal tinha uma foto e dizia: ‘ah, eu vou levar pra mim’. Hoje o pessoal não usa isso mais” (“Da Lua”), explica. Já Sandra consegue coletar várias fotografias de seu estabelecimento porque viajantes da Estrada Real o registraram em suas viagens. “O meu bar era um casarão muito antigo. Todo mundo que chegava da Estrada Real dormia lá. Eu hospedava as pessoas. Então todo mundo tirava foto da minha casa. Um fotógrafo de Santa Bárbara tinha fotos de toda a minha casa, do piso de pedra, de tudo eu tenho foto” (Sandra). As fotos resgatadas por Sandra são orgulhosamente guardadas em álbuns ou exibidas em quadros espalhados pelas paredes da sala da casa em que mora provisoriamente com o marido e a filha e ela faz questão que eu olhe cada uma das fotos, “para ver como era bonita [sua] casa”.

Marquinhos também consegue resgatar algumas das fotos da família, mas de maneira mais inusitada. Sua família possuía uma casa em Bento Rodrigues

e uma em Mariana, porque sua esposa trabalha na sede do município. Assim, a filha do casal também passou a estudar em Mariana. Um dia, a garota precisava levar fotografias da família para um trabalho na escola. As fotografias que ela escolheu, diferente das demais, acabaram ficando na residência da família em Mariana e, com isso, acabam sobrevivendo.

Eu até achava que eu tinha perdido. Isso foi por acaso porque um dia, que a gente estava lá [em Bento Rodrigues], saindo pra vir pra cá [para Mariana], minha filha precisava de fotografias, de lembranças, que ela pegou na saída. Ela ainda falou que precisava e eu falei com ela: 'vai lá em tal lugar, pega essa sacolinha que tem as fotos suas'. Foi isso aí, essas que a gente recuperou. Nessas fotos tem alguma coisa, tem algumas que a gente consegue ver a horta, por exemplo, as "criações"<sup>31</sup> na horta, um pouco dessa lembrança. Mas a gente achava até que isso aí também tivesse perdido. Entendeu? O dia que a gente encontrou essas fotos a gente chorou. Foi motivo de chorar porque a gente achava que tivesse perdido essas daí também (Marquinhos)<sup>32</sup>.

Vilma consegue subir para a parte alta de Bento no momento do rompimento levando com ela o aparelho celular. "Eu saí com o celular, porque eu tinha acabado de fazer uma foto da minha filha e ele tava perto. Eu falei assim: 'Esse telefone vai me fazer falta'. Eu dei dois passos atrás, peguei ele e saí" (Vilma). Assim, as fotografias que estavam armazenadas na memória do aparelho são salvas. Vilma consegue ainda reaver suas fotografias de casamento com Élcio Rocha, um fotógrafo bastante conhecido na cidade de Mariana, que tem um estúdio instalado na Rua Direita, uma das principais ruas da cidade. Vilma e o marido o haviam contratado para fotografar o casamento, 4 anos antes do rompimento da barragem. Com o desastre, Élcio revisita seu acervo de imagens e, para surpresa de muitos, ainda tem vasto arquivo digital e até mesmo filmes em 35 mm de eventos realizados em Bento Rodrigues.

Foi uma surpresa muito grande, inclusive pra gente. As pessoas achavam que não tinha mais aquilo. Foi o que uma das senhoras falou, ela disse:

---

<sup>31</sup> Denominação êmica para se referir a animais como galinhas e gados.

<sup>32</sup> Algumas dessas fotografias fazem parte da montagem visual intercalada entre os capítulos 4 e 5. Sabendo de meu interesse por suas imagens, em nossos encontros Marquinhos sempre me traz um pequeno conjunto de fotografias impressas em papel fotográfico de tamanho 10x15cm. Com a permissão de Marquinhos, faço cópias digitais dessas fotografias com meu celular. A montagem de algumas delas presente nesta tese permite ver a horta e as "criações" mencionadas por ele.

“olha, eu tive medo de ligar pra você e achar que você não tivesse esse material mais”. Ela teve medo de me perguntar se eu ainda tinha esse material arquivado, porque normalmente as pessoas não acreditam que as pessoas arquivam, né? Eu tenho material arquivado aí de mais de 30 anos (Élcio).

Assim, Élcio passa de um simples comerciante, proprietário de um estúdio fotográfico, para um sujeito que ocupa um lugar de arquivista de uma memória social de Bento Rodrigues, na medida em que dispõe de vasto acervo visual construído em anos de trabalho como fotógrafo de vários eventos realizados no povoado. No arquivo de Élcio estão as fotos do casamento de Vilma, permitindo a ela ter uma nova cópia do álbum completo, e as fotos “de resgate” de Seu Zezinho, que incluem festejos e passagens de políticos por Bento. Ao caráter comercial que essas fotografias tinham no passado, é adicionada a dimensão “de resgate”, como nomeia Zezinho, afirmando o caráter de perda - uma vez que só é possível resgatar aquilo que foi perdido. Assim como a surpresa de Marquinhos que chorou ao descobrir as fotografias sobreviventes ao desastre, os clientes de Élcio puderam refazer álbuns de casamento e tirar novas cópias de algumas das fotografias perdidas. Porém, como ficará mais claro no capítulo seguinte, as fotos de Élcio dificilmente abarcam as “fotos de relíquia”, outra denominação emprestada de Seu Zezinho, ao se referir às fotografias de seus pais, filhos e netos.

De qualquer forma, o esmero de Élcio com o arquivo de seus clientes, as fotos dadas de presente a parentes e amigos e a busca dos trapeiros nas ruínas do povoado são fundamentais para reaver alguns dos pertences arrastados pela lama. Além desses empreendimentos, a empresa Estilo Nacional é contratada pela Fundação Renova em junho de 2016 em cumprimento ao TTAC para oferecer serviços de arqueologia referentes principalmente às Capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês, de Bento Rodrigues, Santo Antônio, de Paracatu de Baixo, e Nossa Senhora da Conceição, de Gesteira. Os objetos encontrados pelos profissionais são enviados para uma reserva, localizada em um prédio na cidade de Mariana.

## 4.2. Na Reserva Técnica

Chego ao endereço sem saber exatamente se estava correto, uma vez que nada indica ser aquele prédio envidraçado uma extensão da Fundação Renova. Fico parada na calçada e pego o celular a fim de me certificar. Enquanto isso, um homem uniformizado aparece por detrás da porta de vidro.

— Você é a Marcela? — ele questiona.

— Sim! Oi. Aqui é a Reserva Técnica?

— Isso. Pode entrar, estão te esperando.

Ele abre a porta de vidro com um molho de chaves e me guia até a recepção. Há uma pequena escrivaninha bem em frente à porta, onde ele se senta. À minha esquerda há uma escada e à direita um armário com várias portinhas numeradas e um corredor. Ele me pede um documento com foto e anota meu nome em um caderno, quando Sérgio desce as escadas. Sérgio Norberto Costa Gonçalves é especialista em restauração e funcionário da Cantaria Conservação e Restauro, empresa que presta serviço para a Fundação Renova. Sérgio me cumprimenta e espera que minha entrada seja liberada. O sujeito uniformizado devolve meu documento e solicita que eu deixe minha bolsa em um dos armários numerados. Tiro da bolsa um *tablet* e guardo o resto no local solicitado. Sérgio pede a ele a chave da sala de reuniões e, com ela em mãos, subimos dois lances de escadas até o andar superior.

Entramos na sala de reuniões e nos sentamos em volta de uma mesa grande. Pergunto se posso gravar nossa conversa e ele me explica que não é permitido gravar nem fotografar o local, porque qualquer material deve ser liberado pelo setor de comunicação da Fundação Renova<sup>33</sup>. Eu fico um pouco desapontada com a notícia, porque, geralmente, ligo o gravador logo no começo de uma conversa em campo e, ao invés de ficar com os olhos grudados em um caderno anotando coisas, dedico toda minha atenção a ouvir e observar atentamente a pessoa com

---

<sup>33</sup> Após essa visita, eu tento ainda obter imagens de divulgação da Reserva Técnica através do setor de comunicação da Fundação Renova. Porém, sou informada de que seria necessário obter uma autorização de reprodução junto à Arquidiocese de Mariana, que responde juridicamente pelas peças. Entro em contato, por e-mail, com a Arquidiocese para obter e reproduzir na tese fotografias das peças e do trabalho dos técnicos, mas não consigo retorno algum do departamento jurídico. De qualquer forma, um vídeo oficial de divulgação da Reserva Técnica pode ser acessado em <<https://youtu.be/ZChEeJWbvfq>>.



quem converso, bem como seu entorno. Ali, porém, dadas as restrições, minha abordagem precisa mudar - o que é um tanto desconfortável para mim. Minha atenção precisa se dividir entre Sérgio, a Reserva Técnica e minhas anotações. Decido dedicar boa parte dela aos dois primeiros e anotar apenas nomes, referências e questões pontuais, rapidamente, apostando que ao sair dali eu conseguiria registrar em texto todas as observações e descrições antes de esquecê-las.

Assim, na sala de reuniões, conversamos um pouco sobre o trabalho que Sérgio realiza ali e ele me indica algumas referências bibliográficas da área de patrimônio e restauro. Depois dessa conversa inicial, ele me leva para conhecer o prédio e os objetos ali alocados. O primeiro lugar que visitamos é o laboratório de restauração, bem perto da sala de reuniões. O laboratório consiste em uma sala ampla e espaçosa, bastante iluminada. Logo na entrada, à esquerda, duas funcionárias da Cantaria posicionam em um pedestal uma das imagens sacras de quase um metro de altura, impregnada de lama, para que uma das moças, munida de uma câmera DSLR<sup>34</sup>, pudesse fotografá-la. Outras duas imagens com a mesma cor terrosa estão à direita da porta. No meio da sala, mesas altas dispostas em fileiras e repletas de luminárias são o apoio onde quatro funcionários se debruçam para trabalhar na restauração de algumas das imagens sacras. No fundo da sala, imagens já restauradas estão dispostas sobre uma extensa mesa e uma estante de ferro armazena os objetos que acabam de chegar à reserva - para que sejam catalogados e destinados às salas de acondicionamento.

Essas salas, localizadas no andar de baixo - no corredor em frente aos armários numerados onde deixei minha bolsa -, são duas, divididas de acordo com o material nelas abrigado: a RT1, com papéis e tecidos; e a RT2, com objetos de madeira. Ambas têm várias estantes de ferro enfileiradas e a temperatura ambiente é controlada. Na RT1, também há um cabideiro com várias roupas usadas em festas religiosas penduradas. Além de papéis, como calendários de 2015, jornais e cadernos, e tecidos, como toalhas e panos, nas prateleiras das estantes da RT1,

---

<sup>34</sup> Sigla para “digital single-lens reflex”, referente a câmeras digitais que dispõem de um sistema mecânico de espelhos e prisma que conduzem a luz captada pela lente para um visor localizado na traseira da câmera.

há também objetos de vários tipos: cestas de vime, uma garrafa pet com água benta, um sabonete, entre outros. Na RT2, grandes objetos, como colunas, janelas e portas de madeira, convivem com delicados fragmentos de imagens sacras em madeira.

Somando todo o acervo, a Cantaria estima que a Reserva abriga cerca de 2500 peças e fragmentos. Tudo o que é encontrado pelos arqueólogos é levado à Reserva, catalogado e acondicionado em uma das duas salas. Qual será o destino de todo esse material, porém, ainda é uma incógnita. Entender o que deve ser preservado - e como deve ser preservado - e o que é passível de descarte, gera bastante controvérsia. Os técnicos julgam inicialmente, por exemplo, a garrafa pet com água benta acondicionada na RT1 como um importante objeto a ser preservado, enquanto o sabonete seria passível de descarte. Os atingidos, porém, discordam, alegando que o padre poderia benzer qualquer outra água e aquela garrafa em específico não tem nenhuma propriedade especial. Já o sabonete, é identificado como sendo um em que o bispo lavou as mãos, portanto, faz parte da história religiosa do povoado.

Diante de tais impasses, a Reserva opta por preservar a grande maioria dos objetos, descartando apenas aqueles que são unanimidade em relação ao descarte, como papéis de bala ou embalagens de biscoito. Muitos objetos, porém, são praticamente irrecuperáveis, como os cestos de vime e papéis ainda cobertos de lama. A ação que o rejeito pode causar aos objetos ao longo do tempo é imprevisível - e como contê-la é uma importante questão para os técnicos. Uma vez que não havia precedente na história de preservação de objetos atingidos por rejeitos de mineração de ferro, os técnicos precisam pesquisar muito para decidir qual método de acondicionamento deve ser usado. Optam por usar técnicas de monitoramento das peças usadas na preservação das relíquias arqueológicas do Egito Antigo, embora as possíveis reações que o rejeito pode ocasionar às peças ainda precisem ser identificadas para poderem ser mitigadas.

Muitas outras dificuldades ainda se impõem ao trabalho pioneiro realizado na Reserva Técnica. Uma delas diz respeito à reivindicação de posse de uma determinada peça por mais de uma comunidade, uma vez que a avalanche de lama

carregou pertences tanto de Bento Rodrigues, como de Paracatu de Baixo e Gesteira. Os técnicos atribuem a confusão à forte emoção que os atingidos sentem quando se deparam com as peças. Por ficarem muito emocionados, eles acabam reconhecendo como suas peças, como crucifixos ou santos, que às vezes são de outro povoado. Para atribuir um objeto a uma comunidade, portanto, os técnicos precisam recorrer a fotos antigas ou a documentos que possam comprovar o pertencimento a um ou outro povoado.

De todos os impasses, porém, o mais importante enfrentado pelos técnicos da Cantaria na Reserva Técnica é com relação à própria restauração em si. Quanto de intervenção deve ser feito em cada peça? Sérgio me conta que resolvem começar pelas “peças menos polêmicas”, ou seja, aquelas que foram menos “fragmentadas” - adjetivo bastante usado por ele - ou menos “atingidas” - adjetivo meu. Como essas peças demandam menos intervenção dos técnicos, sua restauração é menos complexa: consiste em restaurar a primeira camada policromada, ou seja, a camada original de cor.

Mesmo sendo um trabalho mais simples do ponto de vista técnico, ele ainda gera alguns ruídos. Muitas vezes a camada de cor original, aquela que é restaurada, não é a policromia com a qual a comunidade reconhece a peça, causando um descompasso entre os anseios dos atingidos e a bagagem teórica dos técnicos. Além disso, por iniciarem o processo de restauração com as obras sacras, que contêm grande “valor de culto”, conforme aponta Benjamin (1987), por parte da comunidade, os técnicos estão sujeitos a episódios que maculam a devoção. Por exemplo, em uma das vezes, uma foto é feita de um técnico tentando resgatar um olho de vidro que havia caído dentro do oco da imagem de uma santa. A foto dele com uma pinça no olho da santa não agrada aos católicos. Em outra ocasião, a imagem de Nossa Senhora das Dores está desnuda no laboratório, para que possa ser restaurada, porém, a nudez da santa é um grave sacrilégio, que desrespeita ainda o costume de serem as mulheres as responsáveis por vestir a santa.

Com relação às peças mais fragmentadas, o debate em torno da intervenção é ainda mais acalorado. Os técnicos devem refazer partes perdidas? Se não há uma referência (foto ou qualquer registro de como era a peça) quais os

parâmetros que eles devem seguir? Sérgio me explica que do ponto de vista técnico, essas peças não deveriam sofrer intervenção. Uma vez que não há referência do original, não seria uma “restauração” e sim uma “recriação” das peças. No entanto, do ponto de vista de alguns atingidos que são constantemente consultados no processo de restauração, a imagem de um santo mutilado deve ser reparada. Segundo o restaurador, alguns os questionam: “se fosse um parente seu que perdesse um braço e houvesse a possibilidade de dar a ele um braço novo você não daria”? Porém, mesmo entre a comunidade, não há consenso. Outros atingidos discordam da necessidade de restauração dessas peças e defendem que não haja intervenção, pois elas deveriam representar o crime do qual são vítimas.

Esse dissenso em relação ao destino das peças atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão remete, no limite, a um debate clássico no campo da restauração. De um lado, o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc defende um posicionamento mais voltado ao refazimento e completamentos de obras e, de outro, o inglês John Ruskin é mais conservativo. Viollet-le-Duc é bastante lembrado pela restauração da Catedral de Notre Dame, empreendida em parceria com o arquiteto Jean-Baptiste-Antoine Lassus, de 1844 a 1867. Não se limitando a uma mera restauração, Viollet-le-Duc fez uma reformulação ideal do projeto, ou seja, fez a reconstituição daquilo que ele acreditava que deveria ter sido feito na época, adicionando inclusive novos elementos, como o refazimento das gárgulas em avançado estado de degradação e acréscimo de 54 quimeras que não existiam originalmente, enfatizando com as figuras monstruosas e fantásticas o assombro de seu tempo em relação à Idade Média, período em que a catedral foi concebida. Nesse sentido, para Viollet-le-Duc, “[restaurar] um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

Opondo-se veementemente a Viollet-le-Duc, Ruskin, por sua vez, defendia a intocabilidade de um monumento degradado. Para ele, deveria haver apenas a manutenção de forma bastante pontual, tentando conter parcialmente o arruinamento, mas respeitando a integridade da edificação. A degradação, nesse

caso, representa a materialização da passagem do tempo e restaurar acaba por criar um falso histórico, incapaz de conter a “alma” do original.

Assim,

Viollet-le-Duc e Ruskin sintetizam e polarizam abordagens antagônicas em relação ao tratamento das ruínas. Por um lado, a necessidade de reportar uma edificação ao momento presente através de intervenções que desconsideram a passagem do tempo e retomam a uma possível e selecionada imagem de passado. Por outro lado, a apreciação do monumento enquanto documento único e irreproduzível que contém a sobreposição de diversas fases, das quais a degradação também faz parte (RODRIGUES, 2017).

O arquiteto italiano Camillo Boito tenta remediar esse conflito clássico entre Viollet-le-Duc e Ruskin propondo uma distinção clara entre os conceitos de conservação e restauração, defendendo que a última só deveria ser realizada quando todos os meios de salvaguarda não fossem mais suficientes. Quando necessária a intervenção nas obras, uma série de princípios deveriam ser seguidos:

ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo, pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas e encaminhadas ao Ministério da Educação; colocar lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (BOITO, 2003, p. 21).

Depois de Boito, muitos são os teóricos a determinar diretrizes a serem seguidas no trabalho de preservação e restauro. No trabalho realizado pela Cantaria com as peças da Reserva Técnica, são fundamentais as orientações da Carta de Veneza, uma carta internacional sobre conservação e restauração elaborada durante o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos

Monumentos Históricos, reunidos em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964. A respeito da restauração o artigo 9º desta Carta elucida que

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (IPHAN, 1995).

Dessa forma, o maior problema em termos da restauração das peças sacras resgatadas da lama da Samarco é com relação ao refazimento daquelas com partes faltantes ou com pouca policromia, sem nenhuma referência ao original para auxiliar no trabalho técnico. Nesses casos, como não há documentos que possam guiar o restauro, ele seria todo baseado em hipóteses - justamente o que a Carta de Veneza não recomenda ser feito. Uma das saídas possíveis é não intervir nessas peças e conservá-las em um museu ou memorial, ao passo que uma réplica poderia ser criada e oferecida à comunidade. Tal opção, porém, implica em questionar se haverá devoção à réplica, afinal, no limite, aquele não será o santo pelo qual os atingidos rezaram ao longo da vida.

Esse impasse com relação ao destino das peças sacras mais “atingidas” tenciona o tipo de “valor de culto” (BENJAMIN, 1987) que deverá se sobressair. Em uma das opções, o valor religioso da peça será mantido e ela será refeita e alocada na capela da comunidade, que continuará rezando à imagem. Enquanto na outra opção o valor histórico da peça ganhará destaque e ela será mantida “fragmentada” e será acondicionada no espaço museológico a fim de representar a memória do desastre. Qual desses valores irá se sobressair depende das decisões das comunidades atingidas.

De qualquer forma, além dos valores de culto que algumas peças encontradas na lama já possuíam, com o desastre elas ganham uma nova camada de significação: elas também são atingidas pelo rompimento e, em certa medida, atestam o crime da Samarco. Nesse sentido, mesmo objetos antes corriqueiros se

tornam relíquias de um passado depois de terem eles mesmos sobrevivido ao rompimento. Na passagem do ordinário ao extraordinário, o objeto passa a compartilhar com o dono a história do desastre e se torna um remanescente do modo de vida assolado, como veremos no próximo tópico.

### 4.3. Objetos sobreviventes

O protagonismo que os objetos assumem no caso do desastre de Mariana é notável. As coisas<sup>35</sup> que vão sendo aos poucos descobertas pelos “trapeiros” de Bento Rodrigues ou pelos arqueólogos contratados pela Fundação Renova somam às suas trajetórias uma nova página. Tal como sobreviventes resgatados dos escombros, os objetos achados na lama dias ou meses depois do rompimento ganham uma camada de relevância. Muitas vezes ainda impregnados de lama, esses objetos passam a atestar parcela significativa das vidas e memórias dos atingidos.

A relação desses objetos com a memória do desastre, ou ainda, com a memória de Bento Rodrigues, nos leva a compreendê-los como aquilo que o sociólogo francês Maurice Halbwachs chama de “marcas visíveis do passado” ou “museus de família” (HALBWACHS, 1990), referindo-se às coisas que transmitem a memória. Halbwachs, que sofreu grande influência de Émile Durkheim, que considerava o homem como produto do meio social, propôs analisar a memória como um fenômeno social, admitindo, porém, certo aspecto individual da memória. Sob essa perspectiva, Halbwachs se interessa em investigar o papel das instituições que formam o sujeito que lembra, ou seja, ele reconhece na memória do grupo ao qual o indivíduo está inserido, bem como na própria sociedade, um componente fundamental na constituição da memória de cada um. Ecléa Bosi (1994), ao analisar

---

<sup>35</sup> Diferentemente de Tim Ingold (2012), que distingue “coisas” de “objetos” e defende que as primeiras têm vida enquanto os últimos seriam uma redução delas, esta pesquisa aproxima-se muito mais das definições de Arjun Appadurai (2008) e Gaston Bachelard (1978). Conforme ficará mais claro a seguir, Appadurai faz uso de “coisas” para se referir a objetos variados, que possuem vida *social* - uma vida fundamentalmente diferente daquela proposta por Ingold. Bachelard, por sua vez, fala em objetos-sujeitos, que habitam os espaços e são despertados pela arrumadeira.

a contribuição de Halbwachs para a interpretação social da memória, define seu posicionamento como radical, uma vez que, para ele,

não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham *noções* gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional (ibid., p. 59, grifo da autora).

Halbwachs, entretanto, não é o único teórico a se debruçar sobre o tema. Bergson, por sua vez, defende que “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (ibid. p. 30), ou seja, para ele, a contextualização do presente implica diretamente em uma atualização do passado, ou seja, a memória estaria sujeita à leitura das questões do presente e interfere sistematicamente na apreensão de suas representações. A lembrança, existindo em estado virtual, aparece em forma de uma nebulosidade que se condensa aos poucos e passa de virtual ao estado atual. À medida em que seus contornos vão se desenhando e sua superfície começa a se colorir, a lembrança tende a imitar a própria percepção em si.

Gilles Deleuze (1999), em sua leitura da obra de Bergson, demonstra que passado e presente não designam “dois movimentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não pára de passar; o outro, que é passado e que não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam” (ibid., p. 45). Assim, “o passado não só coexiste com o presente que ele foi, mas – como ele se conserva em si (ao passo que o presente passa) – é o passado inteiro, integral, é *todo* o nosso passado que coexiste com cada presente” (ibid., p. 46, grifo do autor). É importante ressaltar, porém, que a ideia de passado puro em Bergson não concebe a memória como um movimento que pode resgatar o passado como um todo, mas se trata de uma noção em diversos níveis de profundidade, na qual a compreensão dessa totalidade do passado ocorre de forma mais ou menos dilatada e mais ou menos contraída.

A representação da memória na obra de Bergson é marcada por uma distinção fundamental entre dois tipos: 1) uma primeira memória, referente às imagens-lembranças, que seria responsável por registrar todos os acontecimentos



da vida cotidiana e atribui a cada fato seu lugar e data correspondentes; 2) uma outra memória, profundamente diferente da primeira, assentada no presente e que considera apenas o futuro, não representando o passado, mas o encenando. A respeito desse último tipo, Bergson coloca que “se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserve imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o momento presente” (ibid., p. 89).

As diferentes concepções de memória propostas por Bergson não abarcam, porém, a experiência de uma memória inconsciente, que Marcel Proust (2006) chama de involuntária. O escritor francês diferencia a memória voluntária, direcionada pela memória da inteligência, de uma memória que não pode ser acionada pelo sujeito, porque estaria contida em algum insuspeito objeto material e na sensação que ele nos daria caso o encontrássemos:

quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação (ibid., p. 73-74).

A respeito do trabalho memorativo na obra de Proust, Benjamin (1987, p. 36-49; 1989, p. 103-149) relaciona a memória involuntária do escritor com seu próprio conceito de aura, defendendo que a aura se concentra nas imagens sediadas na memória involuntária e agrupadas em torno de um objeto de percepção, correspondendo à própria experiência que se cristaliza no objeto sob a forma de exercício. Assim, na leitura que Benjamin faz da memória, não a tomamos como a posse do rememorado, como uma coleção de coisas passadas, mas como uma aproximação dialética da relação das coisas passadas com o seu lugar. Em vez de uma posse do passado, um ter, a memória poderia ser entendida, portanto, como uma aproximação de seu ter-lugar, assim como em relação à aura.

A importância dos objetos no processo de rememoração é ressaltada também por “Da Lua”, quando ele se refere aos objetos como “as histórias da gente”, atestando que são responsáveis por comprovar experiências. Quando o objeto se perde, ainda é possível, segundo ele, contar a história, mas não haverá

nada que a corrobore: “eu posso contar, mas é aquele caso: acredite se quiser” (“Da Lua”). A forma como “Da Lua” compreende os objetos, em especial as fotografias, é bastante próxima dos apontamentos do francês Roland Barthes (1984).

Um dos principais expoentes dessa concepção da fotografia como evidência da imagem do passado, Barthes (1984) destaca a ligação da fotografia com o referente que lhe dá origem, tomando-a enquanto resquício desse referente. O referente é, portanto, justamente o que sustenta a imagem, é a “coisa *necessariamente* real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia” (ibid., p. 114-115, grifo do autor). Assim, “na Fotografia jamais posso negar que *a coisa esteve lá*” (ibid., p. 115, grifo do autor). Nesse sentido, a contribuição de Barthes aponta para a fotografia enquanto o próprio real em estado passado, no qual ela está sempre a nos provocar: *isso foi*, ou seja, essa imagem esteve diante dos olhos do fotógrafo quando ele disparou o obturador, eles estiveram lá no momento da tomada da imagem.

Justamente por essa característica, “Da Lua” aponta a capacidade da fotografia de comprovar o passado e as “histórias da gente”. Ainda que não tenham uma ligação tão imediata com o referente, a materialidade dos objetos também pode atestar o passado narrado, como documentos que comprovam histórias de vida, ou ainda, como guardiões dessas memórias. Conforme aponta Myriam Moraes Lins Barros (1989), a materialidade dos objetos é de grande importância na conservação e transmissão da memória, uma vez que “[histórias] de vida ou trajetórias de família são construídas porque está disponível a documentação que a confirma” (ibid., p. 39). Assim, pequenos museus particulares repletos de objetos e móveis do passado são construídos por pessoas responsáveis por guardarem essas memórias. Esses “museus de família” (HALBWACHS, 1990), montados em suas casas por seus guardiões, guiam seus visitantes por suas peças cuidadosamente selecionadas e expostas em paredes e móveis (BARROS, 1989).

Nesse sentido, os objetos têm importância fundamental na construção simbólica dos lugares, em especial, dos lares.

Os objetos que dão sentido a um lugar e, com uma carga afetiva, adquirem outro status desde a ordem simbólica; se convertem em autobiografias e testemunho de lugares habitados e de enunciação da memória, isto é, os

objetos acabam sendo representações da história pessoal e coletiva e veículos para voltar a ver e a percorrer o território. São a bússola e o guia de regresso para encontrar o caminho que nos leva ao já habitado (RUIZ, 2003, p. 63, tradução minha).

Bachelard (1978) é um autor importante para essa discussão, por considerar aquilo que ele intitula de “poética do espaço”. Em seu tratado sobre a sensibilidade do espaço, ele aponta que os objetos “[tomam] lugar não só numa ordem, mas numa comunhão de ordens. De um objeto ao outro, no quarto, os cuidados domésticos tecem ligações que unem um passado muito antigo a um novo dia. A arrumadeira desperta os móveis adormecidos” (ibid., p. 241). Assim, para o autor, o microcosmo individual encontra na casa, repleta de objetos, um instrumento de análise da intimidade do sujeito - bem como do objeto. “O armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta. Sem esses ‘objetos’ e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, para nós, por nós, uma intimidade” (ibid., p. 248).

Se os objetos têm intimidade, poderíamos considerar que eles têm também uma biografia? Sobre esse aspecto, é fundamental diferenciar o que podemos chamar de uma biografia *dos* objetos de uma biografia *das* pessoas *nos* objetos (MENESES, 1998). Bronisław Malinowski, a respeito da primeira categoria, afirmou: “Podem ser feios e inúteis e, segundo os padrões correntes, possuir muito pouco valor intrínseco, porém só o fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passado pelas mãos de personagens antigos os constitui em veículo infalível de importante associação sentimental e passam a ser considerados grandes preciosidades” (Malinowski 1976, p. 80 apud MENESES, 1998, p. 93-94). Assim, os objetos encontrados nas ruínas de Bento Rodrigues passam a carregar em sua biografia o desastre. A lama que alguns ainda trazem impregnada atesta sua história.

Tal como aponta Jean Baudrillard (1993) a respeito dos objetos antigos não serem a-funcionais, uma vez que sua função é “significar o tempo”, os objetos achados na lama passam a ter por função “significar” o desastre. Assim, uma nova camada de significação é adicionada a eles. Dona Irene continua usando seu

pandeiro meia-lua para fazer música, porém, depois de ser levado pela avalanche de lama e ser reencontrado, aquele pandeiro em específico passou a narrar, com sua lama impregnada nos cantos e pequenos orifícios, a história de uma tragédia.

Conforme aponta Arjun Appadurai (2008), embora haja a tendência em considerarmos o mundo das coisas inerte e o mundo em si movido e animado pelas pessoas e suas palavras, podemos falar em um aspecto biográfico das coisas, que se encontra mais patente em uns (“objetos herdados, selos postais e antiguidades”) do que em outros (“barras de aço, sal ou açúcar”), mas nunca de todo irrelevante. Assim, da mesma forma que as pessoas, as coisas também possuem biografia, que o autor denomina de “biografia cultural das coisas”, ancorado na perspectiva de Igor Kopytoff (2008), que seria “apropriada para coisas *específicas*, enquanto passam por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, assim, uma biografia específica ou um conjunto de biografias” (APPADURAI, 2008, p. 52, grifo do autor).

Kopytoff (2008), em um dos textos da coletânea organizada por Appadurai, enfatiza que, em “sociedades de pequena escala” e mesmo em “sociedades complexas”, as coisas não existem apenas enquanto mercadorias. Para ele, as coisas singulares se opõem às coisas mercantilizadas, porém, não se tratam de categorias estanques e sim de status pelos quais as coisas passam ao longo de sua biografia. Dessa forma, “[algumas] vezes essa singularização inclui coisas que normalmente são mercadorias - com efeito, as mercadorias são singularizadas exatamente por serem retiradas de sua usual esfera mercantil” (ibid., p. 101). Essa singularização de um objeto pode ser coletiva, quando tem a aprovação social e passa a assumir uma sacralidade, como seria o caso das imagens religiosas das capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês, reconhecidas pela comunidade de Bento Rodrigues como objetos “singulares”; ou ainda, a sacralização pode ocorrer na esfera privada, com indivíduos que avaliam seu patrimônio como invendável, como no caso dos objetos ordinários, como o pandeiro de Dona Irene.

Com relação à segunda categoria, a biografia das pessoas *nos* objetos, é fundamental recorrer a Marcel Mauss (1974) e seu clássico *Ensaio sobre a dádiva*, no qual analisa diversos sistemas de troca em sociedades da Polinésia, Melanésia e noroeste americano e observa a obrigação de dar, receber e retribuir como princípio

regulador dessas trocas. Para além das relações econômicas, Mauss observa a associação que os objetos têm com seus proprietários, concluindo que o objeto doado retém atributos pessoais de seu doador. Assim, para ele, os objetos possuem agência e a troca proporciona a circulação de uma matéria espiritual, ou aquilo que os maori chamam de *hau*.

A existência de alguma associação entre um objeto e seu dono é observada também por outros autores. Bosi (2003), por exemplo, aciona Violette Morin, que, em “L’Objet”, chama de “objetos biográficos” aqueles que “envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida” (ibid., p. 26). Esses objetos representam uma experiência vivida, ou seja, fazem parte da biografia de seus proprietários. Assim, é comum ao narrador se valer do objeto como um elo com o passado e a memória. Sob esse ponto de vista, Bosi irá citar também a tragédia que é a perda de alguns objetos, que “nos deixam à sua procura pelo resto da vida” (ibid., p. 29). Em Bento Rodrigues, muitos são os objetos encontrados e tratados como relíquia, mas muitos outros são aqueles perdidos para sempre, cujas questões suscitadas são tão instigantes que merecem um novo capítulo.



FIGURA 15 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 16 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

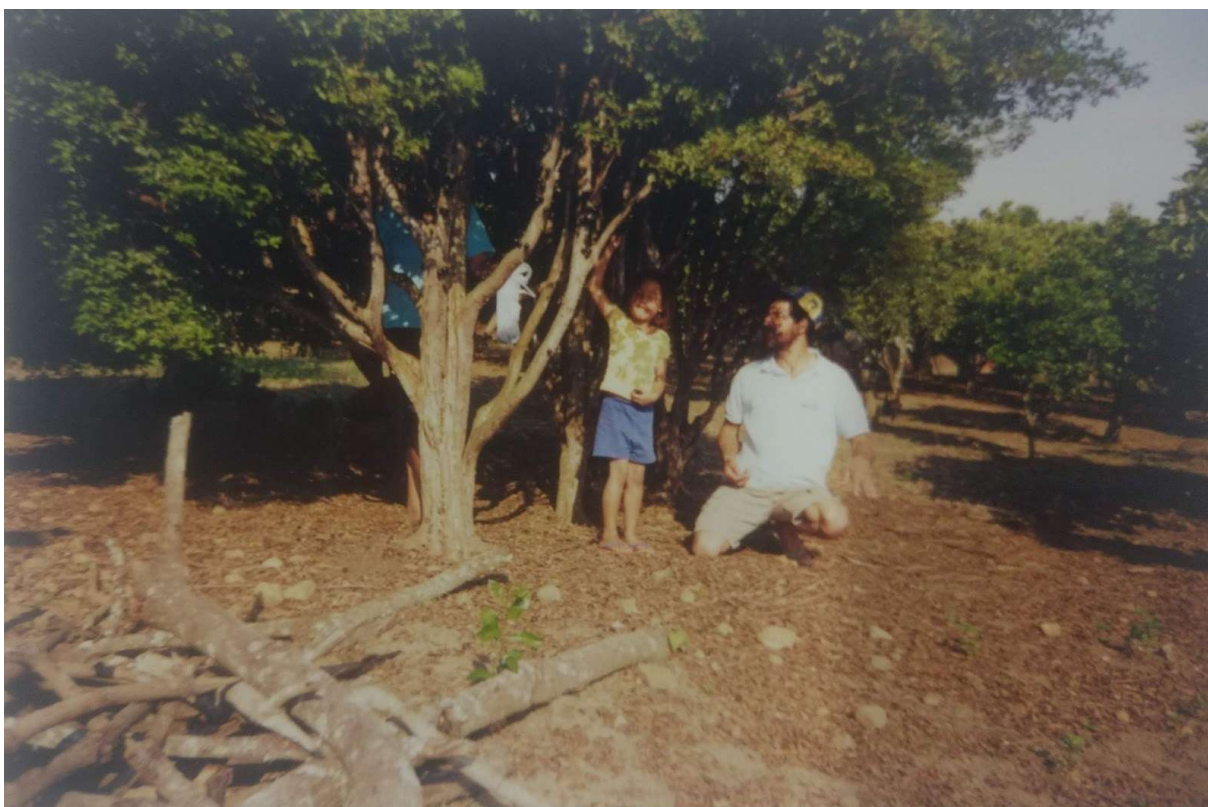


FIGURA 17 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.





FIGURA 18 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 19 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 20 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 21 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 22 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 23 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.



FIGURA 24 - Fonte: Arquivo particular de Marquinhos, s.d.a.

## 5. Perdidos

*“Se havia fotos suas, se conseguisse encontrá-las, talvez estivesse com a mãe numa delas. Então já não teria que ficar preocupada por quase não lembrar de seu rosto, Leni a teria sempre ali, poderia recuperá-la sempre que a memória estivesse a ponto de se evaporar.”*

*(Selva Almada)*

### 5.1. Enterrados na lama

Se por um lado muitos objetos são encontrados na lama, através do trabalho dos trapeiros e arqueólogos, por outro, muitos são os que se perderam para sempre na avalanche de rejeitos da Samarco. Alguns deles ainda não foram lembrados, outros, porém, deixam sua lacuna bastante presente na vida de seus donos. Quando pergunto a meus interlocutores sobre as coisas que perderam, é recorrente a resposta imediata: tudo. Incentivando-os a contar melhor a que se referem quando falam de “tudo”, surgem histórias de objetos herdados da família, recém adquiridos, carregados de história, que remetiam a alguém e mais uma infinidade de outras categorias.

Um ou outro objeto acaba por se destacar nas narrativas sobre as perdas. A bíblia e as orações da mãe já falecida de Sandra, por exemplo, inauguram uma série de outros objetos perdidos que Sandra categoriza como “as coisas do pai”, “as coisas da família” e “as coisas da filha”. A bíblia e as orações da mãe são bastante singulares: Sandra conta que quando a mãe faleceu devido a um câncer na tireoide guardou a bíblia e as orações com as quais ela costumava rezar. As coisas do pai, da família e da filha, porém, são citadas na narrativa como perdas importantes, mas não ganham a particularidade da bíblia e das orações. São coisas mais genéricas, embora remetam a alguém especial.

Se Sandra lamenta a perda de objetos carregados de história familiar, Vilma aponta a destruição de objetos novos, ainda sem uso. Com 4 anos de casamento e uma casa nova, mobiliada com móveis novos, ela tinha muitos



presentes de casamento que ainda nem tinham sido usados. A filha recém-nascida, com 45 dias, também tinha um enxoval cuidadosamente preparado para sua chegada. “Tudo novinho da menina, ela não chegou nem a usar. Presente de casamento... Muito presente que eu não tinha usado. Coisa que a gente levou mais de oito anos para construir foi, assim, num segundo” (Vilma).

Seu Zezinho, quando fala sobre suas perdas, começa citando os troféus que ganhou como presidente do São Bento União Desporto, time de futebol amador de Bento Rodrigues. Desde 1986, o time participava de torneios na região de Mariana e chegou a conquistar dezenas de troféus. Como o time não tinha sede oficial, Zezinho guardava os troféus em sua casa: “A gente tinha vários lá. Tinha no quarto, tinha na copa, tinha na sala, tinha num outro quarto lá de visita... Foi tudo embora. Todos grandões assim” (Seu Zezinho). Dos troféus do time, resta apenas uma foto tirada por Élcio, na sala da casa de Seu Zezinho, onde cerca de 10 troféus aparecem.

Além dos troféus, Zezinho conta que tinha em casa um cômodo só para guardar suas ferramentas. Carpinteiro, assim como o pai, ele acabou herdando muitas ferramentas antigas próprias do ofício, como um trado manual, usado para perfuração. Ele me explica que as ferramentas produzidas antigamente eram “muito mais perfeitas”, enquanto hoje “tem muita falsificação”. A obsolescência programada das ferramentas produzidas hoje, que Zezinho chama de “falsificação” dos objetos de antigamente, faz com que seja impossível substituir as ferramentas herdadas do pai em termos de qualidade material. Mais do que ferramentas melhores, porém, eram ferramentas usadas pelo pai de Seu Zezinho em seu ofício e depois por ele mesmo. Aqueles objetos continham em si, portanto, uma ligação afetiva entre Zezinho e o pai.

Assim, os objetos perdidos na lama são, em grande maioria, objetos insubstituíveis. Perder esses objetos é como perder a ligação que mantinham com entes queridos ou com histórias de vida para as quais não há indenização possível.

Foi tudo embora. Não sei de que maneira eu vou receber, nem se vou receber. Eu acho que o mais importante eram as coisas que a gente tinha, não o dinheiro, né? O dinheiro faz parte, mas a gente vai ficar sempre lembrando. Tudo o que eu perdi lá eu tenho na cabeça, só não falo porque

ela [Dona Irene, sua esposa] fica nervosa - e com razão. A gente evita até de conversar sobre isso. Ela não gosta de ficar falando (Seu Zezinho).

Com relação às fotografias, embora estejamos cada vez mais inseridos em um mundo em que a maioria delas são bits de informações salvas nas nuvens de um servidor, ainda restam aquelas remanescentes de um período em que a imagem era feita de forma mais artesanal, por meio da sensibilização de um filme pela luz que era revelado e ampliado, a fim de se obter uma cópia em papel fotográfico da cena captada. Essas fotos, como ressalta a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes (2008), juntam poeira, envelhecem, criam fungos, podem ser beijadas ou rasgadas e podem até mesmo dotar de aspectos mágicos ao serem, por exemplo, levadas a centros religiosos para receberem a benção no lugar de doentes que não podem se locomover, como efígies contemporâneas. Ou ainda, conforme aponta Elizabeth Edwards (2012), essas fotografias enquanto objetos táteis, ao serem distribuídas, podem ainda criar elas mesmas relações sociais. A imagem, ao ser segurada na mão e tocada pelos dedos, distribuída, doada, colecionada, acaba por desencadear importantes registros como coisas sensoriais que existem no tempo e no espaço e são constituídas por e através de relações sociais.

As fotografias de Bento Rodrigues expressavam tais características. Embora uma pequena parte delas fosse tirada por celulares e máquinas digitais, a grande maioria era de fotografias materiais<sup>36</sup>, que podiam ser tocadas, beijadas, guardadas e, que, por fim, habitavam as casas - e não as nuvens de dados. Svetlana Aleksievich (2016), escritora bielorrussa vencedora do Prêmio Nobel de Literatura de 2015, escreveu que depois do acidente na Usina Nuclear de Chernobil<sup>37</sup>, “[as] pessoas foram embora, e as fotografias continuaram a habitar a casa. Como as suas almas”. Como as fotos radioativas de Chernobil, ou ainda aquelas

---

<sup>36</sup> A fotografia digital só começou a se difundir em Bento Rodrigues, principalmente, após a popularização dos smartphones, a partir do segundo semestre de 2013. Antes disso, poucos eram os moradores que possuíam máquinas fotográficas digitais.

<sup>37</sup> Em 1986, com o acidente nuclear de Chernobil e a liberação de radiação, a população nos arredores da usina teve que se mudar dali e abandonar todos os seus pertences, contaminados pela radiação.

soterradas pelo desabamento do edifício Palace II<sup>38</sup>, no Rio de Janeiro, as fotos de Bento Rodrigues também continuaram a habitar as casas até o último instante, mesmo com a chegada da avalanche de rejeitos de mineração, que acabou por soterrá-las.

Além de serem objetos relacionais, como aponta Edwards (2012), o gênero das fotografias que habitam as casas ajuda a fazer delas um lar, criando um ambiente de intimidade e aconchego, conforme a definição de Bachelard (1978). Divididas entre aquelas orgulhosamente exibidas nas paredes ou sobre os aparadores e outras muitas organizadas em álbuns ou amontoadas em caixas e gavetas, as fotografias que habitam os diversos cômodos de uma casa lembram seus moradores das memórias guardadas e, dispostas de diferentes maneiras, contam suas fotobiografias, conforme aponta Fabiana Bruno (2009).

Talvez por ter especial interesse antropológico nessas imagens, quando acompanhei o rompimento pela televisão, no interior de São Paulo, em 5 de novembro de 2015, as primeiras coisas nas quais pensei ao ver as imagens transmitidas pelos helicópteros que sobrevoavam Bento Rodrigues foram nas pessoas e, curiosamente, nas fotografias que habitavam aquelas casas destruídas. Conforme as notícias iam chegando, conseguia saber um pouco mais sobre as pessoas atingidas pelo desastre. Os jornalistas, porém, nada diziam sobre as fotografias. Quais imagens teriam se perdido naquele desastre? Como elas eram? Quantas estariam ainda desaparecidas? O que elas poderiam narrar?

## **5.2. Fotografias desaparecidas**

Quando se fala nas perdas advindas com o desastre, as fotografias acabam ganhando protagonismo na narrativa dos interlocutores. Marquinhos, por exemplo, embora tivesse duas residências - uma em Bento Rodrigues e uma em Mariana - e tenha conseguido salvar algumas fotos, guardava a grande maioria de álbuns e fotografias na casa de Bento Rodrigues. Com isso, muitas delas se

---

<sup>38</sup> O edifício residencial Palace II, construído pela Construtora Sersan, do engenheiro e político brasileiro Sérgio Naya, entre os anos de 1990 e 1995, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, desabou em 28 de fevereiro de 1998, matando oito pessoas.

perderam com a lama. Dessas, ele cita a fotografia do casamento de seu pai e sua mãe, uma foto de seu padrinho e sua madrinha, fotos do namoro e da lua de mel dele e da esposa, em Poços de Caldas e Campos do Jordão, e fotos dele e do irmão com as criações de gado.

“Da Lua” também não residia mais em Bento Rodrigues, mas guardava boa parte de suas fotografias na casa da mãe, Dona Efigênia. Das perdas, ele lamenta pelas fotos da filha, hoje com “quase 20 anos”, e fotos das cidades por onde passou quando trabalhava como motorista de caminhão: “Eu não tenho foto de quando eu tava lá, na época, na estrada. Eu viajei pra muitos lugares e eu tirava foto desses lugares todos. Um monte de cidades diferentes. Mas eu não tenho nenhuma mais” (“Da Lua”).

Seu Zezinho, por sua vez, guardava todas as suas “fotos de relíquia” em um álbum grande, tal como os tesouros são guardados em baús: “Todas as fotos de relíquia da gente estavam ali. A gente lembrava de tudo, todo mundo, os netos pequenos, filhos pequenos, irmão... Então a gente tinha isso tudo e acabou” (Seu Zezinho). Conforme aponto anteriormente, as “fotos de relíquia” de Seu Zezinho são diferentes das “fotos de resgate”, que ele consegue reaver graças ao trabalho arquivista do fotógrafo Élcio, que presenteia seus clientes com novas cópias de fotos feitas durante eventos realizados em Bento Rodrigues. As “fotos de resgate” são, portanto, aquelas realizadas pelo fotógrafo que podem ser reproduzidas novamente e passam a fazer parte do agora escasso acervo de imagens de Seu Zezinho. Essas fotografias, no entanto, não abarcam uma outra categoria de imagens que ele chama de “fotos de relíquia”.

As “fotos de relíquia” a que Seu Zezinho se refere são, em especial, as fotos de sua mãe, de seu pai e dos filhos e netos pequenos. Entre elas, compunha ainda o acervo de “fotos de relíquia” a fotografia de um dos netos falecido no caixão, antes de ser enterrado: “A gente não ficava olhando para não lembrar”, diz ele. Embora não fosse uma foto para ser olhada, ela era peça fundamental do tesouro de Seu Zezinho. Por guardarem memórias, as “fotos de relíquia”, enquanto objetos táteis e imagéticos, podiam remeter a relações afetivas, fosse a respeito de como a

foto tinha ido parar no álbum, fosse sobre as pessoas e formas retratadas na imagem.

O desastre, porém, rompe com a possibilidade de estabelecer essas relações através da fotografia. Perder essas fotos é, portanto, como perder uma relíquia, um tesouro. Inconformado com essa perda, Seu Zezinho tenta ainda resgatar alguma foto com essas características pedindo a parentes, mas, infelizmente, não consegue reaver nenhuma imagem-relíquia, nenhuma fotografia que possa remeter à memória afetiva de seu passado, de suas relações familiares, de seus entes queridos.

Tomando emprestado o termo cunhado por Seu Zezinho e procurando pelas “fotos de relíquia” desaparecidas no desastre, as narrativas de Keila e Vilma se destacam. A primeira, pela perda da fotografia “de relíquia” da mãe, que morreu quando Keila tinha apenas nove meses de idade. Como Keila era muito nova quando a mãe morreu, ela não tem lembranças da mãe viva. A única memória que restava a ela era um monóculo<sup>39</sup>, acionado por Keila sempre que ela queria se lembrar da mãe. No entanto, com a avalanche de lama, o monóculo com a pequena imagem se perdeu.

Essa [foto] eu perdi. E, assim, eu fico triste porque hoje eu não consigo lembrar dela nem assim no pensamento. Porque quando eu pensava nela eu olhava a foto e aí eu lembrava da minha mãe. Mas isso aí eu acho que nunca mais eu vou ter [com lágrimas descendo pelo rosto e a voz embargada]. E, assim, eu acho que dinheiro nenhum vai me dar. São coisas que a gente perdeu que doem muito (Keila).

Se Keila chora por não se lembrar mais da imagem da mãe “nem no pensamento”, Vilma, por sua vez, sofre a perda da “foto de relíquia” de um filho natimorto. Depois de muita dificuldade para engravidar, Vilma e o marido esperavam a chegada de Nicolas Ariel. No entanto, com 8 meses de gestação, com o enxoval completo pronto para recebê-lo, houve uma complicação na gravidez e, mesmo após os médicos tentarem salvar a criança, Nicolas não resistiu e nasceu morto. Como Vilma precisou ficar internada no hospital e não pôde acompanhar o velório,

---

<sup>39</sup> De formato cônico, os monóculos possuem em uma de suas extremidade uma pequena imagem fotográfica e, na outra ponta, uma lente de aumento usada para visualização.

pediu à irmã que fotografasse o menino antes dele ser colocado no caixão e enterrado, porque depois ela queria vê-lo, já que durante o parto estava dopada e não pôde olhá-lo da forma como gostaria.

No entanto, Vilma nunca se sentiu confortável o bastante para olhar a foto. “Eu nunca tive essa coragem de falar ‘ah, hoje eu quero ver a foto’. Sempre falava: ‘Depois eu vejo. Na hora que estiver preparada eu vejo’. E não vi essa foto. E essa aí é pra nunca mais” (Vilma). Com o rompimento, a lama levou a foto e Vilma hoje lamenta por nunca ter tido coragem de olhá-la. As histórias de perda de Keila e Vilma dão margem para duas diferentes formas de desaparecimento de imagens: uma por meio do esquecimento e outra pelo não-ver. Ambas vacilam. Pessoas desaparecidas têm seus retratos expostos em postes e jornais, mas quando o que desaparece é a própria imagem, o que resta?

Embora não sejam as únicas formas possíveis de desaparecimento, o esquecimento da imagem de Keila e a fotografia não vista de Vilma nos permitem sondar esse fenômeno. Ao lidar com fotografias desaparecidas, é preciso acionar um conceito que dê conta de englobar uma definição que inclua também as imagens mentais ou internas, para que seja possível investigar a sobrevivência dessas fotografias nas memórias e narrativas dos atingidos pelo desastre. É preciso notar, então, que a fotografia se coloca enquanto imagem, porém, o conceito de imagem da forma como é entendido aqui abrange uma compreensão muito mais ampla, incluindo não só a fotografia, mas também as imagens internas acionadas por ela.

Buscando trilhar este caminho, Hans Belting (2014) auxilia na compreensão dessa distinção entre imagens de diferentes naturezas ao defender um enfoque medial. Para ele, a imagem ocorre no encontro entre o que ele chama de “meio” e de “corpo”. Como a “imagem não tem corpo, [ela] precisa de um meio no qual se corporalize” (BELTING, 2014). Assim, meio e imagem são como duas faces de uma mesma moeda, sendo que o primeiro tem sempre um caráter material e a segunda uma qualidade mental.

O terceiro elemento acionado por Belting para a construção de seu dispositivo da antropologia da imagem é o *corpo*, uma vez que é ele o lugar vital das imagens. Sob esse ponto de vista, o homem não é “senhor” das imagens, mas lugar

delas, “que enchem e preenchem o seu corpo: está à mercê de imagens por si produzidas, embora tente dominá-las” (ibid., p. 22). Nesse sentido, através do *meio-imagem-corpo*, Belting se recusa a reduzir as imagens apenas ao plano do material e reconhece a importância dos diferentes meios, dentre os quais o próprio corpo está incluído.

Assim, o foco recai sobre a importância em investigar como percebemos sensorialmente as imagens. O mecanismo da imagem varia de acordo com o *corpo* pelo qual ela se manifesta. Assim, Belting apresenta duas possíveis relações das imagens: *endógenas* (ou internas) e *exógenas* (ou externas). As imagens interiores são aquelas próprias do corpo, enquanto as exteriores precisam de um corpo material para se oferecer ao nosso olhar. Entretanto, embora faça essa distinção, Belting nos alerta para não cairmos no dualismo simplista da oposição entre o espírito e a matéria.

No conceito de “imagem” reside já, decerto, o duplo sentido de imagens interiores e exteriores, que só na tradição do pensamento ocidental concebemos, tão confiadamente, como dualismo. Contudo, as imagens mentais e físicas de uma só e mesma época (os sonhos e os ícones) estão entre si relacionadas em tantos sentidos que as suas componentes dificilmente se podem separar, mesmo em sentido estritamente material (ibid., p. 32).

Dessa forma, uma imagem exógena, como a fotografia de família, gera no espectador imagens e sensações dentro do corpo, está vinculado, portanto, a imagens endógenas.

Desvendar os meandros das imagens na memória é um tema instigante. A antropóloga Andrea Barbosa (2014), quando analisa o filme *São Paulo: Sinfonia & Cacofonia*, de Jean-Claude Bernardet, denomina de “memória canibalizada” a articulação entre memória, imagem, imaginação e experiência. O canibalismo a que ela se refere diz respeito ao processo de apropriação e criação de novos significados a partir de referências coletivas e individuais que acabam por criar algo novo. Diferentemente da montagem defendida por Eisenstein, costurada pelo encadeamento entre os planos, no filme de Bernardet a narrativa é construída através das lacunas, que nos oferecem um respiro para que a imaginação e a

memória canibalizem as imagens e criem o filme de cada um. Assim, conforme aponta a autora, há um imbricamento:

imagens que nutrem a imaginação que,  
 alimenta a experiência no mundo e a criação e fruição das imagens que,  
 povoam a memória que,  
 informa e forma as imagens e a experiência vivida no espaço e no tempo  
 (ibid., p. 60).

Assim, “[esse] movimento circular não deixa que percebamos onde começa e onde se finda, qual é a fonte e quem dela se alimenta” (ibid., p. 62).

Perceber a “canibalização” das imagens pela memória é fundamental não só quando se trata de cinema, mas também com relação à fotografia. A importância da articulação entre memória, imaginação, experiência e mesmo de outras imagens para o olhar que vê a fotografia faz com que ela também seja “canibalizada” de diferentes formas por diferentes espectadores. Evidentemente, embora também possamos falar em uma “memória canibalizada” em relação às fotografias, cinema e fotografia têm suas particularidades - bem como as imagens da memória e da imaginação.

W. J. T. Mitchell (1986, p. 9-14) adverte que, embora se entenda por imagem uma variedade de coisas (pinturas, estátuas, mapas, sonhos, poemas, memórias, ideias etc.), não significa necessariamente que todas elas tenham algo em comum. A proposta dele é de encarar as imagens como uma família-extensa, que tivesse migrado no tempo e no espaço, sofrendo profundas modificações durante o processo. Assim, por “imagem”, Mitchell compreende um conjunto de características que envolvem aparência, semelhança e similitude, podendo ser imagens gráficas, ópticas, perceptuais, mentais ou verbais.

Para ele, a imagem mental diz respeito a sonhos, memórias, ideias e também ao que ele chama de *fantasmata*, que seriam versões revividas dessas impressões convocadas pela imaginação na ausência dos objetos que originalmente as estimularam. Fundamentalmente distintas das imagens físicas, Mitchell defende, porém, que não devemos tratar as imagens físicas como imagens próprias e as mentais como impróprias. Se as colocarmos “na mesma categoria” enquanto símbolos funcionais ou dentro de um mesmo espaço lógico, não eliminaremos todas



as diferenças entre elas, mas podemos, com isso, desmistificar as qualidades metafísicas ou ocultas dessa diferença, sanando, dessa forma, nossa suspeita de que as imagens mentais são, de alguma maneira, impróprias ou modelos ilegítimos da “coisa real” (MITCHELL, 1986, p. 18).

Se a imagem mental não é ilegítima ou imprópria, o autor aponta, porém, que uma imagem retratada pela fotografia é concebida na mente de quem a olha de forma semelhante a um espelho, mas esta imagem mental criada quando vemos uma imagem física não é estável e permanente. Ela varia de uma pessoa para outra e sua formação na mente de cada um envolve todos os seus sentidos (ibid., p. 13-16). Embora possam ser consideradas mais instáveis, as imagens mentais nos permitem afirmar que o desaparecimento de uma fotografia não necessariamente resulta no desaparecimento da imagem. Claro que ao perder o meio físico pelo qual a fotografia se manifesta, a imagem deixa de estar presente no mundo material, no entanto, estranhamente, as imagens mentais ainda permanecem como memórias e imaginações.

Nesse sentido, precisamos nos perguntar se é possível destruir por completo uma imagem. Friedrich Nietzsche (2006), no prefácio do *Crepúsculo dos ídolos*, usa o martelo como metáfora para destruir os ídolos eternos. Porém, embora as estátuas possam ser destruídas pelo martelo, os ídolos eternos são eternos, podemos apenas fazê-los ressoar com o golpe do martelo - um modo de obrigá-los a falar e nos contar seus segredos, mas não de exterminá-los. Da mesma forma, uma fogueira ou uma avalanche de lama é capaz de destruir apenas a fotografia, mas não a imagem que se tem dela<sup>40</sup>.

Quando se refere aos iconoclastas, Mitchell (2005) alerta que quando destroem uma imagem acabam criando imagens secundárias: “iconoclasmo é mais do que meramente a destruição de imagens; é uma ‘destruição criativa’, na qual uma segunda imagem de desfiguração ou aniquilamento é criada no mesmo momento

---

<sup>40</sup> Percebo pela primeira vez esse paradoxo a respeito das fotografias destruídas em minha pesquisa de mestrado sobre as relações de transexuais com suas fotografias de infância (VASCO, 2015). Ao longo do trabalho de campo, me deparo com a questão da destruição de fotografias como um fator que tencionava e complexificava as relações com as fotografias de infância de duas das interlocutoras da pesquisa, uma que destruiu propositalmente suas fotografias e outra que teve boa parte de suas fotografias de infância destruídas pela mãe depois dela descobrir uma traição do marido.

em que a imagem 'alvo' é atacada" (ibid., p. 18, tradução minha). Assim, o ato de destruição acaba por criar uma nova imagem do aniquilamento<sup>41</sup>. Se a fotografia desencadeia em nós um processo mental, conforme defende o próprio Mitchell (1986), a destruição da imagem fotográfica deixa seus resquícios: "quando são destruídas, elas deixam réplicas fantasmagóricas na memória e em outras mídias" (MITCHELL, 2005, p. 14, tradução minha). Assim, além da imagem do ato de destruição, resta, de alguma forma, a própria imagem destruída, enquanto memória.

Nos casos de Keila e Vilma, bem como tantos outros interlocutores citados aqui, não existe a intenção de destruir suas fotografias. No ato da destruição, elas representam o agente que sofre a ação e tem que lidar passivamente com a perda de suas imagens, diferentemente dos iconoclastas, agentes ativos da destruição. Keila, portanto, até tem uma imagem do ato de destruição, como fica ressaltado no Prólogo, mas essa imagem não basta a ela, uma vez que Keila lamenta justamente por não conseguir se lembrar da imagem "nem no pensamento".

Ao falar sobre o "pensamento" como um lugar para a imagem, Keila evidencia que além da imagem física, existe ainda uma outra, mental. Não havendo mais a imagem física para recorrer, ela lamenta por não se lembrar. Assim como o campo da memória é fundamental a esta pesquisa, seu avesso, o esquecimento, é igualmente importante. Dentre as muitas contribuições ao tema, a abordagem do criador da psicanálise, Sigmund Freud, é bastante satisfatória no caso de Keila. Para Freud não se pode esquecer nada: "[nada] na vida psíquica consegue se perder, nada do que se formou desaparece, tudo é conservado de uma maneira qualquer e pode reaparecer em certas circunstâncias favoráveis, por exemplo, durante uma regressão suficiente" (FREUD, 1971 apud DUBOIS, 2012).

---

<sup>41</sup> Um processo semelhante pode ser observado tanto em minha pesquisa de mestrado (VASCO, 2015) quanto na pesquisa realizada pelo antropólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2017), na qual ele acompanha a narrativa de uma interlocutora que perdeu o marido em um acidente de carro e, em meio ao processo de luto, se depara com a suspeita da traição como um "fantasma" a atormentá-la. Em um momento de fúria, ela acaba rasgando as fotografias do marido, como forma de buscar alívio na agressão à imagem. Embora o autor não chegue a tratar do tema, a imagem do ato de destruição é minuciosamente detalhada por sua interlocutora: "Primeiro rasgava ele de mim. Separando o meu corpo do dele nas fotos. Depois ia rasgando ele em pedaços, em pedacinhos cada vez menores, até ficar irreconhecível, até ele desaparecer de mim enquanto imagem e enquanto forma" (ibid., p. 57).

Na leitura que faz de Freud, Philippe Dubois (2012) chama atenção para duas metáforas arqueológicas acionada pelo psicanalista: sobre Roma, cidade eterna e arruinada, e Pompeia, cidade petrificada. Enquanto Roma com suas ruínas e restos é comparada a um palimpsesto, em que se acumulam camadas históricas, Pompeia se destaca por preservar integralmente o passado: “essa preservação só é possível pela *instantaneidade* do enterramento, que tornou Pompeia, ao final de uma catástrofe única, uma cidade suspensa *de repente para* todo o sempre. Pompeia só nos oferece de seu passado *uma única* imagem, uma única camada/corte histórico, mas no-la fornece quase intacta” (ibid., p. 320, grifos do autor). A partir dessa distinção, Dubois aponta que as metáforas de Roma e Pompeia, ajudam Freud a ilustrar o funcionamento do aparelho psíquico: “Todos, no fundo de nossa psique, temos uma Roma e uma Pompeia, indistintas, interiores, íntimas. Os traços mnésicos escondidos em nosso inconsciente estão *ao mesmo tempo* sempre *todos* ali, e sempre *inteiros*. Só sua ascensão à superfície é seletiva” (ibid., p. 321, grifos do autor).

Finalmente, Dubois conclui fazendo uma analogia a essas metáforas arqueológicas e uma metáfora fotográfica, em que o positivo da imagem fotográfica é associado à Roma, como uma ruína exposta, e o negativo dela é uma ruína enterrada, como Pompeia. Assim, se nossa psique comporta Roma e Pompeia ao mesmo tempo, a imagem positivada também guarda a latência da imagem em negativo:

Se tudo se inscreve na memória psíquica e ali permanece gravado intacto, nem tudo volta. O recalçamento é originário, e sempre haverá restos perdidos, parcelas inacessíveis à consciência. Sempre haverá uma parcela de imagem invisível. Ou melhor, sempre haverá invisível na imagem. *Sempre haverá uma espécie de latência no positivo mais afirmado*, a virtualidade de algo que foi perdido (ou transformado) no percurso. Nesse sentido, a foto sempre será *assombrada*. Sempre será, em (boa) parte, uma *imagem mental* (ibid., p. 325-326, grifos do autor).

Sob esse ponto de vista, arriscaria ainda uma outra metáfora, em que a ruína exposta romana é representada pelo monóculo da fotografia da mãe de Keila e a ruína enterrada de Keila são as imagens mentais que ela tem dessa fotografia. Evidentemente, embora distintas, são imagens que se completam e se confundem.

Ao ver a fotografia, o olhar de Keila estava impregnado de suas imagens mentais da mesma forma que essas imagens remetiam à fotografia em si. O que ascende à superfície, no entanto, não é sempre tudo. Assim, da mesma forma que a avalanche de lama varreu Bento Rodrigues, o desastre soterra as lembranças de Keila e a impede de se lembrar da fotografia de sua mãe.

Com relação à Vilma, acredito que os questionamentos incitados pela fotografia *post-mortem* e pela imagem latente nos ajudam a elucidar a perda da foto do filho natimorto. Se para Barthes (1984) a fotografia é uma morte e para Sontag (2004) ela nasce com a morte, para Joan Fontcuberta (2008), por sua vez, ela pode ser entendida como uma maneira de nos dar vida, de ressuscitar. É preciso, então, aprofundar a relação da fotografia com a morte e olhar para os retratos de pessoas mortas, ainda que Jacques Rancière (2014) nos chame atenção para o intolerável da imagem. A fotografia da própria Sontag morta, vítima de leucemia, tirada por sua companheira, a fotógrafa Annie Leibovitz, recebeu críticas que questionavam tanto a necessidade de immortalizar um momento tão trágico como a morte quanto críticas em relação às implicações éticas em fotografar alguém que já não pode reivindicar seu direito de imagem.

Entretanto, a prática da fotografia *post-mortem* é bastante difundida em especial na América Latina. Bebês e crianças mortas, conhecidos nos países de língua espanhola como *angelitos*, protagonizam muitos desses retratos, uma vez que geralmente são os únicos rastros que restam de sua passagem pelo mundo. Mais comum no início da história da fotografia, quando muitas famílias não tinham a oportunidade de fotografar um parente em vida e recorriam à captura da imagem pouco antes de enterrá-lo, com a diminuição da taxa de mortalidade e a popularização das câmeras fotográficas houve uma drástica redução na ocorrência desses retratos (MORCATE, 2012).

Nicolas Ariel, nascido morto, teve na fotografia tirada pela tia a única oportunidade de fixar sua imagem, o que esclarece a própria existência da foto mesmo em um período em que a fotografia *post-mortem* perde espaço. Porém, outro ponto relevante neste caso é que Vilma decide não ver a foto. Depois de sua irmã

fotografar com um celular e imprimir a imagem em uma loja, Vilma deixou a fotografia guardada no envelope sem jamais olhá-la.

Fontcuberta (2008), ao se referir à imagem latente, diferencia a fotografia analógica da digital, alegando que enquanto na primeira a imagem fica “escondida” na emulsão química até ser revelada, na era digital ocorre um processo semelhante: o sensor fotográfico das câmeras digitais armazena e decodifica a luz, mantendo a imagem “fechada”. Para vê-la é preciso abri-la. “Fechada”, portanto, trata-se também de uma imagem latente, invisível. Para o autor, o que diferencia a imagem analógica “escondida” da imagem digital “fechada” é o intervalo de tempo necessário para poder finalmente visualizá-la. No processo analógico, a *espera* que separa o clique da revelação é maior do que no suporte digital.

A imagem não vista de Vilma, porém, tem uma ruptura nesse encadeamento de ações. A fotografia do filho natimorto, embora “aberta” e impressa, volta a esconder-se e “fechar-se” no envelope guardado dentro do armário. Ao não ver a fotografia, Vilma também faz dela uma imagem latente. Diversos trabalhos artísticos procuram lidar com a latência da imagem, como a instalação *Real Pictures*, de Alfredo Jaar, ou as imagens não reveladas de *Visado de artista*, de Gabriel Mario Vélez, *Fotografía sin positivar*, de Isidoro Valcárcel Medina, e *Photolatente*, de Óscar Molina.

Na instalação *Real Pictures*, sobre o genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994, Alfredo Jaar dispôs no espaço expositivo caixas pretas com fotografias dos tutsis assassinados. Entretanto, as caixas estavam fechadas. A imagem do assassinato era invisível, só sendo possível acessá-la através do texto que acompanhava cada caixa e descrevia seu conteúdo oculto. A imagem estava lá, porém, trancada, era inacessível aos olhos.

*Visado de artista: Imagen latente* nasceu a partir da convocatória do professor colombiano Gabriel Mario Vélez para que fotógrafos de todo o mundo fotografassem com câmeras descartáveis e as enviassem para os organizadores da mostra, sem revelar o filme. A exposição consistia em mostrar as câmeras recebidas e uma descrição do conteúdo das imagens enviadas que, não reveladas, não podiam ser vistas. Segundo Fontcuberta (2008), assim, “‘Visado de Artista’

deslocava o debate para o reservado e o encoberto, e definitivamente para os limites, públicos e privados, da visibilidade”.

Em *Fotografía sin positivar*, Isidoro Valcárcel Medina enviou uma carta anônima a um certo número de pessoas com as seguintes instruções: “Este envelope, preto e hermético, contém um papel fotográfico N BN1 sensível, impressionado em branco e preto, mas sem positivar. Você pode escolher entre: - mandar o envelope a um laboratório, obtendo uma foto assinada, - guardá-lo fechado indefinidamente, ignorando o conteúdo, - simplesmente abri-lo, e assim ter uma obra de arte destruída” (ibid., n.p). Caso a imagem fosse revelada, mostraria um ampliador, um envelope de papel fotográfico, uma cola, uma máquina de escrever e um carimbo com o nome de Valcárcel Medina, revelando, com a imagem, a autoria do trabalho artístico.

Com *Photolatente*, Óscar Molina distribuiu bobinas de filme Kodak TX400 a alguns fotógrafos, profissionais e amadores, e depois de expostos, os revelou. Em seguida, os negativos foram impressionados em folhas de papel fotográfico, mas, assim como as “fotografias sem positivar” de Medina, as folhas nunca foram reveladas, ficando guardadas em um envelope à prova de luz.

Cada envelope era portador de uma imagem latente, estava “prenhe” de uma imagem sobre a qual não sabíamos nada: como em uma loteria, poderia ser um retrato, uma paisagem ou um nu... poderia estar desfocada, tremida ou desenquadrada... poderia ser obra de um personagem reputado ou de um espontâneo anônimo. Estes envelopes misteriosos foram finalmente distribuídos entre os interessados que, ao adquiri-los, adotavam a imagem e decidiam se a faziam nascer ou a abortavam (ibid., n.p).

Como nas propostas artísticas citadas, Vilma, ainda que revele a imagem, a guarda em um envelope e jamais a olha. A imagem latente do menino Nicolas Ariel é invisível, mas, como ressalta Fontcuberta, nem por isto inexistente. Diferentemente do caso de Keila, Vilma não tem, portanto, a memória, ainda que soterrada, de uma imagem vista que possa restar. Assim como as vidas que não podem ser vividas, as imagens não podem mais ser olhadas. Estão, da mesma forma, em suspensão. A vida das pessoas e das imagens é interrompida e o envelope “prenhe” da imagem de Nicolas, destruído, faz Vilma, pela segunda vez, perder o filho.

### 5.3. O que se perde quando se perde uma foto?

Trabalhar com arquivos destruídos, com ruínas e abandonos pode ser tão desafiante quanto propor a análise de conjuntos de objetos colecionados ao longo da vida. Aquilo que foi perdido ou até mesmo descartado e deixou de existir no mundo das coisas pode ser tão significativo quanto aquilo que foi preservado. No caso do rompimento da barragem de Fundão, é fundamental olharmos para os objetos encontrados na lama, mas também precisamos reservar parte da nossa atenção para aqueles que se perderam para sempre. Ou, como defende o narrador do filme *Sans Soleil*, do diretor Chris Marker, é preciso parar no sinal vermelho, para que passem os espíritos dos carros quebrados, e diante da posta restante, para honrar as cartas rasgadas, e no guichê do correio, para saudar os espíritos das cartas não enviadas.

Ao deparar-se com uma pesquisa com objetos destruídos, é preciso dar confiança a esses arquivos ausentes. A antropologia tem se empenhado já com bastante efetividade em dar confiança às imagens, no entanto, a questão que se coloca com esta pesquisa é se o mesmo vem sendo feito com relação à ausência delas. Quando a imagem vacila, quando a imagem se perde ou é destruída, o que resta dessa ausência? Estamos nós, antropólogos, dando a devida atenção às fotografias soterradas na lama, que habitam os lixos, as fogueiras, os fundos de gavetas e sótãos empoeirados quanto damos àquelas que compõem os álbuns e coleções?

Assim, metaforicamente, é preciso escavar, como bem fazem os arqueólogos, a superfície de lama para poder encontrar qualquer vestígio restante daquela destruição. Conforme defendo anteriormente, após a perda da fotografia física, ainda restam suas imagens mentais, imprecisas e fugidias, tal como fantasmas. Precisamos ainda nos questionarmos sobre os vestígios não encontrados, ou simplesmente sobre o que se perde quando se perde uma foto. O debate já bastante consolidado em torno das propriedades da imagem fotográfica pode nos ajudar a elucidar um pouco essa questão. De um lado, a fotografia é

apontada como evidência do passado fotografado; de outro, os teóricos defendem a possibilidade de construção de conhecimento por meio das imagens.

Conforme cito anteriormente, Barthes (1984) é um dos autores que evidencia a ligação da fotografia com o referente que lhe dá origem, defendendo que a fotografia é necessariamente o resultado de uma imagem que existiu e esteve diante dos olhos do fotógrafo que disparou o obturador, portanto, não se pode negar sua relação com a coisa real da qual a fotografia é resquício. Benjamin (1987) é outro autor que, com o surgimento da fotografia, aponta a peculiaridade da verossimilhança das imagens geradas através da máquina fotográfica, que possuíam uma centelha “do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem” (ibid., p. 94), como no trecho em que cita o fotógrafo escocês David Octavius Hill:

os modelos de Hill não estavam longe da verdade quando diziam que ‘o fenômeno da fotografia’ lhes parecia ‘uma grande e misteriosa experiência’, mesmo que se tratasse apenas da impressão de estarem diante de ‘um aparelho que podia rapidamente gerar uma imagem do mundo visível, com um aspecto tão vivo e tão verídico como a própria natureza (ibid., p. 95).

De maneira bastante distinta, Warburg, coloca como questão fundamental às imagens a interrogação sobre qual tipo de conhecimento elas podem nos oferecer. Nesse sentido, se a linguagem ocupa seu lugar na ciência há pelo menos dois mil anos, a episteme da imagem ou uma filosofia da imagem só começa a se fundar a partir de questionamentos bastante recentes (MITCHELL, 1994)<sup>42</sup>. Para Warburg, é preciso considerar não o significado ou sentido das imagens, como fará a iconografia, mas sim a manifestação de sentidos mais profundos caracterizados pela intensidade e permanência das expressões ao longo da história.

Se no campo teórico não há consenso sobre as propriedades e possibilidades da imagem fotográfica, em termos empíricos tampouco. Quando questionamos o que se perde quando se perde uma fotografia, podemos encontrar lamento sobre a perda da fotografia enquanto evidência, bem como a respeito do rompimento da possibilidade de conhecer por meio da imagem. Keila recorria à

---

<sup>42</sup> Mitchell fala em termos de uma “virada pictórica” em contraponto à “virada linguística”.



fotografia da mãe para se lembrar de como ela era. A imagem contida no pequeno monóculo era um resquício deixado pela passagem da mãe no mundo e, no limite, a própria imagem da mãe. A foto de Nicolas Ariel também atestava sua existência, porém, ao guardar o envelope com a fotografia sem olhá-la, Vilma extinguiu a possibilidade de conhecer sua imagem.

Assim, quando migramos para as experiências que as pessoas têm com as imagens, não encontramos uma ou outra concepção, mas as diferentes noções convivendo e sendo acionadas em diferentes contextos. Mais do que defender um ou outro lado desse debate, interessa a esta pesquisa até aqui entender como as pessoas comuns encaram suas fotografias e quais ressonâncias desse debate teórico podem ser encontradas no cotidiano, no modo de conhecimento dos sujeitos em seus diferentes contextos de vida. Dessa maneira, se retomarmos a questão sobre o que se perde quando se perde uma fotografia, a resposta necessariamente deveria ser: tudo o que pode uma fotografia.

## Apontamentos finais

Em um de seus últimos livros, *Menino do mato*, o poeta mato-grossense Manoel de Barros (2015) esclarece: "A gente não gostava de explicar as imagens porque explicar afasta as falas da imaginação". Faço coro com o poeta e não pretendo nestas páginas finais "explicar as imagens", da mesma forma como não me proponho a explicar os poemas de Carlos Drummond de Andrade, que dão pequenos alívios ao texto "de ferro" acadêmico. É importante, porém, explicitar algumas escolhas estéticas e tomadas de posição, acima de tudo, éticas e políticas em relação às imagens que aparecem nesta tese.

No capítulo 3 desta tese, procuro evidenciar alguns dos problemas éticos que as imagens do desastre carregam. Além da forma como foram produzidas, com planos em *plongée* ou que almejam mostrar a "beleza do desastre", muitas dessas imagens desencadeiam dor e sofrimento nos atingidos - seja por se sentirem invadidos, seja por relembrares, através das imagens, de todo o sofrimento vivido naquele 5 de novembro e nos dias subsequentes. Uma vez que o conhecimento se dá também por imagens, escolher não mostrar determinadas imagens é, portanto, não compactuar com o sensacionalismo do desastre. Bento Rodrigues, que se tornou uma espécie de vitrine da destruição, tem inúmeras singelezas enterradas sob o marrom da lama e, neste trabalho, minha tentativa é de desenterrar algumas delas.

Tendo definido o que não mostrar, é preciso pensar ainda em o que mostrar e em como mostrar. A tese conta com 24 imagens: dois mapas (um desenhado por mim e outro publicado pelo *Nexo Jornal*), três fotografias tiradas por mim em campo, uma fotografia publicada pelo *Jornal A Sirene*, oito recortes do *Google Street View* e 10 fotografias do acervo particular de Marquinhos. Exibir essas imagens é um posicionamento deliberado que visa dar lugar ao que, na direção do proposto por esta tese, merece permanecer.

Muitas dessas imagens procuram, mais do que dar suporte ao texto, abrir suas possibilidades de compreensão. A figura 3, por exemplo, da Capela Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, não traz, em um primeiro momento, nada que acuse o desastre - não há, sobretudo, o marrom da lama atestando que

essa é uma imagem de Bento Rodrigues. Porém, um olhar mais atento verá que no lugar dos santos a capela exhibe *banners* das imagens sacras. Trata-se de uma imagem, portanto, que já é uma remontagem do tempo, do desastre e de seus sentidos. Os santos não habitam mais aquela capela, pois ela está em um território devastado.

De forma semelhante, as duas montagens exibidas aqui procuram dar voz às “falas da imaginação” (BARROS, 2015). As imagens do *Google Street View*, montagens de capturas do ambiente virtual, são aparições, tais como os fantasmas, daquilo que se perdeu. Pessoas conversando na calçada, meninos brincando na rua, cavalos amarrados em postes. São imagens do cotidiano de uma rua de um povoado mineiro que poucos anos depois *será* (BARTHES, 1984) destruído.

Se as imagens do *Street View* nos permitem ver a rua São Bento e as fachadas de suas casas, a montagem das fotografias de Marquinhos, convida a um olhar para uma dada seleção e ordenação de imagens a partir de seu acervo, sobrevivente ao desastre, que “entra” na residência de um dos moradores de Bento Rodrigues e mostra a infância, a horta, as criações, o pomar, o pé de ipê amarelo. São ainda imagens que acusam a destruição de muitas outras fotografias iguais a elas, fotografias do cotidiano das famílias que desapareceram em meio à enxurrada de rejeitos, fotografias “de relíquia” que agora só existem na memória, na imaginação e na narrativa dos atingidos.

Escolher perseguir essas imagens destruídas evidencia a impossibilidade de considerar o reassentamento como uma resolução para o desastre. Muitas das perdas tratadas aqui são permanentes e, conforme afirmam muitos interlocutores, como Seu Zezinho e Keila, não há indenização capaz de trazê-las de volta. Onde Seu Zezinho poderá comprar as ferramentas herdadas do pai e como Keila poderá restituir o pequeno monóculo com a única fotografia de sua mãe? Ainda que as novas casas sejam construídas e o reassentamento seja realizado, existem inúmeros objetos e fotografias que nunca mais estarão lá.

A própria vida dificilmente será a mesma que levavam antes do desastre. A “vida em suspenso”, que dá título a este trabalho, é diferente da aniquilação de um modo de vida pois pressupõe a esperança de poder ser retomada. Os atingidos

esperam alcançar a vida suspendida com o desastre quando finalmente se der o reassentamento. Assim, a “vida em suspenso” que levam atualmente é uma vida a espera da própria vida.

Dizer que os atingidos estão esperando não significa, porém, dizer que estão imóveis e passivos. Como é evidenciado ao longo desta tese, há muitas disputas e mobilizações para que seus direitos sejam respeitados. Há luta na espera. O que não há é o sossego que havia, o que não é a possibilidade de viverem de acordo com seu modo de vida. A esperança de poder voltar a restabelecer a vida tal como antes é o que a coloca em suspensão inalcançável no momento, mas passível de ser retomada algum dia. Muitos atingidos acreditam que o reassentamento terá esse papel.

Para finalizar, é preciso expôr algumas “pedras” encontradas “no meio do caminho” da pesquisa. A maior delas é em relação ao próprio tempo. Um dos temas fundamentais à pesquisa, o tempo é também importante à própria metodologia, uma vez que tentar abarcar um fenômeno social enquanto ele acontece implica em certo desgaste ao acompanhar as mudanças constantes que ocorrem no contexto do desastre, como as batalhas judiciais entre a Samarco e o Ministério Público de Minas Gerais, os avanços e retrocessos acerca do reassentamento, as novas demandas e reclamações por parte dos atingidos e muitos outros problemas e alterações que surgem enquanto a pesquisa está em curso.

Para mim, no entanto, a maior dificuldade em relação à temporalidade da pesquisa, é finalizá-la com a ausência de qualquer desfecho para as narrativas aqui apresentadas. Gostaria ao menos de escrever nestas linhas finais que os atingidos estão finalmente sendo reassentados, entretanto, a previsão de entrega das casas aos atingidos de Bento Rodrigues, que é para ocorrer inicialmente em março de 2019, é adiada para agosto do mesmo ano. Prazo este também não cumprido, o que leva o Ministério Público de Minas Gerais a exigir na justiça a fixação de um prazo legal. O pedido é atendido e se estabelece o dia 27 de agosto de 2020 como data final para entrega das casas, sob pena de multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso. A Samarco, no entanto, recorre mais uma vez e, em nova decisão judicial, fica mantida

a multa, mas o prazo estabelecido para a entrega do Novo Bento passa a ser de 27 de fevereiro de 2021. As idas e vindas judiciais, porém, não asseguram o cumprimento de mais esse prazo e exemplificam a dinâmica volúvel do contexto de pesquisa.

Se por um lado é difícil realizar a pesquisa de um desastre enquanto ele ainda acontece, por outro, é justamente por isso que foi possível encontrar um estado de incerteza diante da espera que talvez se perdesse das narrativas se elas fossem colhidas no futuro. O mais peculiar em campo é justamente a insegurança e o desconforto que pairam sobre a vida de cada atingido e, talvez, caso se encontrassem em outro contexto, esses sentimentos poderiam não ter a intensidade que têm hoje.

Tento, na medida do possível, contornar o cenário de bastante fragilidade em que se encontram meus interlocutores sem expô-los ainda mais aos problemas que enfrentam. Isso implica necessariamente em saber quando é hora de recuar. Conversas me são negadas, mensagens não são respondidas, convites são aceitos e depois desmarcados e em todas essas situações opto por preservar meus interlocutores em detrimento da pesquisa. Agindo assim certamente acabo por deixar de colher dados importantes, mas eu não saberia fazer pesquisa de outro modo.

Quando abordo Vilma pela primeira vez, por exemplo, ela se nega a conversar comigo. Como não poderia ser diferente, eu respeito sua decisão, a agradeço e vou embora. Na segunda vez em que nos encontramos, alguns dias depois, ela me pergunta se a conversa seria filmada. Eu nego e a explico mais detalhadamente o meu trabalho. Ela resolve, então, aceitar o convite e marca uma conversa em seu local de trabalho durante sua folga no horário de almoço. Quando nos sentamos e começamos a conversar, a primeira coisa que ela me conta é que se sente invadida pelos jornalistas que a fazem chorar diante da câmera e por isso sempre recusa entrevistas. Por agir com extremo zelo e não insistir, eu poderia ter perdido uma das histórias mais instigante desta tese, sobre a fotografia não vista do filho de Vilma carregada pela lama.

Ao conversar com Keila, por sua vez, em diversos momentos sua voz embarga e as lágrimas correm suas faces vez ou outra. Quando ela conta da perda da fotografia da mãe, silencia e chora na minha frente. Meus olhos cheios de lágrimas também deixam escapar algumas gotas traiçoeiras, que me envergonham e me fazem sair de sua casa arrasada pela minha falta de postura diante de uma interlocutora. Naquela noite, sem conseguir dormir, penso se os outros antropólogos já tinham chorado em campo e, se sim, por que isso não aparece em seus trabalhos<sup>43</sup>.

De qualquer modo, justamente por encontrar um campo tão complexo e sensível, realizar esta pesquisa no período que consiste entre o “depois do rompimento” e o “antes do reassentamento” é o que ela traz de deficiência, na medida em que algum dado apresentado aqui pode estar bastante defasado no momento em que o leitor corre os olhos sobre estas páginas. Contudo, sua temporalidade é também o que lhe confere singularidade. Espero que, ao futuro, restem mais contribuições do que equívocos.

Graças a todos os desafios encontrados, é possível perceber que, para os atingidos de Bento Rodrigues, o maior desastre é não poder viver a própria vida. Vidas que consistiam em cultivar horta na varanda, ver os filhos brincando no pé de manga, ter café quentinho no fogão a lenha, guardar os objetos herdados dos familiares e as fotografias “de relíquia” e em tantas outras singelezas. Vidas brutalmente carregadas pela avalanche de rejeitos de mineração em 5 de novembro de 2015. Tendo perdido quase tudo o que compunha seu cotidiano e os conectava com o mundo, o que resta? Inspirada pelas inúmeras expressões usadas pelos atingidos para tentar definir como vivem hoje, diria que resta uma vida em suspenso - ou uma vida à espera da própria vida.

---

<sup>43</sup> De todas as Ciências Sociais, a Antropologia é sem dúvida a maior interessada em desmontar a noção de objetividade científica. Grandes contribuições nesse sentido foram feitas, por exemplo, pelos pós-modernos, com destaque para a publicação do clássico *Writing Culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986). Além disso, a Antropologia se vale da capacidade de se colocar no lugar do outro e, por isso, há muitos trabalhos publicados sobre os sentimentos do pesquisador em campo, em especial o texto *Ser afetado*, de Jeanne Favret-Saad (2005). Porém, de maneira geral, acho que ainda precisamos enfrentar diariamente o fantasma da objetividade. Por não conhecer diretamente nenhuma etnografia que evidenciasse o choro em campo de um pesquisador diante de uma interlocutora, me deparei com esse fantasma. O que posso dizer - ainda numa espécie de defesa - é que chorar *com ela* talvez tenha contribuído para que nos aproximássemos um pouco mais uma da outra.

## Confidência do Itabirano

Carlos Drummond de Andrade

(Sentimento do mundo, 1940)

Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.

Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.

Noventa por cento de ferro nas calçadas.

Oitenta por cento de ferro nas almas.

E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,

vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,

é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:

esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil;

este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;

este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;

este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.

Hoje sou funcionário público.

Itabira é apenas uma fotografia na parede.

Mas como dói!



## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação: de “bota-foras” e “zonas de sacrifício” - um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AIRES, Suely. Corpos marcados para morrer. **Cult**, 05/11/18. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/corpos-marcados-para-morrer/>> (acessado em 13/01/20).

ALEKSIÉVICH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALVES, Francisco. Os conselhos de um especialista para evitar riscos de acidentes. **Brasil Mineral**, v 352, p. 14-19, 2015a. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/revista/352/>> (acessado em 13/01/20).

ALVES, Francisco. Uma barragem nunca é segura. Ela apenas está segura. **Brasil Mineral**, v 352, p. 20-23, 2015b. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/revista/352/>> (acessado em 13/01/20).

ANA - Agência Nacional De Águas. **Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce** - Rompimento da Barragem em Mariana/MG. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos (SPR), Brasília, DF, 2016.

AUDI, Amanda. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. **Intercept Brasil**, 05/11/2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>> (acessado em 19/03/2019).

BACHELARD, Gaston. **Os pensadores**: A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1994.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **Existências penduradas**: selfies, retratos e outros penduricalhos. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2019.

BARBOSA, Andrea. Cinema, Cidade e memória: o canibalismo de São Paulo Sinfonia e Cacofonia. **Boletim**, v. 7, p. 23-40, 2014.

BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. E-book.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 29-42.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASSO, Gustavo. 2016. Moradores de Mariana culpam vítimas do desastre por aumento no desemprego. **Vice**, 03/11/16. Disponível em: <[http://www.vice.com/pt\\_br/read/mariana-um-ano-depois-moradores-bento-rodrigues-desemprego](http://www.vice.com/pt_br/read/mariana-um-ano-depois-moradores-bento-rodrigues-desemprego)> (acessado em 05/12/16).

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BBC BRASIL. Desastre ambiental em Mariana. **BBC Brasil**, s.d. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/especiais/cluster\\_lama\\_mariana](https://www.bbc.com/portuguese/especiais/cluster_lama_mariana)> (acessado em 20/02/2020).

BELTING, Hans. **Antropologia da imagem**. Lisboa: KKYM, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRESCIANI, Eduardo; LUIZ, Washington. Procuradora critica decreto de Dilma que classifica desastre como 'natural'. **O Globo**, 18/11/15. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/procuradora-critica-decreto-de-dilma-que-classifica-d-esastre-como-natural-18082460#ixzz4Su9UJ7cZ>> (acessado em 05/12/16).

BRUNO, Fabiana. **Fotobiografia**: por uma metodologia da estética em antropologia. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Multimeios da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, ano XV, n. 98, janeiro, 2005.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 455–475, 2008.

CALDAS, Graça (org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana**: crime ou desastre ambiental? Campinas, SP: BCCL/Unicamp, 2017.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, n. 21, pp. 252-280, 2009.

CASTILHO, João; DAVID, Pedro; MOTTA, Pedro. **Paisagem submersa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds). **Writing culture**: the poetics and politics of ethnography: a School of American Research advanced seminar. University of California Press, 1986.

COUTO, Douglas. Mariana garante recurso do ICMS Turístico em 2016. **Prefeitura Municipal de Mariana**, 27/01/2016. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/3121/mariana-garante-recurso-do-icms-turistic-o-em-2016>> (acessado em 13/01/20).

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014, 176p.

DAS, Veena. **Critical events**: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. University of California Press, 2006.

DAVIES, Michael; MARTIN, Todd. Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents. In: **13th International Conference on Tailings and Mine Waste**. Banff, AB, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Revista Pós**, v. 2, n. 4, p. 204–219, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. **Serrote**, São Paulo, n. 13, p. 99-133, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Pensar debruçado**. Lisboa: KKYM, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Remontar, remontagem (do tempo). **Caderno de Leituras**, n. 47, p. 1-7, 2016.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas, SP: Papius, 2012.

EDWARDS, Elizabeth. Objects of affect: photography beyond the image. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, n. 1, p. 221–234, 21 out. 2012.

FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 503-520, 2006.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERREIRA, Pedro. Fotógrafo recupera negativos e refaz memória de pessoas que perderam lembranças em tragédia. **Estado de Minas**, 05/12/2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/05/interna\\_gerais,714550/memoria-resgatada.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/05/interna_gerais,714550/memoria-resgatada.shtml)> (acessado em 16/06/2020).

FOLHA DE S. PAULO. Tragédia no Rio Doce. **Folha de S. Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/tragedia-no-rio-doce>> (acessado em 20/02/2020).

FONTCUBERTA, Joan. **A caixa de Pandora: a fotografi@ depois da fotografia**. São Paulo: G. Gilli, 2012. E-Book.

FREUD, Sigmund. **Malaise dans la civilisation**. Paris: PUF, 1971.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca. Relações entre etnografia face a face e imagens do Google Street View: uma pesquisa sobre usuários de crack nas ruas do centro de São Paulo. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia**, v. 2, n. 1, 2017.

FURET, François. **Penser la Revolution Française**. Paris: Gallimard, 1978.

G1. Desastre ambiental em Mariana. **G1**, s.d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/>> (acessado em 20/02/2020).

G1. Seis meses após desastre, turismo em Mariana ainda sofre reflexos. **G1**, 05/05/2016. Disponível em: <<<https://goo.gl/Tg7twv>>> (acessado em 14/01/2020).

GUIMARÃES, Bruno; GIRARDI, Luisa; OLIVEIRA, Mariana; HARAYAMA, Rui. Pontos em expansão: uma conversa com Marilyn Strathern. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 21, p. 1-360, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Laudo Técnico Preliminar** – Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) e Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA), Brasília, DF, 2015.

ICOMOS Austrália. **Charter for Places of Cultural Significance, The Burra Charter.** Austrália, 2013. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted31.10.2013.pdf>> (acessado em 14/01/20).

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Brasília: IPHAN, 1995.

ISA. “Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana. **Instituto Socioambiental**, 09/11/2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>> (acessado em 20/02/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 5, ago. 2016a. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed5\\_agosto\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 8, nov. 2016b. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed9\\_novembro\\_issu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 19, out. 2017a. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_e19\\_issuu\\_](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_e19_issuu_)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 20, nov. 2017b. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20)> (acessado em 12/02/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 21, dez. 2017c. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed21\\_dezembro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed21_dezembro_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 24, mar. 2018a. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar\\_o\\_2018\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar_o_2018_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 32, nov. 2018b. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/novembro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/novembro_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 37, abr. 2019a. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/abril\\_2019\\_\\_issu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/abril_2019__issu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 41, set. 2019b. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro\\_2019\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 43, nov. 2019c. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi\\_o\\_43\\_novembro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_o_43_novembro_issuu)> (acessado em 15/01/2020).

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 45, jan. 2020a. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi\\_o\\_45\\_-\\_janeiro\\_2020\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_o_45_-_janeiro_2020_issuu)> (acessado em 12/02/2020).



JORNAL A SIRENE. Mariana, MG: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana, ed. 46, fev. 2020b. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi\\_\\_o\\_46\\_-\\_fevereiro\\_de\\_2020\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_46_-_fevereiro_de_2020_issuu)> (acessado em 19/03/2020).

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Rasguei o teu retrato**. A ação destrutiva de fotografias no trabalho de luto. 2ª. ed. João Pessoa: Edições do GREM, 2017. E-Book.

LAPOUJADE, David. **Potências do tempo**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

LEROY, Jean-Pierre. Justiça Ambiental. **Mapa dos Conflitos Ambientais**, 2010. Disponível em: <[https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY\\_Jean-Pierre\\_-\\_Justi%C3%A7a\\_Ambiental.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf)> (acessado em 18/06/2020).

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados: os atores, os repertórios, e os ideais nos recentes protestos ambientais na América Latina. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 39, 2015, Caxambu-MG. **Anais**. São Paulo: ANPOCS, 2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt14/9571-a-politica-dos-afetados-os-atores-os-repertorios-e-os-ideais-nos-recentes-protestos-ambientais-na-america-latina/file>> (acessado em 18/06/2020).

MACIEL, Alice. Raposa no galinheiro. **Agência Pública**, 05/09/2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/09/raposa-no-galinheiro/>> (acessado em 20/01/2020).

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará e Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

MALINOWSKI, Bronisław. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976.

MARGALIT, Ruth. Should Auschwitz be a site for selfies? **The New Yorker**, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/should-auschwitz-be-a-site-for-selfies>> (acessado em 14/01/2020).

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

MENDES, Giulia. Crise econômica sobe os morros das cidades históricas mineiras. **Hoje em dia**, 25/03/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/k5qPGp>> (acessado em 15/01/2020).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MIDDLEJ, Roberto. 2016. Livro de fotografias de Christian Cravo revela marcas da tragédia de Mariana, em Minas. **Jornal Correio**, 20/07/16. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/single-entretenimento/noticia/livro-de-fotografias-de-christian-cravo-revela-marcas-da-tragedia-de-mariana-em-minas/>> (acessado em 10/10/16).

MITCHELL, William John Thomas. **Iconology: Image, Text, Ideology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MITCHELL, William John Thomas. **What do pictures want?** The lives and loves of images. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MITCHELL, William John Thomas. Pictorial turn. In: BLEIKER, Roland (Ed.). **Visual Global Politics**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2018. p. 230-232.

MORCATE, Montse. Duelo y fotografía post-mortem: contradicciones de una práctica vigente en el siglo XXI. **Sans Soleil: Estudios de la imagen**, v. 4, p. 168-181, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, MA; London, England: Harvard University Press, 353 pp, 2011.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: Pierre NORA (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

O GLOBO. Anúncio da Companhia Vale do Rio Doce. **O Globo**, 20/11/1970.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropological Research on Hazards and Disasters. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 25. (1996), pp. 303-328.

PACPS. **Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte, 2019.

PARREIRAS, Mateus. Samarco briga por dique em Bento Rodrigues que tem de ser desmontado. **Estado de Minas Gerais**, 14/09/19. Disponível em: <[https://rwww.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna\\_gerais,1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml](https://rwww.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna_gerais,1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml)> (acessado em 20/01/2020).

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. **“Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo”**: memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre

da Samarco. 2019. 186f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **La sorcellerie capitaliste**: pratiques de désenvoûtement. Paris: La Découverte, 2005.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

PORTAL BRASIL. Documento mostra que, para governo, tragédia em Mariana não foi causada pela natureza. **Portal Brasil**, 19/11/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/11/documento-mostra-que-para-governo-trag-edia-em-mariana-nao-foi-causada-pela-natureza>> (acessado em 05/12/2016).

PRIBERAM. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Esperança. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/esperan%C3%A7a>> (acessado em 09/04/2020).

PRISMMA. **Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana**. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**: No caminho de Swann. São Paulo: Globo, 2006.

REBOUÇAS, Lídia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Fapesp; AnnaBlume, 2000.

REDFIELD, Robert. **The Little community and peasant society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos Indígenas no Brasil**: 2001/2005. Instituto Socioambiental, 2006.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos Indígenas no Brasil**: 2011/2016. Instituto Socioambiental, 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas, SP, Papirus, 1994.

RODRIGUES, Angela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. **Revista CPC**, São Paulo, n.24, p.9-34, 2017.

RODRIGUES, Carla. Guerra colonial à moda brasileira. **Cult**, 05/11/18. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/guerra-colonial-a-moda-brasileira/> (acessado em 13/01/20).

RODRIGUES, Daiana Elias et al. Algumas análises sobre os impactos à saúde do desastre em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

ROSA, Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. E-Book.

RUIZ, Marta Isabel Arroyave. **Objetos de la memória en el destierro**. Medellín Universidad Nacional de Colombia. Tesis. 2003.

SAMARCO. Decreto do Governo Estadual viabiliza obras do Dique S4. **Samarco**, 21/09/2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/> (acessado em 14/01/20).

SAMARCO. **Relatório bienal 2015-2016**. Belo Horizonte, 2017.

SAMARCO. A Samarco e a economia. **Samarco**, 2018. Disponível em: <https://www.samarco.com/samarco-e-a-economia/> (acessado em 22/01/2020).

SAMPAIO, Paula. **O lago do esquecimento**. Belém, 2013.

SANTOS, M.J.V.C.; ESTEVÃO, S.N.M. A preservação do acervo arquivístico do Museu Nacional e sua importância para a memória da instituição. In: OLIVEIRA, A.J.B. (org.) **A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro: Sistema de Bibliotecas e Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 191-206.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 30, n. 1, 2005.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018. E-Book.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, vol. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SIQUEIRA, Luisa Machado de. **Reconhecimento, reparação e justiça: a mobilização dos atingidos pelo desastre da Samarco no município de Mariana - MG**. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

STERZI, Eduardo; VEIGA, Bruno. 2016. Fotografia e catástrofe: Mariana (MG). **Revista Zum**, 03/06/16. Disponível em:

<<http://revistazum.com.br/galeria/mariana-mg-bruno-veiga/>> (acessado em 06/06/16).

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu, 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comuidad y Sociedad**. Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**, v. Ano 68, p. 41-45, 2016.

VASCO, Marcela. **Imagens Trans**: as relações de transexuais com suas fotografias de infância. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP. 2015.

VASCO, Marcela. A representação da tragédia de Mariana - Fotografias enterradas e imagens sobreviventes. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia**, v. 3, n. 1, 2018.

VASCONCELLOS, Diogo. **Historia antiga das Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

VIANA, Maurício Boratto. **Avaliando Minas**: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). Brasília, 2012. 372 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Césio-137, o drama azul**: irradiação em narrativas. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Alguma coisa vai ter que acontecer". In: COHN, Sergio (org.). **Encontros Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. E-book.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LACHESFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. O Desastre da Samarco e a Política das Afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. Ano 68, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Iguana; ABA, 2018.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O Desastre no Rio Doce: Entre as Políticas de Reparação e a Gestão das Afetações. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Iguana; ABA, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.